

José Pedro Ramalho Veiga Simão

**Turismo como Motor de Desenvolvimento**  
**Local: o caso do Vale do Tua**

Lisboa

2009



**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

**Turismo como Motor de Desenvolvimento Local: o caso do Vale do Tua**

José Pedro Ramalho Veiga Simão

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, perfil Engenharia Gestão e Sistemas Ambientais

Orientador: Prof. Doutor João Joanaz de Melo

Lisboa

2009



## AGRADECIMENTOS

A concretização deste estudo só foi possível graças ao apoio e colaboração de várias pessoas e entidades, a quem quero deixar os meus reconhecidos agradecimento:

ao professor João Joanaz de Melo, orientador deste trabalho, pelo contínuo e sábio desafio, incentivo e pela enorme confiança e paciência demonstrada;

à professora Ana Margarida Veiga Simão, minha mãe, pelos aconselhamentos oportunos que transmitiu e pela disponibilidade, mental e financeira, durante o período de realização desta dissertação;

ao Instituto Democracia Portuguesa (IDP) pela disponibilidade e amabilidade para transmitir conhecimentos da temática em estudo;

ao Doutor Aristides Ferreira pelo precioso auxílio no uso da ferramenta de análise estatística;

à professora Júlia Ferreira pelos aconselhamentos ao nível linguístico;

às entidades que responderam aos inquéritos e ao excelentíssimo presidente de Câmara de Mirandela por ter sido o único presidente com a amabilidade para me conceder uma entrevista; e,

ainda a todos aqueles, que de uma maneira ou de outra, contribuíram para que esta dissertação se cumprisse.



## SUMÁRIO

O turismo de natureza e cultural tem-se revelado uma actividade económica relevante em regiões deprimidas, como é o caso do interior de Portugal. No presente trabalho, procurámos conhecer e avaliar o potencial turístico do Vale do Tua, através de entrevistas a presidentes de câmaras, de inquéritos a presidentes de juntas de freguesia e a agentes turísticos, e da recolha documental. Verificámos que o turismo no Vale do Tua emprega 1,2% da população e gera 2,1 M€ano de receitas (dados de 2008). Observámos que o principal entrave a esta aposta deriva de perspectivas diferentes dos diversos agentes políticos entre si e dos agentes turísticos regionais. Constatámos ainda a existência de conflitos relativamente a outros tipos de desenvolvimento, que incidem na construção do aproveitamento hidroeléctrico com a subsequente destruição da linha férrea do Tua. Em termos de empregabilidade verificámos que o projecto turístico cria 11 vezes mais empregos, por milhão de euros investidos do que o projecto de construção da barragem. Concluímos que o turismo de natureza e cultural, pelas suas características endógenas excepcionais, tem potencialidades para apoiar as dinâmicas de desenvolvimento locais. Contudo, este não deve ser encarado como panaceia que tudo pode solucionar sem o devido planeamento, investimento e compromisso.

**Palavras-Chave:** Turismo de natureza e cultural; Vale do Tua; Desenvolvimento rural; Aproveitamento hidroeléctrico; Linha férrea do Tua.



## **ABSTRACT**

Nature and cultural tourism is a growing economic activity with great relevance in deprived regions, such as the interior of Portugal. In this study, we try to understand and evaluate the touristic potential of the Tua Vale by interviewing presidents of chambers, city halls and touristic agents as well as by gathering documents. We verified that tourism in the Tua Vale is responsible for 1,2% of the population's jobs and it has profits of 2,1M€ per year (data from 2008). We observed that the principal obstacle of this bet derives from the different political perspectives and the different agents from the tourist regions. We also discovered conflicts related to other types of development proposals that are based on the construction of hydroelectric means of use with the subsequent destruction of the Tua railroad line. In terms of job offers, we verified that the touristic project creates 11 times more jobs for each million euros invested, than the construction of a dam. We concluded that due to its exceptional endogenous characteristics, nature and cultural tourism has potential to support the developmental dynamics of this region. Nonetheless, this should not be considered as a panacea that solves all problems without the appropriate planning, investment and commitment.

**Keywords:** Nature and cultural tourism; Tua Vale; Rural development; Hydroelectric power plants; Tua railroad line.



## SIMBOLOGIA E NOTAÇÃO

ADRIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima  
AHFT - Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua  
CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte  
CE – Comissão Europeia  
CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano  
CEE - Comunidade Económica Europeia  
CNUCED - Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento  
CMB – Comissão Mundial de Barragens  
EDP - Energias de Portugal  
EUA – Estados Unidos da América  
EUROPARC - Federation of Nature and National Parks of Europe  
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural  
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional  
FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola  
FEVE – Ferrocarriles de Vía Estrecha  
FSE - Fundo Social Europeu  
GATT - General Agreement of Trade and Tarif  
GEE - Gases com Efeito de Estufa  
IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
LEXTEC - Léxico Técnico do Português  
MAMR - Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino  
MEI - Ministério da Economia e da Inovação  
NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
OMT - Organização Mundial de Turismo  
PAC - Política Agrícola Comum

PECO - Países da Europa Central e Oriental  
PENDR - Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural  
PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNBEPH - Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico  
PNM - Parque Natural do Montezinho  
PNPOT – Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território  
PROT-N – Plano regional de ordenamento do território da região norte  
QCA - Quadro Comunitário de Apoio  
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional  
RTAM – Região de Turismo do Alto Minho  
SPSS - Statistical Package for Social Science  
TER – Turismo em Espaço Rural  
UE – União Europeia  
WTTC - World Travel & Tourism Council

# ÍNDICE DE MATÉRIAS

1.	Introdução.....	1
1.1	Enquadramento/relevância do estudo .....	1
1.2	Objectivos e âmbito da dissertação.....	2
1.3	Organização da dissertação.....	2
2.	Revisão de Literatura.....	5
2.1	Desenvolvimento de espaços rurais .....	5
2.1.1	Breve descrição da evolução do conceito de desenvolvimento.....	5
2.1.2	Conceitos de desenvolvimento sustentável, local, endógeno e rural.....	7
2.1.3	Europa e desenvolvimento rural .....	12
2.1.4	Portugal e desenvolvimento rural .....	17
2.2	Turismo .....	19
2.2.1	Enquadramento mundial e nacional .....	19
2.2.2	Dinâmica empregadora.....	21
2.2.3	Enquadramento evolutivo.....	22
2.2.4	Turismo de natureza e cultural .....	23
2.3	Turismo e desenvolvimento Rural .....	25
2.3.1	Aposta no turismo para o desenvolvimento rural.....	25
2.4	Aposta em aproveitamentos hidroeléctricos para o desenvolvimento local .....	37
2.4.1	Generalidades .....	37
2.4.2	Aproveitamentos hidroeléctricos e desenvolvimento dos Trás-os-Montes .....	37
3.	Metodologia de investigação .....	41
3.1	Objectivos do estudo e plano geral da investigação .....	41
3.2	Caracterização dos grupos-alvo .....	43

3.3	Instrumentos de recolha e de tratamento de informação.....	44
3.3.1	Análise documental.....	45
3.3.2	Observação do contexto de estudo e contactos informais.....	45
3.3.3	Inquérito por questionário a agentes de turismo e a juntas de freguesia.....	46
3.3.4	Entrevistas a Presidentes de Câmaras Municipais .....	48
3.3.5	Análise de Conteúdo .....	51
3.3.6	Análise estatística.....	51
3.3.7	Análise SWOT .....	52
3.4	Cuidados éticos e limitações do estudo.....	53
4.	Estudo de caso.....	55
4.1	Caracterização do contexto .....	55
4.1.1	Territorial .....	55
4.1.2	Social.....	56
4.1.3	Económico .....	58
4.1.4	Projectos de grandes dimensões na (e para) a zona .....	62
4.2	Estratégias de desenvolvimento turístico municipal .....	67
5.	Apresentação e discussão dos resultados .....	71
5.1	A Perspectiva dos Presidentes de Câmara.....	71
5.1.1	Opção estratégica de desenvolvimento .....	72
5.1.2	Sinergias e conflitos entre o turismo natural e cultural e a construção de infra-estruturas. ....	72
5.1.3	Impacte do turismo na região do Vale do Tua.....	75
5.2	Perspectiva dos presidentes de junta de Freguesia.....	77
5.2.1	Percepção do turismo de Natureza e Cultural.....	77
5.2.2	Representação actual do turismo de natureza e cultural .....	78
5.2.3	Opção estratégica de desenvolvimento das freguesias. ....	78
5.2.4	Efeito da construção de barragens no turismo de Natureza e Cultural .....	79
5.2.5	Visão sobre o valor do turismo de Natureza e Cultural .....	80

5.2.6	Identificação dos benefícios e constrangimentos que resultam da construção da barragem de Foz Tua .....	80
5.2.7	Existência de planos de desenvolvimento .....	82
5.2.8	Questões Emergentes da Análise.....	82
5.3	Percepção dos Agentes Turísticos .....	85
5.3.1	Caracterização da actividade desenvolvida .....	85
5.3.2	Percepção sobre o turismo de Natureza e Cultural.....	89
5.3.3	Importância dos aspectos endógenos para o turismo da região.....	90
5.3.4	Efeito da construção da barragem no turismo de Natureza e Cultural .....	91
5.3.5	Informação sobre a construção da barragem de Foz Tua .....	92
5.3.6	Principais benefícios e constrangimentos que resultam da construção da barragem da Foz do Tua.....	92
5.3.7	Conhecimento de algum plano de desenvolvimento para a região .....	94
5.3.8	Questões Emergentes da Análise.....	94
5.4	Comparação das respostas das juntas de freguesia com as dos agentes de turismo ..	96
5.5	Sugestões dos agentes para o desenvolvimento do turismo.....	99
5.6	Investimentos propostos e empregabilidade .....	102
5.7	Análise SWOT .....	104
5.8	Recomendações.....	106
6.	Conclusões e estudos futuros.....	111
6.1	Síntese de resultados .....	111
6.2	Estudos futuros .....	114
	Referências Bibliográficas.....	115
	Apêndices .....	121
	Apêndice I – Inquérito aos agentes turísticos.....	123
	Apêndice II – Inquérito aos presidentes de junta de freguesia .....	129
	Apêndice III - Guião de entrevista aos presidentes de câmara.....	133

Apêndice IV - Protocolo da entrevista realizada ao presidente da câmara de Mirandela, Dr. José Silvano .....	137
Apêndice V - Localização das juntas de freguesia .....	145
Apêndice VI – Tabelas da análise estatística .....	149
Apêndice VII - Listagens das juntas de freguesia e agentes turísticos .....	151

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 – Regiões Rurais da UE-27 pelo método da OCDE .....	14
Figura 2.2 - Regiões Rurais em Portugal pelo método da OCDE .....	17
Figura 2.3 – Evolução do número de turistas .....	20
Figura 2.4 - Contribuição do turismo para emprego em Portugal (% emprego total).....	22
Figura 2.5 – Variação da população nos concelhos com e sem aproveitamento hidroelétrico de Trás-os-Montes .....	38
Figura 2.6 – Desemprego, em 2006, nos concelhos com e sem aproveitamento hidroelétrico na região de Trás-os-Montes .....	39
Figura 3.1 – Esquematização da investigação .....	41
Figura 4.1 – Enquadramento territorial da área em estudo.....	55
Figura 4.2 - Gráfico da distribuição etária e género .....	57
Figura 4.3 - Desemprego Registado (em número de indivíduos).....	59
Figura 4.4 – Desemprego em percentagem em Portugal e na região do Vale do Tua .....	60
Figura 4.5 – Mapa das linhas ferroviárias do norte .....	62
Figura 4.6 – Linha do Tua, serpenteando o Vale .....	63
Figura 4.7 – Passageiros da Linha do Tua.....	64
Figura 4.8 – Fotografia da Foz do Tua .....	65
Figura 5.1 – Percepção do turismo de Natureza e Cultural pelas freguesias.....	77
Figura 5.2 - Actualidade do Turismo de Natureza e Cultural nas freguesias .....	78
Figura 5.3 – Opções estratégicas das freguesias .....	79
Figura 5.4 – Efeito das Barragens no Turismo de Natureza e Cultural para as freguesias .....	80
Figura 5.5 – Benefícios e constrangimentos da construção da barragem para as juntas de freguesia .....	81
Figura 5.6 - Tipologia de actividade.....	85
Figura 5.7 – Média de clientes por tipologia de actividade.....	86
Figura 5.8 - Valor económico das várias tipologias de actividade turística.....	87
Figura 5.9 - Colaboradores por tipologia de actividade no ano de 2008.....	88
Figura 5.10 – Valorização média dos aspectos turísticos da região .....	90

Figura 5.11 – Efeito da barragem no turismo de natureza e cultural para os agentes turísticos .....	91
Figura 5.12 – Valorização dos benefícios e dos constrangimentos da construção da barragem de Foz Tua.....	93
Figura 5.13 – Percepção comparativa do turismo de natureza e cultural .....	97
Figura 5.14 – Percepção comparativa sobre os efeitos da barragem .....	98
Figura 5.15 – Análise SWOT da observação e de documentos .....	104
Figura A.1 - Juntas de Freguesia do concelho de Alijó .....	145
Figura A.2 Juntas de Freguesia do concelho de Murça .....	145
Figura A.3 - Juntas de Freguesia do concelho de Mirandela .....	146
Figura A.4 - Juntas de Freguesia do concelho de Carrazeda de Ansiães .....	146
Figura A.5 - Juntas de Freguesia do concelho de Vila Flor .....	147

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1 - Diferenças entre as motivações e os comportamentos dos turistas <i>fordistas</i> e <i>pós-fordistas</i> .....	23
Tabela 2.2 – Dormidas em Ponte Lima em TER.....	34
Tabela 3.1 – Distribuição das respostas das freguesias .....	43
Tabela 3.2 - Distribuição das respostas dos agentes turísticos .....	44
Tabela 3.3 – Respostas dos Agentes Turísticos.....	47
Tabela 3.4 – Quadro síntese dos meios de recolha de dados juntos das freguesias .....	48
Tabela 3.5 – Processo de recolha de dados .....	44
Tabela 4.1- Índices Demográficos.....	57
Tabela 4.2- Comparação PIB <i>per capita</i> com a situação portuguesa.....	58
Tabela 4.3- Poder de Compra.....	61
Tabela 4.4 – Produtos Turísticos .....	70
Tabela 5.1 – Quadro síntese da opinião dos presidentes de câmara.....	71
Tabela 5.2 – Tabela de Pearson, percepção e barragens .....	82
Tabela 5.3 – Médias de percepção das freguesias por municípios .....	83
Tabela 5.4 - Médias de efeito da construção das freguesias por municípios.....	84
Tabela 5.5 – Colaboradores dos agentes turísticos que não responderam.....	89
Tabela 5.6 – Percepção do turismo de natureza e cultural dos agentes de turísticos .....	90
Tabela 5.7 - Análise descritiva da hipótese de a percepção estar relacionada com a gastronomia .....	95
Tabela 5.8 – Tabela de correlação entre percepção e o tipo de instituição .....	97
Tabela 5.9 – Tabela de correlação entre efeitos da construção da barragem e o tipo de instituição .....	98
Tabela 5.10 – Tabela ANOVA, atractividade natural da zona e diminuição do número de visitantes com tipo de instituição .....	99
Tabela 5.11 – Sugestões de ordem estratégica .....	100
Tabela 5.12- Sugestões de ordem económica.....	101
Tabela 5.13 – Sugestões de ordem das características endógenas .....	100

Tabela 5.14 – Investimento em equipamentos de suporte da actividade turística no plano do IDP .....	103
Tabela A.1 - Preçário por tipologia de actividade .....	149
Tabela A.2 – Valor gerado em 2008 por tipologia de actividade .....	149
Tabela A.3 – Tabela de Pearson para a questão emergente 1, agentes turísticos .....	149
Tabela A.4 – Tabela ANOVA, benefícios e tipo de instituição.....	150
Tabela A.5 - Tabela ANOVA, constrangimentos e tipo de instituição.....	150





# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Enquadramento/relevância do estudo

O turismo de natureza e cultural tem-se revelado uma actividade económica com alguma relevância em regiões deprimidas, como é o caso de grande parte do interior de Portugal. Trata-se de zonas com uma combinação de paisagens selvagens e paisagens urbanizadas ancestrais que, devido à ocupação humana relativamente pouco intensa conservam valores naturais e culturais únicos.

Em alguns casos, o turismo natureza e cultural pode ser prejudicado por outras actividades económicas. Esta situação poderá verificar-se na região do Vale do Tua, por força do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), em torno do qual surgiram inúmeras controvérsias. No centro destas estão as vantagens e desvantagens de diferentes estratégias de desenvolvimento regional, nas quais privilegiam os valores locais ou a construção de barragens.

De uma forma genérica, esta dissertação pretende avaliar o potencial de turismo de natureza e cultural no Vale do Tua, focando o ponto de vista económico e a dinâmica de empregabilidade da zona. Este estudo de caso é encarado como um processo de pesquisa, sobre o modo como, no terreno, os diversos agentes políticos e turísticos perspectivam o impacto desse turismo para o desenvolvimento da região. Serão igualmente equacionadas convergências e conflitos com outras actividades económicas, como a ferrovia e o PNBEPH.

À partida, tivemos consciência de um conjunto de obstáculos a enfrentar, tais como: a) grandes dificuldades em obter informação por parte dos agentes políticos e turísticos atendendo aos constrangimentos temporais em que esta dissertação teve de ser realizada e aos limitações de agenda do público-alvo; b) rarefacção de estudos de investigação empíricos nesta área específica o que levou a não encontrarmos instrumentos metodológicos e resultados que pudessem contribuir de forma decisiva para guiar as nossas opções.

Estas dificuldades não provocaram o nosso desânimo antes nos incentivaram a avançar, pois estamos convictos da sua importância e pretendemos contribuir para ajudar a equacionar respostas que superem algumas destas dificuldades.

## 1.2 Objectivos e âmbito da dissertação

Nesse sentido, e tendo em conta o referencial teórico analisado em que nos baseámos, definimos as seguintes questões orientadoras deste estudo:

- Quais as percepções dos agentes turísticos e autoridades locais sobre o desenvolvimento local (turismo, infra-estruturas)?
- Qual o impacte (emprego, economia, desenvolvimento regional....) do turismo de natureza e cultural na região do Vale do Tua?
- De que forma a introdução de novas infra-estruturas (barragens, ferrovia...) influência o turismo de natureza e cultural?

Levantadas estas questões, optamos por realizar um estudo de caso pois pretendíamos investigar um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto real. A recolha de dados processou-se em dois planos: um, referente aos dados de estrutura, utilizando a recolha de documentos escritos e audiovisuais, relatórios, estudos; outro, centrado na recolha de dados de opinião, recorrendo-se a inquérito por questionário a agentes turísticos e agentes da política local e entrevistas semi-directivas aos Presidentes das Câmaras dos cinco municípios envolvidos no Vale do Tua. Neste trabalho de avaliação de impacte, em que centrámos a análise, os dados reenviaram-nos para a produção de um estudo misto (de carácter qualitativo e quantitativo).

Naturalmente que assumimos este trabalho como um contributo limitado, no qual não foi possível aprofundar todas as questões afloradas, embora o consideremos pertinente esperando que possa contribuir para um maior conhecimento da realidade local e que possa permitir aos agentes deste contexto e de contextos semelhantes uma identificação com os problemas levantados, e possivelmente algumas pistas para a reflexão do seu próprio caso.

## 1.3 Organização da dissertação

No primeiro capítulo apresentamos os objectivos do trabalho e o respectivo enquadramento.

Com a análise efectuada no segundo capítulo, revisão de literatura, procurámos orientar e fundamentar a investigação, tratamos algumas questões referentes ao desenvolvimento de espaços rurais, exploramos sucintamente as questões relativas à evolução e às potencialidades do turismo e por fim discutimos essas potencialidades para o desenvolvimento dos espaços rurais apresentando, alguns casos de estudo que reflectem as dificuldades e as fraquezas desta aposta.

A definição do quadro metodológico, da natureza do estudo e da problemática da investigação são objecto do quarto capítulo. Assim, descrevemos a finalidade perseguida e as questões do estudo e os vários momentos da recolha de dados especificando os objectivos e os conteúdos de cada um. Fazemos também a caracterização dos intervenientes, e descrevemos os procedimentos e os instrumentos utilizados para a recolha e tratamento dos dados e apontamos os cuidados éticos e os limites do estudo. A utilização de diferentes métodos de recolha e de análise do mesmo objecto permitiu-nos triangular os dados obtidos.

No quarto capítulo “Estudo de Caso”, caracterizamos o contexto do ponto de vista social e económico bem como as estratégias de desenvolvimento turístico dos cinco municípios do Vale do Tua (Alijó, Carraceda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor) em que foi realizado o Estudo de Caso.

No quinto capítulo, o objectivo é sintetizar e discutir os resultados do trabalho, procurando analisá-los, relacioná-los e confrontá-los entre si. Esta triangulação, centrada na avaliação do potencial de turismo de natureza e cultural de uma região, a do Vale do Tua, surge ao longo dos vários pontos tentando dar resposta às questões anteriormente levantadas.

Nas conclusões do estudo, elaboramos uma breve síntese dos principais resultados e tentamos equacionar um conjunto de aspectos que poderão contribuir de uma forma positiva para a discussão desta problemática e ajudar os decisores públicos a fundamentarem as suas opções fornecendo elementos que permitam aferir potencialidades e constrangimentos do turismo de natureza e cultural no Vale do Tua. Por outro lado, a reflexão que fomos fazendo em torno desta problemática levou-nos a equacionar a importância de continuar a desenvolver investigação nesta área.



## 2. REVISÃO DE LITERATURA

No presente capítulo fazemos a revisão de literatura que consideramos relevante para o estudo efectuado, com incidência em quatro subcapítulos:

Um primeiro subcapítulo onde explorámos sucintamente definições e estratégias de desenvolvimento em espaços rurais explicando a sua conversão num dos pilares do processo de reestruturação produtiva das sociedades europeias contemporânea, dando ênfase às políticas tomadas ao nível europeu e nacional para o período de 2007 a 2013;

Num segundo subcapítulo, onde estudámos sucintamente definições teóricas, evolução e potencialidades do turismo, explicando o desafio da aposta no turismo em espaços rurais;

No terceiro subcapítulo, onde analisamos as potencialidades do turismo como motor de desenvolvimento local, sendo descrito alguns exemplos nacionais e internacionais.

E por último, um quarto subcapítulo onde exploramos sucintamente a aposta na construção de aproveitamentos hidroeléctricos para o desenvolvimento local, verificando alguns indicadores nos concelhos de Trás-os-Montes onde foram construídos este tipo de equipamento.

### 2.1 Desenvolvimento de espaços rurais

Neste subcapítulo sintetizamos os vários conceitos de desenvolvimento, enfatizando as tipologias que se aplicam ao nosso estudo de caso, percorrendo o fenómeno do desenvolvimento rural a nível europeu e nacional.

#### 2.1.1 Breve descrição da evolução do conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento teve a sua origem nas discussões pós-guerra estando intimamente ligado à Carta do Atlântico (1941) e à Carta das Nações Unidas (1945) redigidas no âmbito Organização das Nações Unidas (ONU). Num primeiro momento o conceito de desenvolvimento estava associado exclusivamente ao crescimento económico e há acumulação de riqueza, tendo como principal indicador o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*. Este indicador corresponde ao valor total dos bens e serviços finais produzidos num país num determinado período de tempo, normalmente um ano, dividido pelo número de

habitantes desse país (LEXTEC, s.d.), sendo uma tentativa de transformar pessoas em números.

Seers (1963) é o primeiro a procurar provar que o conceito desenvolvimento é subjectivo e que deveria conter mais factores além dos económicos. Propõe assim que no conceito sejam incluídos alguns de juízos de valor, referindo que “o propósito do desenvolvimento é a redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego” (Seers, *et al.* 1979).

Neste sentido, surge o conceito que desenvolvimento como "um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores" (Colman & Nixon, 1981). Assim, o centro de todas as controvérsias acerca da teoria do desenvolvimento socioeconómico passa a estar na definição desses valores. Estes valores podem, e normalmente são, diferentes de sociedade para sociedade, mediante costumes e culturas distintas. O desenvolvimento, neste momento, passa a ser baseado em estudos não só económicos mas também sociais, estando hoje inserido no ramo das ciências sociais.

Nos anos 70, um novo conceito de desenvolvimento ganha destaque, assentando em duas ideias fundamentais: *local* e *endógeno*. Deste modo, para Barquero (1995), fica para trás a época em que o desenvolvimento era uma questão de decisões da administração central do Estado e das grandes empresas e em que os administradores locais só se preocupavam em gerir os serviços públicos e em corrigir os impactes espaciais e urbanísticos das acções económicas.

Nos anos 80, aquilo a que passou a chamar-se desenvolvimento local ganhou um novo reforço, devido ao aparecimento de iniciativas locais de emprego que tinham como objectivo reduzir as taxas de desemprego das economias locais.

Mais tarde, aparece o conceito de desenvolvimento rural, que aponta os vectores das políticas de desenvolvimento local para os espaços rurais. As políticas de Desenvolvimento Rural tentam encontrar soluções para os desafios que as zonas rurais enfrentam, os quais advêm da necessidade de maior competitividade, do grande diferencial de desenvolvimento económico e social, devido à desertificação física, e da urgência da necessidade de protecção dos valores ambientais e do espaço rural.

Transversalmente a estas noções de desenvolvimento, na década de 90, no congresso do Rio de Janeiro na II Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Humano, nasce a "Agenda 21". Esse audacioso projecto tem como objectivo estabelecer um novo padrão de desenvolvimento do planeta, promovendo o desenvolvimento sustentável, que

pode ser traduzido como um mecanismo que permite o crescimento económico dos países com maior justiça social e em harmonia com a natureza.

Em suma, estas definições gerais sobre os vários tipos de desenvolvimento mostram a urgência de aplicar políticas de desenvolvimento sustentáveis nos (e para) os espaços rurais, para a preservação destes em termos sociais e ambientais, tendo estes espaços um papel determinante na garantia da harmonia essencial para a evolução da humanidade. Os objectivos destas tipologias de desenvolvimento são pragmáticos: os instrumentos e as acções não só tratam de resolver problemas concretos, como dão maior importância à competitividade e à difusão das inovações e, do ponto de vista operativo, as iniciativas locais instrumentalizam-se através de formas flexíveis de organização, como as agências de desenvolvimento.

## **2.1.2 Conceitos de desenvolvimento sustentável, local, endógeno e rural**

Em seguida, explora-se mais em pormenor, cada uma das perspectivas citadas anteriormente.

### *2.1.2.1 Desenvolvimento Sustentável*

A expressão Desenvolvimento Sustentável é frequentemente usada, em sentido lato, para sugerir ou racionalizar determinadas intervenções políticas, o que se deve, em parte, às inúmeras definições que têm surgido. Com o objectivo de ajudar a enquadrar o significado da expressão, apresentam-se algumas dessas definições.

A definição oficial citada com maior frequência tem origem no Relatório Brundtland, produzido em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento, que considera o desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades”. Os aspectos fundamentais desta definição residem na importância do tempo e das perspectivas de longo prazo e no reconhecimento das potenciais relações de compromisso (*trade-offs*) entre a resposta às necessidades do presente e a disponibilidade de recursos para dar resposta a necessidades do futuro.

Uma compreensão destes aspectos permite definir o desenvolvimento sustentável de forma mais curta e concisa, como simplesmente o "desenvolvimento que perdura" (Pearce & Barbier, 2000). Implica uma forma de desenvolvimento socioeconómico que maximiza o bem-estar das gerações de hoje e que não contribui ou conduz a um declínio de bem-estar das futuras gerações. Dar resposta às necessidades humanas e aumentar a qualidade de vida pode ser encarado como o componente de desenvolvimento do desenvolvimento sustentável, enquanto a capacidade de as manter no futuro diz respeito à parte do sustentável.

O desenvolvimento sustentável está, assim, explicitamente relacionado com a definição de objectivos de bem-estar social e com os meios para o alcançar. A definição destes objectivos é fundamental para as deliberações políticas e sociais assim como para as tomadas de decisão. O facto de a natureza do desenvolvimento, conseqüente destas decisões, ser sustentável ou não, é em grande parte, uma questão de opinião, apesar da tendência, originada pela ênfase dada às questões ambientais no debate sobre o desenvolvimento sustentável, em assumir que existem linhas orientadoras científicas claras que permitem determinar o que é, ou não, sustentável.

O alcance que esta noção de desenvolvimento sustentável implica reflecte-se no entendimento generalizado de que as políticas de desenvolvimento têm necessariamente de passar por uma maior integração das políticas económicas, sociais e ambientais (a chamada abordagem dos três pilares). A necessidade de uma maior integração destes três pilares está, em grande parte, na base da maioria das ideias sobre como assegurar uma forma mais sustentável de desenvolvimento ao longo do tempo, assim como na compreensão do facto de a avaliação do desenvolvimento sustentável implicar uma avaliação integrada do progresso com base em critérios económicos, sociais e ambientais.

#### *2.1.2.2 Desenvolvimento Local*

O termo desenvolvimento local tem vindo a ser cada vez mais usado nas políticas públicas durante a última década, a diferentes níveis: ao nível europeu, ao nível nacional e ao nível local (regional, metropolitano e municipal). Este uso alargado do termo é partilhado por outros países ocidentais, frequentemente associado a uma solução organizacional, isto é, criando agências de desenvolvimento local que se tornaram dispositivos comuns para combater uma vasta gama de problemas que afectam os territórios. Por outro lado, esta abordagem tem origem em estratégias definidas por instituições internacionais – por exemplo, Banco Mundial - como forma de aumentar a eficácia dos programas nos países em desenvolvimento. O desenvolvimento local é encarado, nesta perspectiva, como uma alternativa à tradicional abordagem vertical, do topo para a base, adoptada por estas instituições.

O uso generalizado do termo desenvolvimento local está associado à sua aplicação a uma grande diversidade de problemas como as áreas rurais marginais, as regiões desindustrializadas, as periferias urbanas e metropolitanas, os centros das cidades, entre outros. Consequentemente, o desenvolvimento local foi integrado em muitas áreas de política, por exemplo, no planeamento territorial, nas políticas de emprego, nas políticas sociais, nas

políticas económicas, nas políticas de habitação e nas políticas de educação e de formação (Schneider, 2009).

Este desenvolvimento deve ser determinado ao nível da menor escala territorial possível (Henriques & Neves, 1986) e, como já foi sublinhado, a partir da identidade territorial das populações. Implica, daí, uma gestão descentralizada e orientada por organismos intermédios que apoiem material ou financeiramente as empresas. Sendo assim, espera-se que o desenvolvimento local seja acompanhado de uma redução da dependência da região face aos governos e aos agentes económicos externos à região (Polèse, 1998).

Assim, as definições do tema do desenvolvimento local salientam as similaridades entre estratégias que actuam a níveis territoriais muito diferentes: bairros, centros urbanos, áreas metropolitanas, regiões.

Existem de acordo com o Quadro de Referência Estratégica Nacional, QREN, (2007) duas justificações principais para a adopção de uma abordagem ao desenvolvimento local que a seguir se transcrevem:

- A primeira centra-se nos recursos. Resumindo, as estratégias de desenvolvimento só podem ser definidas a nível local, dado que este é o nível onde podem ser identificados e mobilizados para um programa os recursos subaproveitados. E as estratégias de desenvolvimento só podem ser eficazes se forem capazes de identificar e mobilizar estes recursos. Recursos referem-se a um extenso conjunto de elementos: recursos territoriais, recursos económicos, recursos de conhecimento e por aí em diante. A definição de local é complexa: o objectivo de um programa consiste em integrar recursos a nível local e em relação a um contexto exterior mais alargado. O desenvolvimento local é, assim, o resultado de uma relação positiva entre um dado território e o seu contexto, que pode (e tem) de ser definido, de forma mais ou menos alargada e estratégica, ou seja, tendo em consideração de que forma os recursos podem ser maximizados a nível local.
- A segunda centra-se no capital social. Aqui, a hipótese consiste no facto de um aumento na disponibilidade do capital social ser uma condição fundamental para atingir uma forma de desenvolvimento capaz de agregar a dimensão económica, social e ambiental. A dimensão local da estratégia é o único meio possível para criar esta condição.

### 2.1.2.3 *Desenvolvimento Endógeno*

O paradigma do desenvolvimento endógeno surge no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século passado como uma reacção aos modelos e às políticas regionais tradicionais. De facto, a política regional tradicional, assente numa estratégia de “cima para baixo”, num modelo de crescimento concentrado e orientado para a redistribuição espacial das actividades económicas, utilizando, para tal, recursos exteriores à área assistida, vai sendo progressivamente substituída, como refere Barquero (1995), por uma orientação de “baixo para cima”, que procura ultrapassar os desequilíbrios regionais através do apelo não só a factores externos mas, também, aos recursos próprios dos territórios.

Esta nova estratégia sustenta a ideia de que o desenvolvimento económico não tem de ser necessariamente polarizado e concentrado nas grandes cidades, podendo ser difuso se houver capacidade para utilizar com eficácia os recursos endógenos e as competências dos territórios.

A própria expressão “desenvolvimento endógeno” (ou “desenvolvimento a partir de baixo”) espelha, na opinião de Polèse (1998) “a esperança de o próprio meio local poder iniciar um processo de desenvolvimento que dê origem a uma economia regional próspera, baseada nas iniciativas e nos conhecimentos técnicos (no “*know-how*”) dos habitantes e das empresas da região”. Existe, assim, a convicção de que as mulheres e os homens de determinado território devem ter capacidade para desencadear as adaptações mais adequadas às alterações do mercado internacional e, partindo das suas potencialidades e objectivos, orientarem o processo de desenvolvimento local.

O sucesso de uma região dependerá, em última análise, da sua capacidade de chamar a si a resolução dos seus problemas, de organizar vários agentes em torno de objectivos comuns, e de adaptar-se e ajustar-se com sucesso às pressões externas. As fontes de desenvolvimento residem, deste modo, na própria população, no seu sentido de comunidade e, talvez mais importante de que tudo, no seu espírito de inovação e iniciativa (Polèse, 1998).

Para que a endogeneização do desenvolvimento ocorra, será necessário que se verifiquem, em simultâneo, como salienta Baptista (1997), três condições: haver alguém com vontade e capacidade para organizar os meios de produção, isto é, haver alguém com um projecto; existirem condições materiais e institucionais que permitam concretizá-lo; e haver capacidade organizativa que garanta a competitividade no mercado. Deste modo, a ênfase dada ao ambiente local, apesar de ter o mérito de chamar a atenção para os recursos e

potencialidades das diversas regiões, pode também ser a maior fraqueza do modelo, conforme destaca Polèse (1998), uma vez que os meios (“*milieus*”) não são todos iguais.

#### 2.1.2.4 *Desenvolvimento Rural*

O desenvolvimento rural é um conceito sobre o qual muito se tem reflectido na Europa e um pouco por todo o mundo, essencialmente nas duas últimas décadas, e que tem subjacente um conjunto de processos de desenvolvimento. A título de exemplo, este conceito poderá ser definido como a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica (Murdoch, 1994).

Para Terluin (2003), o estudo teórico das forças que estão por trás do desenvolvimento nas áreas rurais carece de uma disciplina específica; por isso, é necessário recorrer a outras disciplinas que tratam do “desenvolvimento económico em regiões rurais”, como a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos rurais (economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, etc.). Mas o desenvolvimento das áreas rurais dificilmente pode ser explicado satisfatoriamente por apenas uma das teorias desses diversos campos de estudo. No campo dos estudos rurais, por exemplo, podem ser identificados três enfoques: o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, no qual os actores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os actores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões.

De acordo com Van der Ploeg *et al.* (2000), o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, nomeadamente na Europa, por um novo paradigma, o do “desenvolvimento rural”, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o sector agrícola, com novos objectivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a

valorização das economias de alcance em detrimento das economias de escala e a pluri-actividade das famílias rurais. O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e de novos serviços, associados a novos mercados, procura formas de redução de custos a partir de novas trajectórias tecnológicas, tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. Representa, segundo o autor supra citado, “(...) uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe.” Por isso, para muitos autores, o desenvolvimento rural é um processo multi nível, multi-actores e multi facetado. Quanto ao primeiro aspecto, deve considerar-se o desenvolvimento rural num nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade; num nível intermediário, como novo modelo para o sector agrícola, com particular atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais; o terceiro nível é o da empresa individual, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluri-actividade. A complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural é que faz com que este dependa de múltiplos actores, envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global. Por último, as novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agro-turismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas directas, entre outras, fazem do desenvolvimento rural um processo multi facetado, no qual propriedades que haviam sido consideradas supérfluas no paradigma da modernização podem assumir novos papéis e estabelecer novas relações sociais com outras empresas e com os sectores urbanos.

### **2.1.3 Europa e desenvolvimento rural**

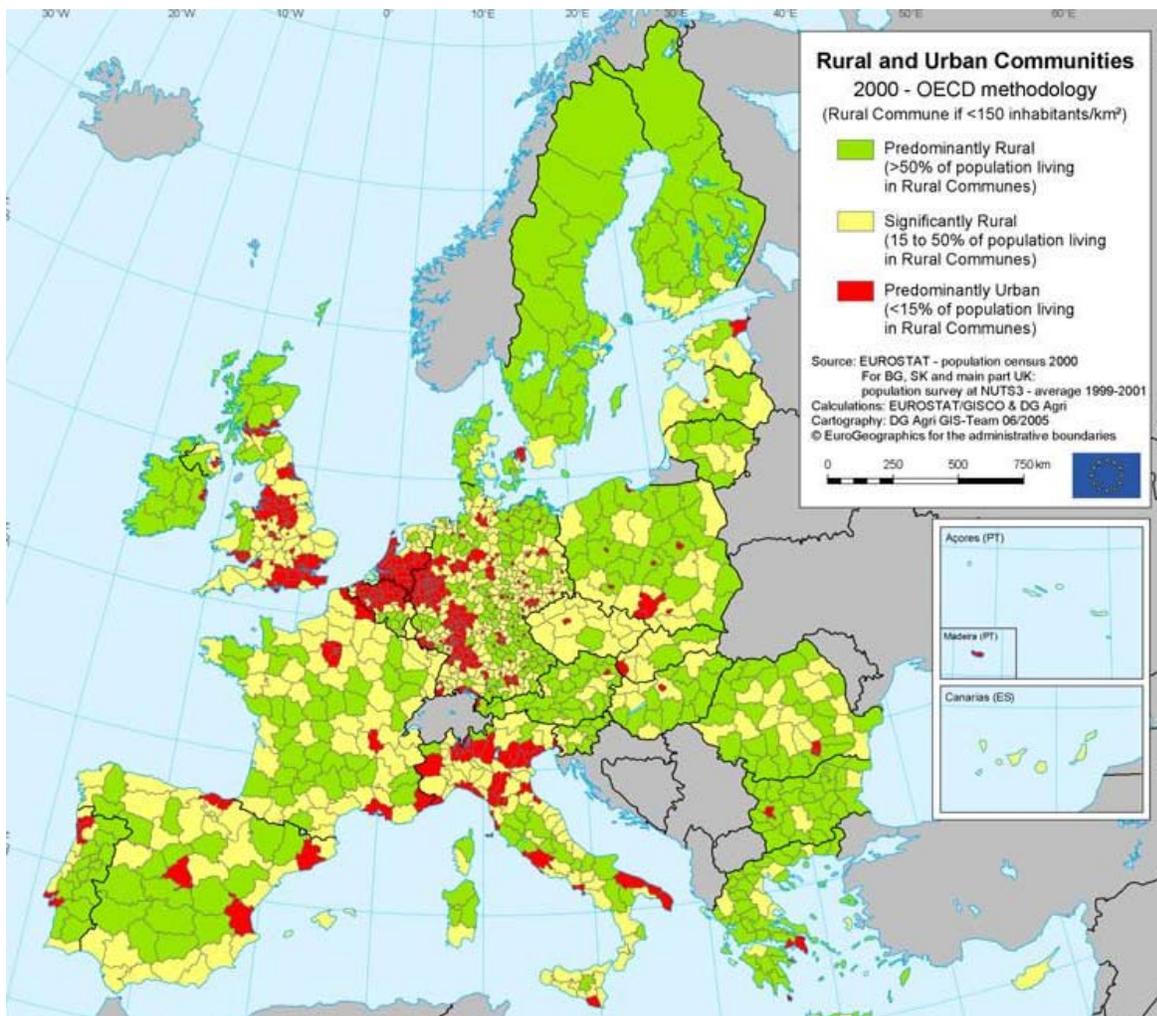
O interesse por este conceito, reforçado nas duas últimas décadas, na Europa e um pouco por toda a parte, ficou a dever-se, basicamente, ao surgimento de um conjunto de preocupações, dado o evoluir de uma série de condicionalismos, na Europa e no mundo em geral, e particularmente em cada um dos países.

Em termos gerais, na Europa, estes condicionalismos foram criados e fomentados, principalmente, pela conjuntura gerada pela Revolução Industrial no século XVIII. Esta conjuntura foi-se desenvolvendo, amortizada com as guerras mundiais, e fez sentir, um pouco mais recentemente, os seus efeitos na maioria dos países. Este marco da nossa história implicou uma alteração profunda das teorias e das práticas sobre o crescimento e o desenvolvimento económicos. Assim, em termos teóricos, as teorias de crescimento e de desenvolvimento económicos deixaram de considerar e de se basear na terra como o principal

factor limitativo da Economia e começaram (ou passaram) a ter em consideração o capital e a sua acumulação, como o principal motor das economias, o qual está, actualmente, e cada vez mais, a ser substituído pela informação, educação e inovação. Ao nível prático, verificou-se um conjunto de alterações radicais em toda a estrutura de funcionamento das economias, em face das consequências geradas pelo aparecimento das novas tecnologias, como, por exemplo, o crescimento económico sem precedentes na história mundial, que foi sempre acompanhado pela modernização dos sectores da Economia.

As principais alterações ocorridas no dia a dia da Economia, cuja referência nesta tese assume alguma importância, são as seguintes: o agudizar das diferenças/divergências entre o mundo rural e o mundo urbano e a ocorrência de enormes ondas de êxodo rural (por um lado, em virtude das populações procurarem melhores condições de vida nos meios urbanos, muito vezes influenciadas pelos meios de comunicação social e, por outro, devido à falta de empregos nos meios rurais, em face da modernização da principal actividade económica existente nestes meios a agricultura através da mecanização e da utilização de fertilizantes químicos e produtos fitofarmacêuticos). Na Europa, esta situação da cada vez mais reduzida importância relativa do sector agrário na Economia, em termos gerais, e, particularmente, nos meios rurais, acentuou-se em certos países com as políticas agrárias saídas da Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) de 1992. Esta Reforma ficou a dever-se ao acumular de problemas gerados pelas políticas da antiga PAC, nomeadamente no que diz respeito aos excedentes de produtos agrários e problemas ambientais, provocados pelo uso abusivo de produtos químicos e por uma agricultura intensiva. As políticas saídas da Reforma da PAC foram, por sua vez, complementadas na sua posição com as políticas sócio-estruturais do II QCA (Quadro Comunitário de Apoio) (Lourenço, 1997).

Assim, o desenvolvimento rural transformou-se numa área política fundamental para a Comissão Europeia (CE). Com efeito, as zonas rurais dos Estados-Membros abrigam, em 2000, mais de 56% da sua população e representam 91% do seu território (Comissão Europeia, 1995). A Figura 2.1 mostra, em forma de mapa, e segundo a metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A metodologia da OCDE classifica as unidades territoriais estatísticas (NUT) III em Predominantemente Urbanas com menos de 15% da população reside em freguesias com densidade demográfica inferior 150 hab./km<sup>2</sup>, Significativamente Rurais, ou Intermédias, quando entre 15 e 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica menor a 150 hab./km<sup>2</sup>, e por último as Predominantemente Rurais, quando mais de 50% da população reside em freguesias com densidade demográfica menor a 150 hab./km<sup>2</sup> (PEN, 2007).



**Figura 2.1 – Regiões Rurais da UE-27 pelo método da OCDE**

**Fonte: Comissão Europeia, 2005**

As zonas rurais da União Europeia (UE) são uma parte fundamental da sua geografia física e da sua identidade. Além disso, parte do carácter único da UE decorre da extrema variedade das suas paisagens grandiosas e deslumbrantes - das montanhas às estepes, das grandes florestas aos campos ondulantes.

Muitas das zonas rurais da UE enfrentam actualmente desafios importantes. Algumas explorações agrícolas e silvícolas têm de reforçar a sua competitividade. De um modo geral, nas zonas rurais, o rendimento médio *per capita* é inferior ao das cidades, o nível de qualificações de base é mais baixo e o sector dos serviços está menos desenvolvido. Além disso, a protecção do ambiente rural comporta custos financeiros (CE Direcção-Geral da Agricultura, 2007).

Por outro lado, as zonas rurais da Europa têm muito para nos oferecer: desde matérias-primas essenciais a espaços de indiscutível beleza, onde podemos descansar, recuperar

energias e entregar-nos a múltiplas actividades de lazer. São os nossos pulmões e, por essa razão, uma das frentes de batalha da luta contra as alterações climáticas. Há muita gente que se sente atraída pela ideia de viver e trabalhar no espaço rural, desde que tenha acesso a serviços e a infra-estruturas adequadas.

A agricultura e a silvicultura continuam a ter uma importância crucial na utilização das terras e na gestão dos recursos naturais nas zonas rurais da UE e enquanto plataforma para a diversificação económica das comunidades rurais. O reforço da política de desenvolvimento rural da UE tornou-se, por conseguinte, uma prioridade global da União Europeia.

Assim a Comissão Europeia tem vindo a aplicar, desde 1988, uma política de coesão económica e social integrada, através de uma utilização complementar dos três fundos estruturais: FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), orientado para as infra-estruturas e o desenvolvimento económico; FSE (Fundo Social Europeu), para as políticas de valorização dos recursos humanos; FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), para a modernização agrícola, a organização dos mercados agrícolas e a promoção das actividades rurais (Comissão Europeia, 2005).

Com a reforma empreendida com a Agenda 2000, deu-se uma continuação da evolução dos últimos anos: paralelamente à adopção de medidas de mercado e ao cumprimento das exigências de uma agricultura europeia competitiva, há também que ter em conta as diversas necessidades do mundo rural, as expectativas da sociedade actual e os imperativos ambientais. A nova política de desenvolvimento rural, que se tornou o “segundo pilar” da Política Agrícola Comum, dá resposta a essas preocupações. Enquanto elemento fundamental do modelo agrícola europeu propõe-se estabelecer um quadro coerente e dourador, que garanta o futuro das zonas rurais e contribua para a manutenção e criação de empregos (CE Direcção-Geral da Agricultura, 2007).

A comissão europeia reestruturou recentemente a sua política de desenvolvimento rural comum, Decisão 2006/144/CE alterada pela Decisão 2009/61/CE relativa às orientações estratégicas comunitárias para o Desenvolvimento Rural 2007-2013, tendo criado o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Este fundo foi instituído pelo Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho que contém as regras essenciais da política de desenvolvimento rural para o período de 2007 a 2013, bem como as medidas de política que os Estados-Membros e as regiões podem adoptar (CE Direcção-Geral da Agricultura, 2007).

Nos termos deste regulamento, a política de desenvolvimento rural durante o período de 2007 a 2013 deve concentrar-se nas três áreas seguintes, designadas "eixos temáticos" (Comissão Europeia, 2005):

- aumento da competitividade do sector agrícola e silvícola;
- melhoria do ambiente e da paisagem rural;
- promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação da economia rural.

Para garantir uma aplicação equilibrada desta política, os Estados-Membros e as regiões devem repartir o financiamento destinado ao desenvolvimento rural entre estes três eixos temáticos.

Este regulamento refere também que uma parte do financiamento deve ainda apoiar projectos baseados na experiência adquirida com a iniciativa comunitária Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER). Esta iniciativa advoga grupos de acção local para elaborem planos de desenvolvimento para as respectivas zonas de intervenção (Luís, 2002). Num encontro organizado pelo *World Travel and Tourism Council*, em 1998, o LEADER foi descrito como um excelente exemplo da abordagem “*bottom up*” (ascendente), apoiando projectos de turismo, entre outros (Edmunds, 1999).

Antes de 2007, cada Estado-Membro (ou região, quando são atribuídas competências a nível regional) deveria elaborar um plano de desenvolvimento rural, apresentando uma repartição do financiamento por medida durante o período 2007-2013 (PEN, 2007).

A maior novidade para o período referente 2007-2013 é a maior ênfase atribuída a uma estratégia coerente de desenvolvimento rural em toda a UE. Para o efeito, são elaborados planos de estratégia nacionais com base nas orientações estratégicas comunitárias.

Esta abordagem deverá contribuir para identificar as áreas em que a utilização do apoio da UE ao desenvolvimento rural cria mais valor acrescentado ao nível da UE, assegurar a ligação com as principais prioridades da UE, nomeadamente as estabelecidas nas agendas de Lisboa e de Göteborg, assegurar a coerência com as outras políticas da UE, em particular nos domínios da coesão e do ambiente e acompanhar a aplicação da nova PAC, orientada para o mercado. Deve pois ter-se em conta a importância da agricultura desempenha na riqueza e na diversidade das paisagens, dos produtos alimentares e do património cultural e natural em toda a Comunidade.

## 2.1.4 Portugal e desenvolvimento rural

Em Portugal Continental, cerca de 45% da população vive em zonas rurais, que ocupam 86% do território (PEN, 2007). A Figura 2.2 mostra graficamente a distribuição das zonas rurais pelo Portugal continental, usando também a metodologia proposta pela OCDE.

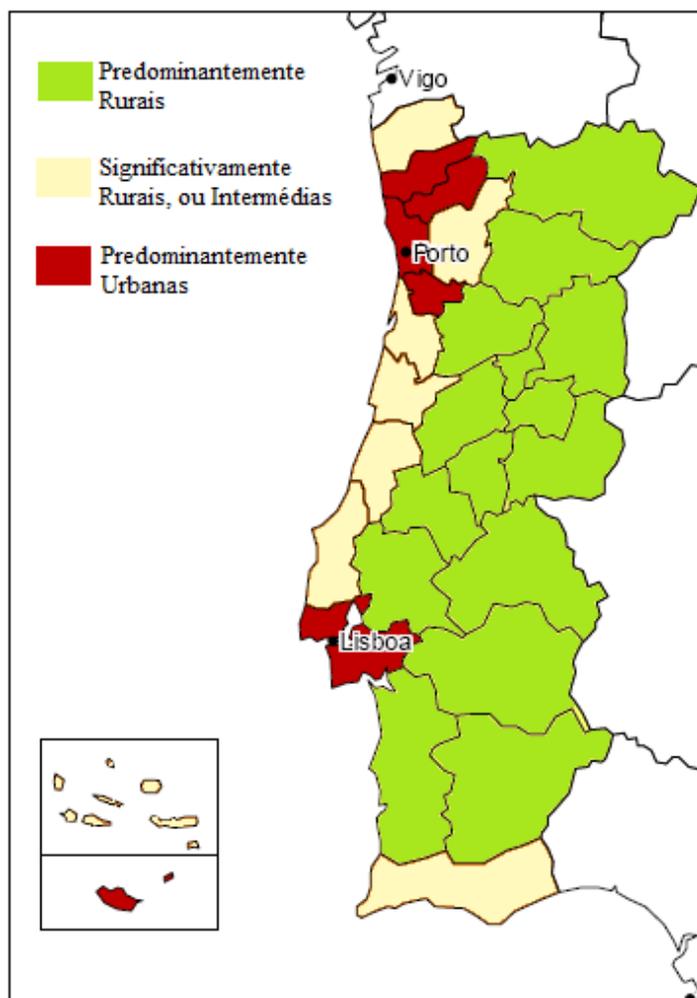


Figura 2.2 - Regiões Rurais em Portugal pelo método da OCDE

Fonte: adaptado de OECD, 2009

Particularmente em Portugal, e associado a todo este contexto gerado com a Revolução Industrial, acresce todo o cenário que foi surgindo após o 25 de Abril de 1974, ligado fundamentalmente à emigração, e com a adesão de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia) em 1986. Estes dois acontecimentos permitiram a Portugal uma maior abertura da sua economia ao exterior, que passava a poder tirar proveito das vantagens comparativas do comércio internacional. No entanto, o país foi lançado (sobretudo com a adesão à CEE) no mercado global e livre europeu, onde, de certa forma, tinha e continua a ter décadas de atrasos sociais, com a população envelhecida em meios rurais, baixos níveis de formação e

dificuldades em ter acesso à informação; atrasos económicos associados a um aparelho produtivo a denotar alguma fragilidade (tanto na capacidade organizativa, como no poder de afirmação a par dos mais directos concorrentes) perante o panorama económico nacional (caracterizado, por exemplo, pelo elevado preço dos combustíveis). Para além disso, verificavam-se, ainda, atrasos estruturais em certos meios, como os rurais, onde falta quase tudo, e atrasos institucionais, com as Instituições nacionais a terem dificuldades em dar resposta a realidades diferentes quanto mais não seja na importância que é atribuída ao planeamento económico a longo prazo. Como tal, esta era e é uma realidade para a qual o país não estava preparado e as dificuldades de afirmação são imensas. Senão, basta constatarmos a pressão económica exercida pelo vizinho Espanha. Para agravar toda esta situação, e num curto espaço de tempo, Portugal tem visto o curso das suas estratégias nacionais a ser moldado pela evolução do bloco económico em que está inserido, com a reforma da PAC, os acordos do *General Agreement of Trade and Tariff* (GATT), a integração na moeda única e a Agenda 2000. Esta última com todas as questões a que esta procura responder, sejam o alargamento da UE aos Países da Europa Central e Oriental (PECO), a consolidação da moeda única, a preparação da UE para as novas negociações do GATT (actualmente designado Organização Mundial do Comércio - OMC) e a nova reforma dos fundos estruturais e da PAC. No entanto, é indiscutível que a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia trouxe, também, muitos benefícios com a vinda dos fundos estruturais e o fomento da coesão económica e social. No entanto, deve-se frisar os factores geradores de desvantagens para o mundo rural (o qual não se compadece com grandes pressões), que fizeram aparecer com mais notoriedade o conceito de desenvolvimento rural (Martinho, 2000).

Nas duas últimas décadas, tem-se olhado para esta problemática e tem-se procurado dar-lhe resposta. Por um lado, porque os meios rurais estão a ficar abandonados, com todas as consequências que daí advêm, como, por exemplo, a degradação da paisagem, o aumento dos riscos de incêndio nas florestas, a degradação do património e da cultura destas zonas e, em última análise, do país e, por outro lado, porque se avolumam problemas de exclusão social nos meios urbanos, dado que estes não absorvem todo o factor trabalho, e é crescente a degradação das condições de vida nestes meios.

No entanto, continua-se a assistir a *mega* iniciativas nos grandes centros urbanos nacionais, que envolvem volumosos investimentos como capital da cultura em Lisboa, a Expo 98 ou o Porto 2001, não se assistindo a esta tipologia e avultados eventos nos meios rurais. Assiste-se apenas a um conjunto de políticas apoiadas em programas de desenvolvimento regional com bons fundamentos conceptuais, mas, por vezes, com baixas participações,

dado que se tem de cumprir os critérios de Maastricht e da PAC, mas esta é baseada em produtividades históricas e virada para as agriculturas dos países do norte da Europa, tornada ineficiente em termos económicos e inadaptada ao modelo social português (Martinho, 2000).

Não obstante, ao nível nacional, existem diversos planos para fomentar o desenvolvimento rural tendo o seu expoente máximo o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural – PENDR, 2007, o qual se debruça exclusivamente sobre esta temática. Este plano enfatiza o papel da diversificação das actividades nos meios rurais como forma de superar a forte dependência face aos sectores tradicionais agro-silvo-pastoris, em declínio. Assim, procura-se fomentar um aumento da terciarização da economia rural, a partir da rentabilização dos recursos patrimoniais existentes, culturais e naturais, e da diversificação das actividades tradicionais, como fontes alimentadoras de procuras e de investimentos emergentes.

## **2.2 Turismo**

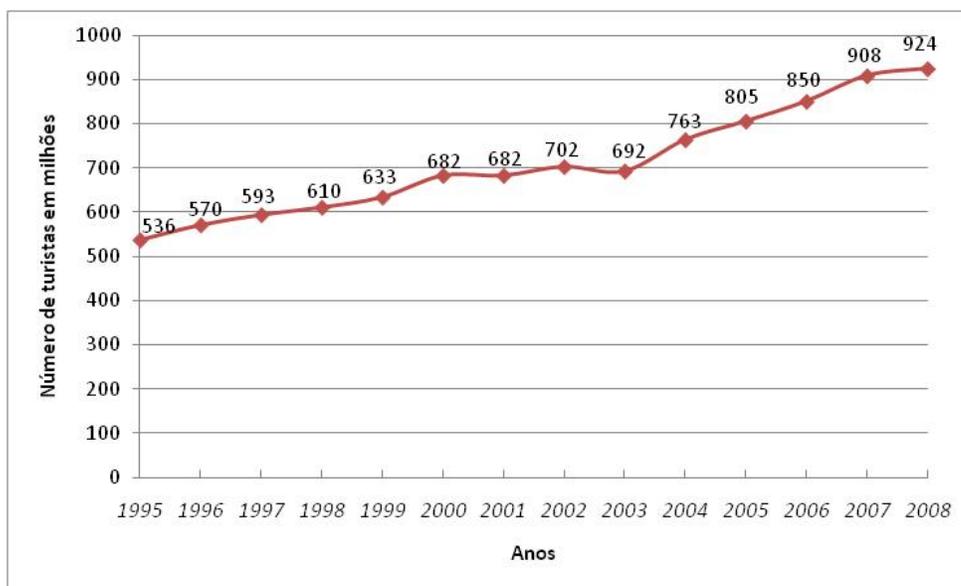
Neste capítulo, exploramos sucintamente definições teóricas, evolução e potencialidades do turismo.

### **2.2.1 Enquadramento mundial e nacional**

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) reconhece o turismo como uma das indústrias mais importantes do mundo e aquela que possui um índice de crescimento mais rápido. Além disso, o turismo é uma fonte de emprego e de receitas em constante progressão, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento (CNUCED, 2004).

Na verdade, o turismo é considerado como um dos fenómenos económicos e sociais que mais se destacaram no último século do milénio passado e no início deste século (OMT, 2003). Estima-se que as actividades ligadas directa e indirectamente ao turismo contribuem para 207 milhões de postos de trabalho, representando 8% do emprego mundial, e 11% do PIB mundial, com um crescimento anual aproximadamente 3,7%, o que torna o turismo na principal indústria do mundo (WTTC, *et al.*, 2002).

A título de exemplo, a Figura 2.3 mostra a evolução do número de turistas, em milhões, movimentados por ano no mundo, que em traços gerais, tem sido positiva. Visualiza-se um crescente aumento no número de turistas, se comparamos o primeiro ano (1995) e o último (2008) a diferença cifra-se num aumento de quase 400 milhões de pessoas.



**Figura 2.3 – Evolução do número de turistas**

**Fonte: adaptado OMT, 2008**

Este fenómeno de crescimento constante pode ser explicado devido ao facto de ter havido forte aumento dos rendimentos disponíveis das famílias, desenvolvimento exponencial da oferta de aviões a jacto de grande porte, à existência de combustíveis baratos, à redução substancial de tarifas e ao aparecimento de novas tecnologias de informação, tais como sistemas de distribuição global, sistemas de reserva por computador que permitiram aos operadores de viagens através da internet, assim como aos viajantes individuais, facilidades nas reservas de viagens e de bilhetes (Careto & Lima, 2006).

Estes factores demonstram que o turismo se oferece como um importante instrumento de desenvolvimento das economias contemporâneas, proporcionando benefícios de longo prazo quando implementados de forma sustentada. De facto, ao implicar uma rede complexa de actividades económicas envolvidas no fornecimento de alojamento, alimentação e bebidas, transportes, entretenimento e outros serviços para os turistas, o turismo é um elemento estruturante da economia (OMT, 2008).

Esta constatação é uma evidência empírica de muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento onde o turismo é hoje um sector estratégico ou está a evoluir nesse sentido. Portugal não foge a esta regra, sendo o turismo apresentado como um cluster estratégico em diversos planos entre eles, o já terminado Plano de Desenvolvimento Económico e Social para 2000/2006 e no Quadro de Referência Estratégico Nacional para 2007/2013. A ênfase é particularmente colocada no contributo que este sector poderá dar para o desenvolvimento de algumas regiões, especialmente as mais pobres e com menos alternativas económicas,

focando os apoios sobretudo na temática do turismo em espaço rural e no turismo de natureza (QREN , 2007).

Um dos principais sectores da economia portuguesa é mesmo o Turismo e o seu peso na economia tem vindo a crescer nos últimos anos, observando-se um crescimento anual nas receitas de 2,5% entre 2000 e 2004. As receitas do Turismo ascendem a 6,3 mil milhões de euros, correspondendo a 11% do PIB e apresentam uma tendência para continuarem a crescer (PENT, 2006).

### **2.2.2 Dinâmica empregadora**

O desemprego é uma realidade que afecta todas as regiões do país e do mundo, levantando problemas tanto ao nível económico como social. O desenvolvimento do turismo e a sua ligação a várias indústrias permitem a criação de inúmeros empregos. No entanto, é extremamente difícil obter dados concretos sobre os empregos que cria devido à variedade de indústrias que produzem bens para o turismo. Assim, para clarificar a sua influência nas várias indústrias, o emprego no sector turístico pode ser classificado, segundo De Kadt (1979), da seguinte forma:

- Emprego directo: consiste na venda directa de bens e serviços aos turistas (hotéis, restaurantes, lojas, transportes);
- Emprego indirecto: com incidência nas várias actividades (agrícola, agro-alimentar, artesanal, construção) que fornecem as empresas turísticas para satisfazer o consumo do turista.

Os empregos gerados pelo sector turístico são geralmente pouco classificados (por exemplo, porteiros, cozinheiras, jardineiros). A população local costuma beneficiar desses empregos, conseguindo assim ter um rendimento mais elevado do que se estivesse a trabalhar nos sectores tradicionais, como a agricultura. Pelo facto de empregar pessoas locais o turismo permite travar um pouco o êxodo dos que partem para as grandes cidades para encontrar trabalho e melhores condições de vida. É de notar que os empregos mais classificados e especializados costumam ser ocupados por pessoas de fora da zona (Bote Gómez, 2001).

Assim o turismo é um dos principais sectores geradores de emprego, representado 10,2% da população activa. O Turismo é um dos sectores com maior importância para o emprego nacional, representando 10,2% da população activa em 2004 (crescimento relativo de 0,2 pontos percentuais face a 2000). A figura apresenta de forma esquemática os dados anteriormente revelados (PENT, 2006).

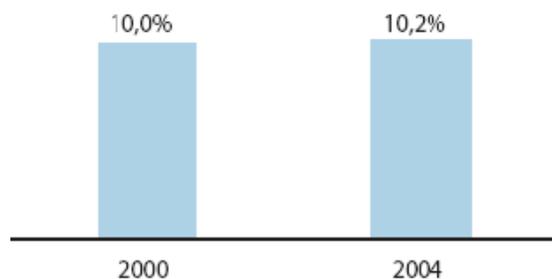


Figura 2.4 - Contribuição do turismo para emprego em Portugal (% emprego total)

Fonte: PENT, 2006

### 2.2.3 Enquadramento evolutivo

Para vários autores, como Burney (2009) e Ruschmann (1994) existem sucintamente quatro grandes momentos na evolução do turismo mundial.

A fase pioneira ocorreu no século XVII, denominada de fase do “relacionamento” e dos primeiros equipamentos turísticos. Foi caracterizada pela descoberta da Natureza e das suas comunidades receptoras.

A segunda fase destacou-se pelo “turismo dirigido”, ao longo do século XIX e início do século XX. Nesse período (*Belle Époque*), pouca preocupação existia em relação à preservação ambiental, contudo a intensificação da procura, sobretudo a partir da década de 40 (com a instituição das férias pagas) acabou por estimular as construções e o crescimento imobiliário, os quais, caracterizam hoje os antigos centros turísticos da Europa.

A partir de 1950 surge a terceira fase – o turismo de massa que teve o seu apogeu no decorrer das décadas de 70 e 80 que foi catastrófico em termos de protecção ambiental, pois houve um domínio brutal do turismo sobre a natureza e sobre as comunidades receptoras, com a construção dos grandes aldeamentos e urbanizações turísticas.

No entanto, em meados da década de 70, a qualidade ambiental começa a constituir um elemento importante e o turismo passa a considerar os problemas do meio ambiente. Surge assim o Turismo alternativo (em relação ao turismo de massas) em franca implantação nos anos 90, com novas propostas ligadas às preocupações ambientais que a população em geral foi interiorizando e à crescente necessidade de contacto com a natureza e com diferentes culturas e sociedades. É a fase do ecoturismo, do turismo verde, do turismo activo, entre outros.

A este respeito, Cunha (1997) refere que o turismo se pode subdividir em dois componentes: o turismo de massas ou convencional, que continuará a dominar esta indústria,

e o turismo alternativo. Este último caracteriza-se pela baixa densidade, pela pequena escala e pela atracção de um segmento específico da sociedade: normalmente turistas com rendimentos acima da média e com um nível de instrução superior. Salvà-Tomás (2000) refere que esta nova atitude do mercado turístico se deve à busca de destinos mais individualizados, à procura de serviços personalizados, de férias activas, de experiências enriquecedoras, de autenticidade, de tranquilidade e ao interesse pelas culturas locais. Poon (1993) apresenta, no quadro seguinte, de uma forma peculiar, a contraposição entre o perfil dos turistas *fordistas* e dos *pós-fordistas*.

**Tabela 2.1 - Diferenças entre as motivações e os comportamentos dos turistas *fordistas* e *pós-fordistas***

<b>Procura <i>fordista</i> (clássica)</b>	<b>Procura <i>pós-fordista</i> (emergente)</b>
Vão sobretudo à procura de sol	Querem experimentar algo de novo
Procuram actividades pré-definidas	Tem liberdade de escolha
Caracterizam-se pela grande itinerância	Vêm e desfrutam, mas não destroem
Querem mostrar onde estiveram	Preocupam-se com o gosto das experiências
Têm uma atitude de superioridade (Ter)	Têm uma atitude de compreensão (Ser)
Gostam de eventos	Gostam de desportos, actividades
São prudentes	São aventureiros
Comem na sala de jantar do hotel	Apreciam a gastronomia local
São homogéneos	São heterogéneos

**Fonte: Adaptado de POON, 1993**

As procuras emergentes norteiam-se pela personalização dos destinos, pela busca de motivos que enriqueçam a formação pessoal, pelo contacto com outras culturas ou locais históricos, por destinos que permitam a realização de exercícios físicos e a evasão dos meios urbanos, como forma de combater o stress do quotidiano. Ao nível social há também diferenças, pois a demarcação de um certo estatuto social também se consegue pela opção de destinos que não estão ao alcance de todos ou pelo número de pequenos períodos (*short breaks*) que são aproveitados para sair do local habitual de residência ao longo do ano. Assim, como referem Fonseca e Ramos (2007), a tríade de motivos que preside às deslocações massificadas (*sea, sun and sand*) é diametralmente diferente daquela que rege as deslocações mais individualizadas (*excitement, entertainment and education*).

#### **2.2.4 Turismo de natureza e cultural**

Fundamentalmente a partir dos anos 70, começaram-se a ouvir vozes denunciadoras dos efeitos negativos que a actividade turística causava ao ambiente, tanto no que se prende com os recursos naturais, a biodiversidade, o equilíbrio dos ecossistemas, como em relação à população residente e receptora do turismo, cujo efeito se reflectia na perda de qualidade de

vida, nos desajustamentos das economias locais, no desmembramento da organização social e na aculturação da identidade e valores culturais, que no seu conjunto constituíam os pilares que enformavam o quadro de vida de determinada sociedade (Burnay, 2009).

Deste modo, as tendências da indústria turística tiveram de apontar para formas diferentes levando a uma maior segmentação de mercado com o desenvolvimento de novas formas de turismo, tais como as relacionadas com a natureza, vida selvagem, turismo rural e cultura, com turistas cada vez mais selectivos e exigentes. Assim, a preservação do produto turístico tem de ser assente no património ambiental, social e cultural específico de cada país e sobretudo de cada zona, sendo esta a única forma de assegurar a sua sustentabilidade e desenvolvimento (WTTC, *et al.*, 2002).

Surge então a necessidade de experimentar outros modelos de desenvolvimento de turismo, mais compatíveis com o ambiente e a cultura, e que representem fundamentalmente um benefício real para as comunidades anfitriãs. Assim nasce o conceito de turismo sustentado que engloba o ecoturismo, turismo de natureza, turismo em espaço rural, turismo activo entre outros.

Este facto é enfatizado por Ceballos-Lascuráin, para muitos o pai do ecoturismo, numa entrevista dada ao Ecoclub em Outubro de 2006, ao referir a “falta de espaços não contaminados onde o homem se possa sentir parte activa e integral da natureza são cada vez mais escassos, fazendo com que surja o ecoturismo e o turismo activo sustentável”.

O turismo sustentável pode ser definido sucintamente por ser “todas as formas de desenvolvimento e planeamento das actividades turísticas que respeitem e preservem a longo prazo os recursos naturais, culturais e sociais e que contribuam de forma positiva e equitativa para o desenvolvimento económico e para o conforto das pessoas que vivem e trabalham numa determinada região” (EUROPARC/Passion Fatale, 1993, cit. por Burnay, 2009).

Esta nova forma de turismo apresenta-se em muitos casos como uma alternativa de menor impacte comparado com actividades como a extracção de inertes, a agricultura extensiva, o corte de madeira indiscriminado e o turismo maciço que se desenvolviam de acordo com os modelos de desenvolvimento existentes (Burnay, 2009).

Nyaupane, Morais e Graefe (2004) referem que em 2004 o Turismo em espaço rural significava 7% do consumo total de turismo e o seu crescimento anual é superior ao do turismo tradicional, ou seja cresce entre 5% e 10% *versus* o crescimento de 4% do turismo tradicional.

## **2.3 Turismo e desenvolvimento Rural**

Neste subcapítulo exploramos a estratégia de desenvolvimento rural baseada na aposta turística, fazendo referência a alguns estudos de caso.

### **2.3.1 Aposta no turismo para o desenvolvimento rural**

O turismo tem vindo a ganhar espaço crescente nas propostas de desenvolvimento que têm sido delineadas com o fim de contribuir para a resolução da crise que afecta a maioria das áreas rurais. Contudo, apesar das perspectivas de evolução do sector turístico serem animadoras, é fundamental que o seu crescimento seja efectuado de forma sustentada, quer ao nível económico, quer ao nível ambiental.

Neste sentido, como defende Ribeiro (2007), será crucial que os esforços sejam orientados para a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, para o reforço das parcerias estratégicas e para a preservação do equilíbrio ambiental e a valorização do património cultural. De alguma forma, poder-se-á dizer que o turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando produtos turísticos alternativos. Nesta acepção, o sucesso da actividade turística prende-se de perto com os recursos locais, na sua expressão quantitativa e qualitativa. Esta perspectiva fundamenta-se no paradigma do desenvolvimento endógeno, referida anteriormente.

Assim, de acordo com Barquero (1995), para a endogeneização do desenvolvimento através do turismo é necessário ter em atenção as três condições referidas, ou seja, haver alguém com um projecto, existirem condições permitam concretizá-lo; e haver capacidade organizativa que garanta a competitividade no mercado. É essencial ter também em atenção, que na medida em que as possibilidades não são idênticas para todas as regiões, nem todas as regiões podem basear o seu desenvolvimento no turismo.

À luz desta perspectiva, é adicionalmente relevante mencionar que as condições subjacentes à exploração da actividade turística têm vindo a alterar-se. O clima criado por uma sociedade em mudança acelerada, conjugado com a afirmação de um consumidor cada vez mais consciente em matéria de ecologia, que anseia por uma nova qualidade de vida e se oferece crescentemente alertado para os efeitos nefastos do turismo de massas, vem proporcionando as bases para a diversificação das actividades e produtos turísticos.

Como consequência deste ambiente, o mercado vem evoluindo muito rapidamente em direcção a novos produtos. Entre esses produtos, encontra-se esta fileira de turismo em espaço

rural (TER), que engloba necessariamente o turismo de natureza e cultural e o turismo verde, entre outros.

O desenvolvimento deste mercado não pode, assim, ser considerado acidental ou temporário. É, antes, o resultado da evolução do modelo de sociedade. Na realidade, aspectos como a qualidade ambiental, a tranquilidade, o contacto com a natureza, assim como a preferência por períodos de férias mais curtos, são factores que incrementaram o interesse do turista pelos espaços rurais. Por outro lado, um importante volume de investimento, propiciado fundamentalmente pelas ajudas da União Europeia, favoreceu a entrada no mercado de uma ampla e heterogénea oferta, que de algum modo reflecte também a importância crescente desta modalidade de turismo (Ribeiro, Freitas, & Mendes, 2001)

De um modo geral, é considerado que o turismo que se processa nos espaços rurais pode acarretar um conjunto de benefícios que passam, em primeiro lugar, pela revalorização dos recursos patrimoniais, seja ao nível do património cultural (material e imaterial), seja ao nível do natural. Estas acções reflectem-se numa maior preocupação com o ordenamento do território e com a salvaguarda dos recursos patrimoniais, evitando a sua deterioração e perda de identidade. Paralelamente, o turismo pode estimular o desenvolvimento de actividades subsidiárias, quer a montante, quer a jusante. A montante, há actividades que qualificam e enriquecem a oferta, como o artesanato e a produção agro-alimentar, nomeadamente no segmento dos produtos regionais, que podem beneficiar com o aumento da actividade turística, uma vez que estes produtos são alvo de uma procura crescente (Fonseca, 2006). A jusante, actividades de animação, de organização de eventos e de prestação de serviços podem também ter mais oportunidades com base no aumento do fluxo de turistas. Um outro benefício resultante prende-se com a criação de postos de emprego em espaços onde, tradicionalmente, as oportunidades de trabalho são escassas. As exigências de alguns serviços turísticos implicam uma adequada formação dos recursos humanos, facto que constitui uma oportunidade para fixar mão-de-obra qualificada nos espaços rurais, ou para qualificar a existente. A possibilidade de instalação de equipamentos, o desenvolvimento de infra-estruturas e a atracção de outros recursos do exterior (investimentos, moradores, eventos) são casos de outros benefícios (Ribeiro, Freitas, & Mendes, 2001).

Assim, pela perspectiva do desenvolvimento rural, o TER é uma das actividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico, sendo tanto mais forte quanto conseguir endogeneizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região. O turismo constitui-se como factor de diversificação das actividades agrícolas, bem como

factor de pluri-actividade, através da dinamização de um conjunto de outras actividades económicas que dele são tributárias e que com ele interagem (Ribeiro & Vereiro, 2007).

Este tipo de turismo, ainda que seja minoritário no conjunto do mercado turístico, pode, assim, dar uma contribuição valiosa para a sustentabilidade das economias rurais. Isto pode ser constatado não só em termos financeiros mas também em termos de emprego, de conservação do meio ambiente, de impulso à reabilitação do património artístico e cultural dos espaços rurais, entre os efeitos positivos mais evidentes (Vera, 1997).

No entanto, apesar do turismo no espaço rural ter numerosas vantagens, também pode suscitar diversos problemas. De forma a minimizar estes problemas, é necessário definir alternativas ou estratégias de desenvolvimento turístico que impliquem uma utilização responsável do território, harmonizando os interesses do turismo, do meio ambiente e da comunidade local (Vera, 1997; Bote Gómez, 2001). Em razão das expectativas criadas, na definição do modelo ou estratégia de desenvolvimento do TER devem considerar-se os seguintes objectivos, diferenciados dos do turismo tradicional (Bote Gómez, 2001):

- i) Compatibilização da conservação com o desenvolvimento dos recursos turísticos, pois, dispondo o meio rural de um património natural e sócio-cultural importante, o desenvolvimento turístico tem de respeitar a integridade dos seus recursos (paisagem atractiva, tranquilidade e repouso, arquitectura popular, etc.), geralmente de carácter frágil;
- ii) Por contraponto da oferta concentrada e de grande escala, características das estratégias implementadas em áreas litorais, deve procurar-se a criação de uma oferta (de alojamento e recreação) não concentrada e de pequena escala, mas coordenada a nível local e comercial (por razões de promoção, comercialização e gestão);
- iii) Para além do intercâmbio económico, necessário para rendibilizar os investimentos, esta estratégia deve estimular o contacto com a natureza, mediante a criação e promoção de actividades ao ar livre e a potenciação de um autêntico diálogo entre as populações rural e urbana, através de um conjunto de actividades de animação sociocultural;
- iv) Este tipo de turismo tem de ser organizado e gerido pela população rural, o que é possível, pois trata-se de uma oferta de pequena escala e, além disso, desta forma consegue-se um desenvolvimento autónomo e optimizam-se os benefícios directos e indirectos do turismo. Esta dimensão articula-se o com o necessário consentimento e participação da sociedade rural na implementação da actividade.

Estas populações e estes agentes terão, por sua vez, de fazer um esforço de consensualização e cooperação, de forma a facilitar as complexas tarefas que o desenvolvimento e conservação dos recursos turísticos implicam.

Deste modo, qualquer implantação de turismo rural deve reger-se, segundo Vera (1997), pelos seguintes princípios: i) uso sustentável dos recursos; ii) revitalização das economias locais; iii) qualidade de desenho e de gestão; iv) integração da população local; v) desenvolvimento planeado e controlado, que implique a não massificação, e um baixo impacto; e, definitivamente, vi) a sustentabilidade.

### *2.3.1.1 Institucional*

O turismo surge com potencial para diversificar a economia dos espaços rurais na perspectiva das estratégias de desenvolvimento comunitárias, nacionais, locais e de muitos investigadores. A CE (1998) elegeu o turismo como um sector prioritário no desenvolvimento da política comunitária, por concorrer para a realização de objectivos como: a criação de riqueza, o aumento de rendimentos, a construção de infra-estruturas e a formação de recursos humanos. Ao nível nacional, a importância do turismo no desenvolvimento dos espaços rurais é uma temática actual e está consubstanciada em vários documentos estratégicos transversais, como o Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território - PNPOT (2007), o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural - PENDR (2007) e o Plano Estratégico Nacional do Turismo - PENT (2006). Os investimentos turísticos em áreas rurais são encarados pelo PENDR (2007) como alvo de apoios, por ser uma das actividades, a par de outros serviços, que contribui para a diversificação da economia dos espaços rurais. O PENT (2006) considera como estratégicos alguns produtos turísticos que tendencialmente se localizam em áreas rurais, como o turismo de natureza e a saúde e bem-estar. O PNPOT refere que os valores paisagísticos e patrimoniais podem constituir um motor de desenvolvimento em áreas remotas. A nível local, sobretudo nos concelhos situados nas regiões desfavorecidas e na perspectiva dos dirigentes políticos, o turismo é quase sempre considerado como um sector prioritário de desenvolvimento, com capacidade de reanimar a economia embora, por vezes, tal discurso seja demasiado superficial por não existirem recursos com potencial e com qualidade para ancorar o desenvolvimento baseado no turismo. Ao nível científico são muitos os autores, como Fonseca e Ramos (2007), Luís (2002) e Ribeiro e Vereiro (2007), que enfatizam o papel que o turismo tem na estratégia de diversificação de actividades dos espaços rurais.

### 2.3.1.2 Casos de Estudo

Muitos estudos sobre turismo como potenciador de desenvolvimento rural têm sido produzidos na última década. Em seguida analisam-se alguns estudos de casos concretos que ilustram as múltiplas dificuldades desta relação.

#### 1) Sociedades rurais do Sudoeste de França

Balabanian (1999) estudou as potencialidades de um turismo integrado nos espaços e nas sociedades rurais do Sudoeste de França, procurando saber se turismo “Verde” corresponde a um desafio ou a uma utopia. A conclusão é que, para as regiões rurais frágeis, o turismo verde ou rural é uma utopia: não está em expansão nem constitui um fenómeno de massas, e os destinos ligados ao mar, à alta montanha e ao são estrangeiro bastante mais dinâmicos; desenvolve-se mais na periferia das grandes cidades, nos campos próximos do litoral e nas zonas circundantes da alta montanha; o número de unidades de algumas modalidades de alojamento tende a estagnar (caso das “gîtes”), dado que não são rentáveis; o nicho económico é estreito e a frequência de 28% das unidades de alojamento e de locais de visita (parques, castelos, museus, etc.) tende a diminuir ou estagnar; é caro para todos (contribuintes, investidores e clientes); a concorrência é cada vez maior, sobretudo no estrangeiro e tendo também em conta a emergência de novos destinos exóticos, ficando as áreas rurais frágeis praticamente excluídas do mercado; os empresários não ambicionam viver da actividade; pode, quanto muito, limitar ou atrasar o êxodo rural; só espaços muito privilegiados poderão ambicionar a que tal turismo gere processos de desenvolvimento.

#### 2) Sul de Portugal

Graça Joaquim (1999) defende tese semelhante à anterior, num estudo sobre o turismo rural no sul de Portugal. Começa por salientar que o chamado Turismo em Espaço Rural (TER) está, desde as suas origens, em França, ligado ao ambiente, sendo os seus objectivos, no quadro legislativo português: estimular a recuperação do património histórico-cultural em particular e do património rural em geral; associar a qualidade da oferta turística em alojamento às tradições de hospedagem rural; e aumentar em particular o rendimento dos agricultores e a qualidade de vida das populações em geral. Contudo, de acordo com esta autora, o “perfil do TER em Portugal está claramente distanciado dos objectivos que presidiram à sua implementação”, tal como demonstrado pelos resultados de estudos centrados no sul do país: “a recuperação e a conservação do património pessoal e familiar representa a motivação claramente dominante; apenas 20% dos promotores se dedicam em exclusividade ao TER; 77% dos promotores são quadros médios e superiores; sobre os

contributos do TER para a região, os promotores destacam a “valorização da zona”; dos equipamentos necessários ao desenvolvimento turístico, os promotores destacam campos de ténis, campos golfe, caça turística, animação exterior e divulgação do potencial histórico e do artesanato”. A autora conclui dizendo que o TER “é uma actividade altamente “elitizada”, caracterizada pela quase total ausência de complementaridade com a agricultura e pouco enraizada localmente”.

### 3) Douro e Parque Nacional da Peneda-Gerês

As conclusões de Ribeiro e Marques (1999), a propósito do Vale do Douro e do Parque Nacional da Peneda-Gerês, são semelhantes às de Joaquim (1999) anteriormente referidas. Estes autores destacam que são fracas as ligações da maioria dos promotores TER com as actividades agrícolas e, frequentemente, com as próprias comunidades rurais locais. Por outro lado, a contribuição real do TER para a criação de emprego é questionável, sendo criados em média 2 postos de trabalho, um deles membro da família (em geral a mulher) e o outro um trabalhador pago. Este trabalho é pouco ou nada profissionalizado e o salário é baixo. Por último, em termos económicos, o impacte do turismo rural é apresentado como modesto, com um nível médio das despesas locais dos turistas relativamente baixo. Em referência a outras modalidades de turismo no Douro, como os cruzeiros, destaca-se que estes tendem a ser vendidos em “pacote”, em Lisboa, no Porto, em Londres ou em outros locais exteriores à região e ao país, e que os turistas gastam pouco ou nenhum dinheiro fora do barco. Segundo os autores citados, trata-se, sobretudo, da incapacidade e da falta de habilidade da própria região para induzir os turistas a realizarem despesas, uma vez que o seu poder de compra é geralmente elevado. Ainda relativamente ao Douro, num debate (CCMT, 1999, cit. por Ribeiro e Marques, 1999), para além de se ter perspectivado positivamente a evolução de um turismo de qualidade e baixa intensidade, destacou-se a existência de numerosos problemas, entre os quais a falta de profissionais devidamente preparados, a falta de estruturas e de iniciativas de animação, a má coordenação entre os agentes da cadeia turística (Regiões de Turismo, unidades TER, hotéis, estruturas de animação, instituições culturais, restauração, transportadores), a falta de organização da oferta (sobretudo a partir da região) e o défice de envolvimento (ou alheamento) das autarquias.

### 4) Parque Natural do Montezinho

O Parque Natural do Montezinho (PNM) é considerado um exemplo sucesso no quadro das áreas protegidas portuguesas. Figueiredo (1999) analisa-o a partir de questionários junto dos habitantes, visitantes e entidades políticas e de desenvolvimento local. De acordo com o seu estudo, “passados 20 anos de criação, o PNM parece ter sido incapaz de desempenhar o

seu papel de renovação da economia local e de fixação das populações locais” contudo, foram “alcançados os seus objectivos de preservação do ambiente natural e de promoção do repouso e do recreio ao ar livre”, sobretudo em benefício dos “consumidores exteriores”. Salienta também esta autora que os visitantes têm perfil radicalmente diferente dos moradores, nomeadamente em termos de idade, grau de instrução, profissão, rendimento mensal ou inclinação política, acontecendo também que têm representações diferentes sobre o ambiente e visões distintas quanto às regras e às normas em vigor no Parque, por exemplo, em matéria de construção de edifícios ou vias de comunicação, ou derrube de árvores. Assim, diz a autora, começam a desenhar-se “dois ambiente rurais - o que é espaço de recreio e lazer e aquele que é espaço de vida. Enquanto, no primeiro caso, as regras ou as normas são consideradas fundamentais, no segundo caso, elas são essencialmente encaradas como constrangimentos às actividades quotidianas e, mesmo, ao desenvolvimento da área”. Outras diferenças de visão foram identificadas, nomeadamente quanto aos aspectos considerados susceptíveis de degradar o ambiente. Em conclusão, a autora defende que o desenvolvimento rural de áreas marginais como o PNM não pode basear-se apenas na preservação do ambiente, uma vez que tal não assegurará uma base suficiente para manter a população, em termos produtivos, económicos e de qualidade de vida. Contudo, o ambiente poderá ser factor de atracção de diversas actividades e peça de uma estratégia de desenvolvimento rural, mas não a única estratégia.

##### 5) Santa Marta de Penaguião

O estudo de Esmeralda Luís (2002), intitulado *turismo e desenvolvimento do espaço rural: o caso de Santa Marta de Penaguião*, faz uma síntese do investimento e das infra-estruturas existentes nessa localidade, reflectindo sobre as fraquezas e as forças desse local, tendo em vista o desenvolvimento turístico. Um ponto que ressalta é a constatação, que em termos do investimento público no concelho, durante a última década, destacam-se as actuações no âmbito dos programas PRODOURO, PRONORTE e LEADER II. Estes projectos apoiam directamente a actividade turística ou a criação de melhores acessibilidades, o que demonstra a forma como o turismo está a ser encarado neste concelho. Outra conclusão refere que a grande maioria dos turistas no concelho é emigrante, que passam as suas férias em casa própria ou de familiares. E que quanto aos turistas das unidades de TER, os inquéritos realizados permitem traçar o seu perfil sumário: cidadão, com habilitações literárias de nível superior e com rendimentos elevados.

Por último, refere que o turismo pode ser uma das chaves para a competitividade da região, mas que este é um dos vários caminhos a seguir, não bastando apenas apostar nele,

pois o seu efeito multiplicador tende a ser reduzido numa área “com uma base económica reduzida, com uma estrutura económica pouco diversificada e, portanto, com fraca capacidade para produzir a maior parte dos factores necessários ao processo produtivo” (Cunha, 1997: 255, cit. por Luís, 2002). Assim para Luís (2002) o “desenvolvimento efectivo deste território exige uma estratégia, que integre e articule um conjunto de medidas e acções, em domínios e escalas variados.”

#### 6) Almeida

Fonseca e Ramos (2007) estudaram o turismo no espaço rural como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável e estudaram pormenorizadamente o caso de da Vila de Almeida.

Os autores referem que Almeida se posiciona como um espaço rural dotado de elevadas potencialidades para se afirmar como destino preferencial de TER, tendo elementos distintivos e únicos que a podem tornar numa referência, nomeadamente ao nível da arquitectura e da história militar. As debilidades identificadas sugerem a adopção de um modelo global de desenvolvimento, que mobilize os actores locais e regionais, que estimule a cooperação e a concertação e que promova uma perspectiva de *marketing* territorial mais eficaz. Tornar Almeida num destino de referência de TER implica a definição de um projecto de médio/longo prazo, que procure rentabilizar e proteger os seus recursos de uma forma integrada, que procure a inovação e a qualificação de todos os elementos ligados à oferta. Implica ainda a implementação de uma perspectiva profissional de *marketing* territorial, que organize toda a oferta turística, que execute estudos de mercado, que planifique e organize toda a oferta e que, em conformidade, promova as potencialidades de Almeida através dos meios mais adequados. Apesar de haver uma consciencialização por parte dos actores locais (e regionais) no importante papel do *marketing*, como o comprova a recente presença do município na feira internacional de turismo em Madrid e na bolsa de turismo em Lisboa, a promoção é, porventura, um dos aspectos menos importantes do *marketing*, pois a montante deve existir todo um trabalho de organização e de estruturação da oferta turística. Com efeito, mais relevante do que atrair um elevado número de turistas ou de visitantes é satisfazer, fidelizar e solidificar-se no mercado como um destino referencial. Almeida reúne argumentos que podem satisfazer e até surpreender o turista, facto que torna mais pertinente a adopção de um modelo de desenvolvimento globalizante, que possa mitigar os pontos fracos e potenciar os fortes. Nesta linha, a adopção de um processo de planeamento estratégico de *marketing* poderá ser uma mais valia para gizar estes objectivos, lançar as bases para um desenvolvimento futuro mais concertado e sustentável, organizando e dando uma maior notoriedade aos recursos de Almeida, enquanto estrela de referência no turismo.

## 7) Ponte de Lima

Em Portugal, o Turismo no Espaço Rural surgiu em termos experimentais no ano de 1979, em dois ou três locais, entre os quais Ponte de Lima. Foi regulado em 1986 através do Decreto-Lei n.º 256/86, de 27 de Agosto. As modalidades que passaram então a compor o TER eram: o Turismo de Habitação; o Turismo Rural e o Agro-turismo. Mais tarde, a estas modalidades vieram juntar-se as Casas de Campo e os Hotéis Rurais.

O Turismo tem vindo a tornar-se um eixo estratégico e de grande importância na base económica da região, ainda que seja difícil de caracterizar o seu peso real e o seu desempenho através das estatísticas oficiais. Afirmado-se como um segmento importante, o Turismo em Espaço Rural funciona num sistema informal, familiar, sem uma identificação clara das tarefas propriamente ligadas à actividade económica e a outras tarefas domésticas, não remuneradas, sendo difícil quantificar o peso real do sector.

Hoje o concelho de Ponte de Lima encerra um número significativo de alojamento concentrado, essencialmente, nas casas de Turismo de Habitação, com valências de grande qualidade. Enquanto berço desta modalidade, representa a maior oferta a nível nacional, e por tal, é considerada a capital do Turismo de Habitação.

A par destas ofertas, foram criadas infra-estruturas de qualidade que complementam e constituem um forte factor de atracção turística tal como o Campo de Golfe, o Centro Hípico de Calvelo, o Centro Equestre junto à Vila de Ponte de Lima, na margem do rio e o Clube Náutico que incrementou a prática dos desportos náuticos, tirando partido dos recursos hídricos existentes (ADRIL, s.d.).

Os últimos dados disponíveis datam de 1999 mostram a representatividade dos TER em Ponte de Lima, que conta com um total de 366 camas, era já bastante superior à oferta dos Empreendimentos Turísticos. A oferta global do concelho é de 590 camas, com 142 em empreendimentos turísticos, 366 em TER e 82 em alojamento particular (RTAM, 2000).

O concelho de Ponte de Lima teve um total de 26226 visitantes em 1999. Apesar de pequenas oscilações negativas entre 1997/1996 no mercado nacional, existe uma clara tendência de evolução positiva neste mercado, com um acréscimo de cerca de 40% entre 1995 e 1999, como se pode ver na Tabela 2.2 (RTAM, 2000).

**Tabela 2.2 – Dormidas em Ponte Lima em TER**

Turistas	Anos				
	1995	1996	1997	1998	1999
Nacionais	10870	12983	12673	14806	16981
Estrangeiros	5803	6197	6680	7793	9245
Total	16673	19180	19353	22599	26226

Fonte: adaptado de RTAM, 2000

No seu conjunto, estes casos ilustram algumas das dificuldades, não todas, em que frequentemente esbarra o discurso, hoje comum e generalizado, sobre o desenvolvimento do espaço rural, o que faz com que o caminho da diversificação da economia rural e da valorização dos recursos endógenos seja frequentemente tortuoso e os seus efeitos frequentemente abaixo das expectativas. Em síntese, apresentam-se algumas dessas dificuldades encontradas nestes e noutros exemplos.

- a) O tipo de promoção, a estratégia de *marketing* muitas vezes está desadequada com ao público-alvo ou, no pior dos casos, não existe. O desconhecimento das potencialidades das regiões, e nomeadamente deste tipo de turismo, leva a que muitas pessoas interessadas procurem outros destinos no estrangeiro que possuem as mesmas qualidades. A promoção destes espaços pode ser o elemento-chave no desenvolvimento dos mesmos.
- b) A má coordenação entre os múltiplos agentes da cadeia turística (unidades de turismo em espaço rural, hotéis, restaurantes, estruturas de animação, regiões de turismo, transportadores, instituições culturais, etc.), com efeitos na fixação de turistas e atracção de gastos;
- c) A dificuldade em fixar regional e/ou localmente os benefícios provenientes de algumas actividades turísticas relacionadas com o ambiente e o espaço rural (cruzeiros no rio Douro, visitas às amendoeiras em flor, etc.) e em alargar a sua partilha, numa lógica de equidade;
- d) As diferentes representações que residentes, visitantes e agentes políticos e de desenvolvimento têm em matéria de ambiente, paisagem, desenvolvimento agrário e condições de vida quotidiana nos espaços rurais, que constituem fonte de conflitualidade permanente, muitas vezes deficientemente equacionada e resolvida

- e) O desajustamento entre o valor atribuído pelos visitantes aos serviços a prestar pela Natureza e os espaços rurais e a disponibilidade para os remunerar devidamente, a par da dificuldade em calcular o valor justo de tal remuneração;
- f) A estreiteza de alguns nichos de mercado para actividades que articulam o ambiente e o desenvolvimento rural, nomeadamente o chamado turismo verde ou em espaço rural, assim como a crescente concorrência (dentro de uma dada região, no país e entre países);
- g) A elitização do turismo em espaço rural, a sua frequente falta de complementaridade com as actividades agrícolas em geral, o fraco enraizamento local e os escassos impactes, em termos de resultados económicos e de criação de emprego.

### 2.3.1.3 Zonas com aposta no turismo sustentável

- i) Parque natural Doñana – Espanha

A Comarca de Doñana é um território com forma triangular e de cerca meio milhão de hectares, delimitado pela auto-estrada que liga Huelva a Sevilha, pelo Rio Guadalquivir e o Oceano Atlântico, constitui hoje o principal laboratório de desenvolvimento sustentável de toda a União Europeia. É um território formado por mais de 100 000 hectares de espaço protegido e nele encontram-se variados ecossistemas: sapais, dunas, bosques, etc., sendo das poucas locais onde se pode ainda encontrar animais como o lince ibérico e a águia imperial. Doñana é basicamente constituído por dois grandes espaços (MAMR, 2009): i) *O Parque Nacional*, espaço de protecção integral, em que o acesso público é apenas permitido em visitas guiadas em autocarros todo o terreno, organizadas pela Cooperativa "Marismas del Rocío", entidade privada a quem a administração do parque entregou esta concessão; e ii) *O Parque Natural*, espaço que circunda o Parque Nacional e onde o acesso é menos restrito. Aqui as visitas podem ser efectuadas em viatura própria ou através de várias organizações privadas a operar na área

Identificaram-se quatro grandes produtos em função dos quais se passou a desenvolver a actividade turística em Doñana: a avifauna, o cavalo, a paisagem e a cultura. Em 2003 existia 30 empresas locais que se dedicavam exclusivamente ao turismo de natureza (Gómez-Limón, Medina & Atance, 2003).

Em 2003, Gómez-Limón García, Medina Domingo e Atance Muñiz, estudaram o fenómeno turístico da região de Doñana. Concluíram que o turismo, em 2002, nos municípios que estão integrados no plano de desenvolvimento sustentável, desperta um interesse de 4

milhões de visitas anuais e que o seu valor como activo social se situará em média 4 800 M€ sendo o valor mínimo de 2 170 M€. Por outro lado, os autores calcularam que o valor gerado pelas actividades recreativas da zona situaria-se nos 120 M€ano. Outro dado extraído é que 82,2% das pessoas que visitam esta zona é pela sua paisagem e reconhecimento que estão dentro de um espaço natural protegido, sendo os turistas associam a palavra Doñana a qualidade ambiental, conservação da natureza e da fauna.

#### ii) Parque Natural de Ordesa - Espanha

Durante a segunda metade do século XX muito mudou no cenário dos Pirenéus. Esta zona sofreu um intenso processo de desertificação humana, a actividade agrícola e pecuária quase desapareceram e agora a área vizinha ao parque natural dedica-se principalmente a serviços de turísticos e de desporto. Por isso, a economia desta região já não se baseia unicamente no sector primário. As comunicações melhoraram o que tornou o *Valle de Ordesa* acessível a qualquer pessoa. Dados de 2003, referem que este vale recebeu 37 000 visitas em Julho, 54 000 em Agosto e 21 000 em Setembro (MAMR, 2009).

Segundo *Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino*, ministério do ambiente de Espanha, afirmam que o *Parque Nacional de Ordesa y Monte Perdios* apresentam dois principais valores turísticos, que fazem os turistas visitar a zona (Marquina, 1997):

Valores Cultural – As casas com arquitectura típica da região do Alto Aragão, a comida típica e as festividades que não se encontram em mais lugar nenhum de Espanha;

Valores Naturais – “A extrema aridez glacial das zonas mais altas, por onde esco a água da chuva e da neve derretida através das fendas, contrasta com os verdes vales cobertos de florestas e prados, onde passa a água através dos desfiladeiros e cascatas naturais.”

#### iii) Costa Rica

Um exemplo paradigmático é a Costa Rica em que as suas montanhas verdejantes, as suas magníficas florestas tropicais e a beleza do litoral ganham adeptos em todo o mundo. As receitas geradas pelo turismo superam as receitas com os produtos tradicionais, café, açúcar, banana e pesca. A Costa Rica foi pioneiro na criação de um certificado de sustentabilidade para as empresas que operam no seu território. Para muitos autores o programa de Certificação para o Turismo Sustentável da Costa Rica é uma excelente ferramenta para ajudar no desenvolvimento sustentável do país, permitindo diferenciar o turismo deste país atraindo muitos turistas (CST, 2003). É de referir que o ecoturismo, em muitas áreas naturais protegida da Costa Rica, é particularmente significativo, não significa somente milhões de

dólares que vão para a protecção do parque, mas gera também cerca de 50 000 postos de trabalho (Rainforest Alliance, 2009).

## **2.4 Aposta em aproveitamentos hidroeléctricos para o desenvolvimento local**

Neste subcapítulo fazemos uma análise sucinta sobre a aposta em aproveitamentos hidroeléctricos, tentando verificar a realidade dos concelhos de Trás-os-Montes onde estes equipamentos foram construídos.

### **2.4.1 Generalidades**

Entre as décadas de 30 e 70 a construção de grandes barragens tornou-se sinónimo de desenvolvimento e progresso económico que nessa altura, eram vistas como símbolos de modernização e da capacidade de a humanidade controlar e utilizar recursos naturais. Hoje sabe-se que a construção destas infra-estruturas acarreta inúmeras condicionantes, que se têm de estudar profundamente (CMB, 2000).

O enorme investimento envolvido e os impactes gerados pelas grandes barragens provocaram conflitos acerca da localização e impactes dessas construções - tanto das já existentes como das que ainda estão em fase de projecto, tornando-se actualmente uma das questões mais controversas na área do desenvolvimento sustentável. Os partidários das barragens apontam para as necessidades de desenvolvimento social e económico que elas visam satisfazer, como a irrigação, a produção de energia, o controlo de inundações e o fornecimento de água potável. Os opositores ressaltam os impactes adversos das represas, como o aumento do endividamento, o estouro dos orçamentos, o deslocamento e o empobrecimento de populações, a destruição de ecossistemas e recursos pesqueiros importantes e a divisão desigual dos custos e dos benefícios (CMB, 2000).

### **2.4.2 Aproveitamentos hidroeléctricos e desenvolvimento dos Trás-os-Montes**

Dos 33 concelhos, que compõem as NUTS III, Douro e Alto Trás-os-Montes, encontramos 12 aproveitamentos hidroeléctricos. Procurámos verificar se haveria algumas diferenças nos indicadores regionais através de dados obtidos junto do Instituto Nacional de Estatística (INE) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRn). Não foi possível fazer a comparação para o indicador *PIB per capita* porque não existem valores separados por concelhos na CCDRn e no INE.



média onde se nota que os concelhos sem aproveitamento hidroelétrico tem menos desempregados que os com aproveitamento, como mostra a Figura 2.6.

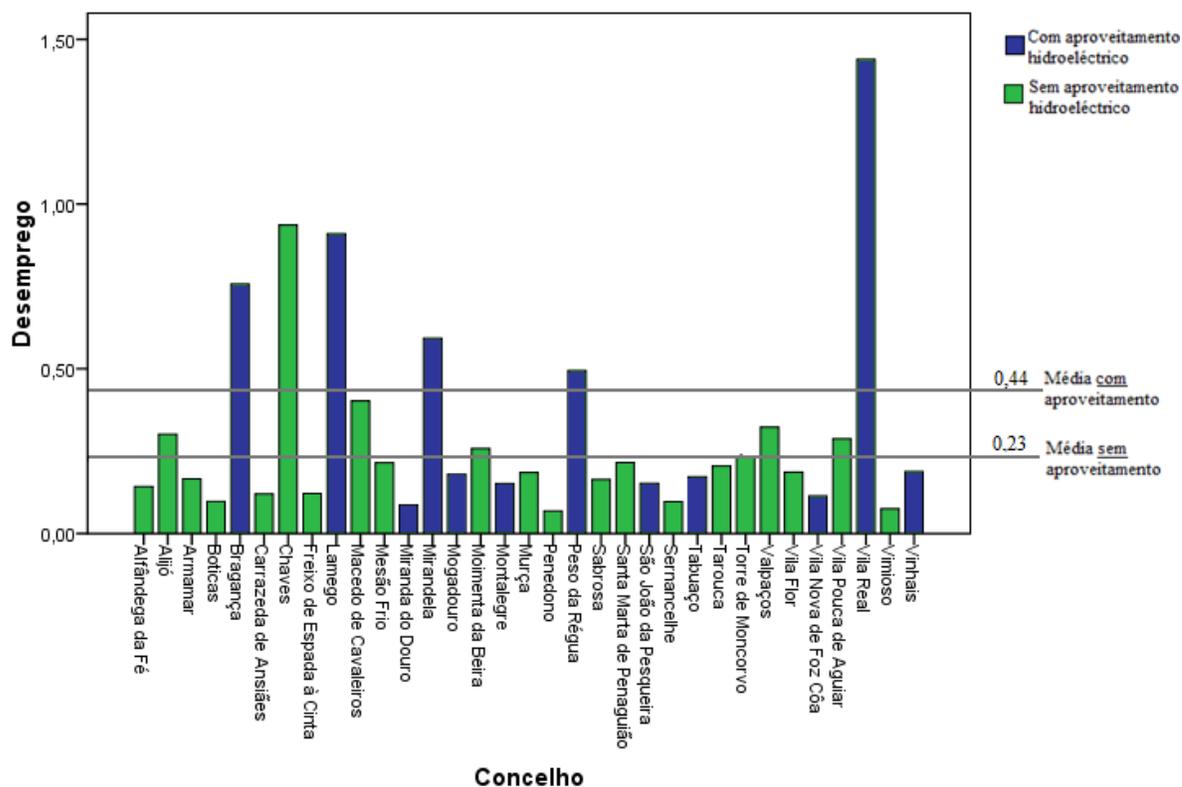


Figura 2.6 – Desemprego, em 2006, nos concelhos com e sem aproveitamento hidroelétrico na região de Trás-os-Montes

### Número de hóspedes

Utilizámos o número de hóspedes como indicador da intensidade turística dos municípios. O primeiro dado que se pode retirar é que não existem dados para 20 dos 33 concelhos, não por não existir oferta de alojamento, mas por as informações não chegarem às autoridades competentes. Para os concelhos que apresentam dados regista-se que em média os concelhos com aproveitamento alojaram, em 2006, cerca de dez mil pessoas e os sem aproveitamento hidroelétrico hospedaram, em média, vinte e quatro mil pessoas.

### Síntese

Em sùmula, os dados obtidos mostram que o estado de desenvolvimento são muito iguais nos concelhos com e sem aproveitamento hidroelétrico, na região de Trás-os-Montes, provando que nesta região a existência desta infra-estrutura não significa melhorias socioeconómicas para a população que aí reside.

### *Dinâmica socioeconómica da construção da barragem Revelstoke Canyon*

Seguidamente apresentamos as conclusões de um estudo sobre o contributo da construção de uma hidroeléctrica para o desenvolvimento local:

Um levantamento realizado por Hugh Brody, em 2000, para a barragem de Revelstoke Canyon (neste rio foram construídas 4 barragens entre 1967 e 1985, mas só para esta barragem foi realizado um estudo socioeconómico). Os resultados deste estudo ressaltam que esta barragem gerou US\$ 312 milhões (1985 dólares) em renda. Cerca de US\$ 213 milhões foram directamente atribuídos à região de Revelstoke, e os sectores que mais beneficiaram deste rendimento adicional foram os da construção, manutenção e o sector imobiliário. O sector retalhista também beneficiou mas não na amplitude que as empresas locais tinham esperado. Durante a construção, o projecto criou inúmeros impactes positivos, por exemplo, 11 055 empregos directos por ano, durante um período oito anos. Mas esta fase também teve alguns impactes negativos: por exemplo, o aumento do custo de vida na região, sentida particularmente pelos residentes que não trabalhavam directamente nesta infra-estrutura, criando assim um fosso maior entre os rendimentos da população. A construção trouxe para a região um número elevado de empregos superiores ligados exclusivamente à área do projecto, que teve o efeito perverso de fazer com que fossem deslocados outros, sobretudo na área de silvicultura e dos caminhos férreos. O estudo de custo-benefício desta barragem não teve em conta impactes positivos ou negativos para o período após o término da construção. Contudo, após a construção, a economia local passou por uma rápida quebra, sendo que hoje a barragem emprega em permanência 42 pessoas.

Em suma, as comunidades locais parecem ter sido deixadas em condições económicas, não significativamente diferentes do que as que tinham antes do projecto.

### 3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, depois da definição do plano geral da investigação, dos objectivos e questões que nortearam o estudo e da caracterização dos intervenientes, apresentamos as técnicas de recolha e de tratamento dos dados.

Sucintamente, a metodologia de estudo é esquematizada na Figura 3.1.

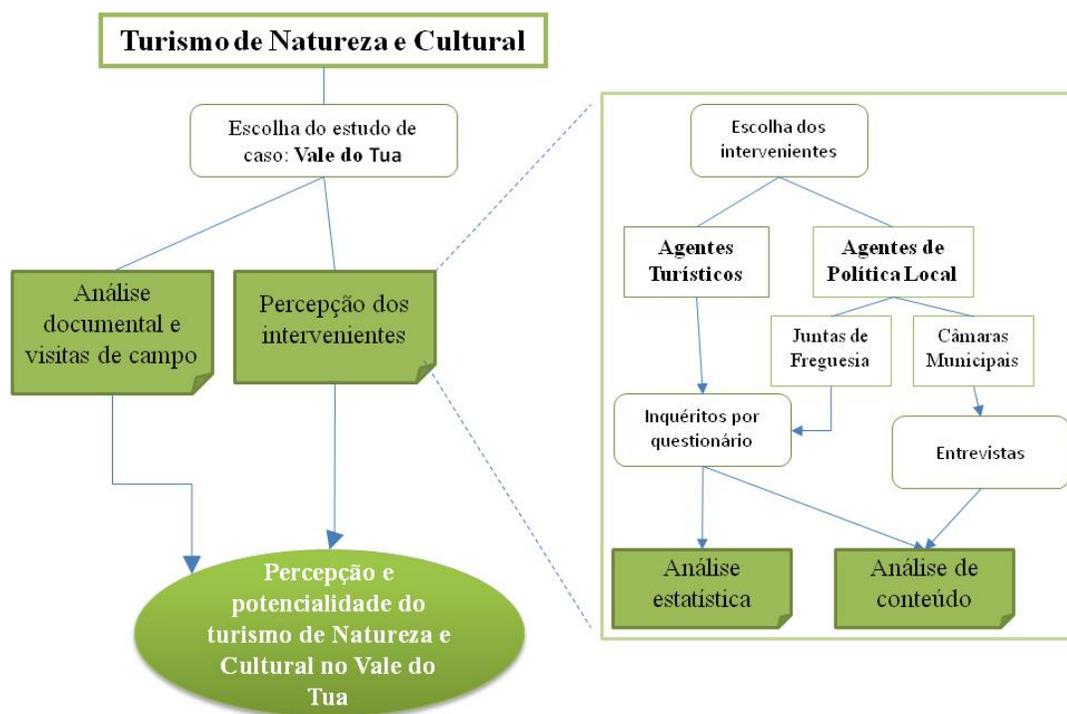


Figura 3.1 – Esquematização da investigação

#### 3.1 Objectivos do estudo e plano geral da investigação

De uma forma genérica, podemos dizer que a finalidade desta pesquisa é a avaliação do potencial de turismo de natureza e cultural no Vale do Tua, focando o ponto de vista económico e a dinâmica de empregabilidade da zona. Além disso, pretendemos ainda analisar convergências e conflitos com outras actividades económicas, como a ferrovia e o Plano Nacional de Barragens.

Atendendo à finalidade referida e ao referencial teórico analisado, formulámos as seguintes questões orientadoras:

- Quais as percepções dos agentes turísticos e das autoridades locais sobre o desenvolvimento local (turismo, infra-estruturas)?
- Qual o impacte (emprego, economia, desenvolvimento regional....) do turismo de natureza e cultural na região do Vale do Tua?
- De que forma a introdução de novas infra-estruturas (barragens, ferrovia...) influencia o turismo de natureza e cultural?

Pensamos que as questões que levantámos esclarecem o que assumimos como problemática do estudo e o que queremos, efectivamente, estudar. Foi a partir delas que definimos a amostra, os instrumentos e os procedimentos de recolha de dados.

Tratando-se de um estudo de caso, pois visa o estudo detalhado de um contexto em termos de avaliação do potencial de turismo de natureza e cultural de uma região, a do Vale do Tua, procurou-se identificar indicadores de impacte económico e de empregabilidade da zona, ou seja, procurou-se reconhecer os efeitos observáveis directa ou indirectamente numa dada realidade, com carácter de alguma permanência, que tenham contribuído para a modificar.

Considerámos que a opção por um estudo de caso é adequada, pois pretende-se investigar aprofundadamente o fenómeno de desenvolvimento da Região do Vale do Tua, que terá de optar pelo modelo de desenvolvimento no futuro breve. Assim, pretendemos estudar uma situação em concreto para poder contribuir para uma melhor escolha.

Como optámos, neste estudo, por estudar uma situação concreta procurando a compreensão dessa realidade e a explicação fundamentada de alguns fenómenos que a afectam, centrando o processo de recolha em dados de opinião (as próprias palavras das pessoas – faladas e escritas – recolhidas em diversa fontes) e em dados estruturais centrados em informações de carácter documental.

Reconhecendo-se que um estudo será tanto mais rico quanto maior a diversidade, não apenas de fontes, mas também de métodos de recolha, aplicou-se um inquérito, por questionário, alargado aos agentes do turismo local e aos agentes da política local, cujos resultados foram cruzados com os restantes. As entrevistas em profundidade constituíram uma fonte de informação, procurando-se que tanto os guiões, como o próprio processo de entrevista, fossem flexíveis, possibilitando que, na interacção discursiva, o entrevistado respondesse livremente às questões colocadas e não a um conjunto de procedimentos ou estereótipos predeterminados (Bogdan & Biklen, 1994).

Uma vez que um estudo desta natureza visa essencialmente a compreensão de uma realidade complexa, procurou-se suscitar a expressão de opiniões por parte dos entrevistados que permitisse captar essa realidade. Este facto levou a que se procurasse recolher a maior quantidade de informação possível, tendo consciência de que, como referem Bogdan e Bliken (1994), todos os dados podem ser pertinentes e com potencial para constituírem uma pista que permita um maior esclarecimento da realidade.

### 3.2 Caracterização dos grupos-alvo

A população-alvo deste estudo foi o conjunto de todas as Juntas de Freguesia, dos Agentes Turísticos dos cinco municípios do Vale do Tua (Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor) e os presidentes das Câmaras Municipais. Para a realização do inquérito foram entregues 103 questionários nas Juntas de Freguesia e 63 aos Agentes Turísticos. Houve retorno de 32 nas Juntas de Freguesia, o que corresponde a 31% da população e 29 nos Agentes Turísticos, o que corresponde a 46% da população. Sendo que para a realização das entrevistas, contactámos os cinco Presidentes das Câmaras Municipais, mas só Presidente da Câmara Municipal de Mirandela acedeu ao nosso pedido.

As 32 Juntas de Freguesia que responderam ao questionário distribuem-se do modo que mostra a Tabela 3.1.

**Tabela 3.1 – Distribuição das respostas das freguesias**

Nome	Nº	Respostas	Percentagem de resposta
Alijó	19	5	26%
Carrazeda	19	7	37%
Mirandela	38	10	26%
Murça	9	6	67%
Vila Flor	18	4	22%
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>32</b>	<b>31%</b>

Os 29 Agentes Turísticos que responderam ao questionário distribuem-se como mostra a Tabela 3.2. É de referir que no segmento restauração só foram considerados os restaurantes com cariz turístico.

**Tabela 3.2 - Distribuição das respostas dos agentes turísticos**

Tipologia	Nº de estabelecimentos encontrados	Respostas	Percentagem de resposta
Hotel	4	1	25%
Pensão ou albergaria	4	2	50%
Parque de campismo	2	1	50%
Pousada ou estalagem	3	1	33%
Turismo em espaço rural	19	8	42%
Restauração	11	7	64%
Empresa de animação turística	3	2	67%
Empresa de desporto na natureza	6	1	17%
Outros	11	6	55%
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>29</b>	<b>46%</b>

### 3.3 Instrumentos de recolha e de tratamento de informação

A Tabela 3.3 sintetiza todo o processo de recolha de dados, que posteriormente descrevemos pormenorizadamente.

**Tabela 3.3 – Processo de recolha de dados**

Fases	Fontes de informação	Obtenção da informação		
		Quem?	Como?	Quando?
1 – Análise documental	Dissertações Censos 2001 NUTS 2007 Plano de desenvolvimento para a região Documentos Relatórios	Investigador	Internet, bibliotecas, entrevista a investigadores na área	Abril Maio Junho Julho
2 – Análise do potencial instalado do turismo de natureza no Vale do Tua	Trabalho de campo Pesquisa	Investigador	Observação do contexto de estudo Contactos informais Instituto do turismo, empresas do sector	Abril Maio Julho
3 – Análise das grandes infra-estruturas existentes e em perspectiva para a área e avaliar potencial	Trabalho de campo Pesquisa	Investigador	REFER, EDP, Governo e Câmaras (linha férrea e barragem)	Maio Junho Julho
4 – Obtenção das representações ao nível político	Câmaras Municipais e Juntas de freguesia	Investigador	Inquérito por questionário Entrevista Guião de entrevista	Junho Julho
5 – Obtenção das representações ao nível dos agentes turísticos	Proprietários de casas rurais Proprietários de empresas de desportos da natureza Outros agentes	Investigador	Inquérito por questionário	Junho Julho

### 3.3.1 Análise documental

Uma das técnicas mobilizadas no estudo consistiu na análise documental, tentando aí encontrar “dados abundantes e dignos de confiança” (Quivy & Campenhoudt, 1998). Os documentos consultados foram aqueles que nos pareceram poderem conter informação que complementasse a recolhida nas entrevistas e nos questionários e pudesse ser triangulada com a mesma.

Recolhemos dados estatísticos, através da informação disponível no Instituto Nacional de Estatística (INE), na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRn), no Ministério da Economia e da Inovação (MEI), no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), na Organização Mundial de Turismo (OMT), no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), na União Europeia (UE), no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) e no Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU).

Outra recolha centrou-se na informação contida nos documentos produzidos pelos consultores da EDP sobre o aproveitamento hidroeléctrico de Foz Tua, no resumo não técnico, na declaração de impacte ambiental (DIA) e no aditamento ao estudo de impacte ambiental, nos documentos elaborados pela CCDRn, pela OCDE, pela OMT, pela CE e no PENT, no PEN e na CNUCED. Por último, foram ainda consultados diversos materiais audiovisuais nomeadamente os programas de domingo de manhã da TSF (Maio a Julho de 2009), *Energia da Água – Terra-a-Terra Especial* e a reportagem especial, de quinta-feira, 27 de Julho de 2009, do Jornal da Noite da SIC intitulado *Fim de Linha*.

### 3.3.2 Observação do contexto de estudo e contactos informais

Para garantir o rigor da investigação, o investigador tem de conhecer profundamente o contexto e assumir explicitamente o seu papel de observador interagindo com os participantes do estudo, no contexto a observar. De modo a observar aprofundadamente e a conhecer o contexto para o podermos interpelar e questionar, optámos por visitar todo o Vale do Tua e por proceder a alguns contactos informais com a população e agentes políticos e turísticos através de uma interacção, não intrusiva e não ameaçadora, criando empatia com os observados.

Durante este processo contactamos com funcionários dos postos de turismo, alguns agentes turísticos, alguns elementos das juntas de freguesia e das Câmaras Municipais. Visitamos também todas as sedes de concelho, os postos de turismo, os sítios de interesse turístico (Vale do Tua, Forca de Freixel, Favaios entre outros) e alguns alojamentos turísticos.

---

O turismo como motor de desenvolvimento rural: o caso do Vale do Tua

As vantagens deste procedimento são variadas e relevantes: as opiniões do observado a respeito da sua tarefa, no contexto da sua execução, são de grande valor analítico e evitam distorções; o investigador pode “mergulhar” no contexto em estudo em profundidade; o investigador pode imediatamente esclarecer dúvidas a respeito das intenções e das concepções do observado, no momento da recolha de dados; o tipo de dados recolhido é variado e rico, embora restringido a questões específicas (Bogdan & Biklen, 1994).

### **3.3.3 Inquérito por questionário a agentes de turismo e a juntas de freguesia**

Ao ter como finalidade a avaliação do potencial de turismo de natureza e cultural no Vale do Tua e de que forma a introdução de novas infra-estruturas (barragens, ferrovia...) influencia o turismo de natureza e cultural, e dado o número de agentes do turismo e da política local que constituem a população em estudo, optámos por recorrer à utilização de um inquérito por questionário de perguntas fechadas. O questionário de perguntas fechadas tem como principal qualidade o facto de ser “praticamente o único método que podemos, se necessário, aplicar em grande escala, escolhendo os indivíduos” e como principal “defeito” o facto de limitar a forma como os inquiridos podem responder (Foddy, 1996).

As questões colocadas pelo questionário pretendem caracterizar a posição dos inquiridos face ao turismo de natureza e cultural, em geral, e obter os principais benefícios e constrangimentos que resultam da construção da barragem da Foz do Tua.

O inquérito por questionário foi ajustado aos dois tipos de inquiridos: agentes de turismo local (proprietários de casas rurais, proprietários de empresas de desportos da natureza, entre outros) e agentes políticos locais (Presidentes de Juntas de Freguesia).

Relativamente ao inquérito por questionário para os agentes de turismo local após um conjunto de questões de caracterização dos inquiridos (tipologia de actividade; capacidade; número de clientes, número de colaboradores), são colocadas nove questões de resposta fechada (valor do turismo de Natureza e cultural; benefícios que resultam da construção da barragem da Foz do Tua; processo de informação; constrangimentos que resultam da construção da barragem da Foz do Tua) e uma de resposta aberta (sugestões para desenvolver da região).

Relativamente ao inquérito por questionário às juntas de freguesia são colocadas oito questões de resposta fechada (valor do turismo de Natureza e cultural; opção estratégica de desenvolvimento da freguesia; benefícios que resultam da construção da barragem da Foz do Tua; processo de informação; constrangimentos que resultam da construção da barragem da Foz do Tua) e uma de resposta aberta (sugestões para desenvolver da região).

Características como a validade e a fidelidade do instrumento foram considerados na construção destes questionários. Quanto à validade, foi prestada uma atenção particular à validade de conteúdo e à validade de contexto. A fim de ser garantida a validade de conteúdo, para além de se proceder a uma revisão da literatura sobre o tema, foram realizados contactos prévios com alguns elementos dos grupos que queríamos envolver. No que diz respeito à validade de contexto, aplicamos o questionário a três agentes familiarizados com o objecto de estudo e/ou responsáveis locais políticos, o que permitiu avaliar a clareza das questões e constatar a necessidade de aferição de alguns itens, de forma a estar garantida a adequação da linguagem e a implicação na resposta ao questionário em geral.

O processo de recolha de dados foi atravessado por diversos constrangimentos.

Relativamente à recolha referente aos agentes de turismo local, após a pesquisa na internet e nos postos de turismo dos concelhos (e dos cinco municípios, quatro possuem posto de turismo mas só o de Mirandela fornece informação mais consistente), elaboramos uma base de dados com os agentes identificados. Posteriormente, criou-se de raiz o questionário e alojou-se no portal da empresa *Free Online Survey*, a que se acedia pelo *link* seguinte: [http://freeonlinesurveys.com/step3\\_launch\\_email.asp?surveyid=612086](http://freeonlinesurveys.com/step3_launch_email.asp?surveyid=612086). Seguidamente foram enviados aos agentes identificados três correios electrónicos, um por cada mês em que o questionário ficou activo (Junho, Julho e Agosto), solicitando o preenchimento do mesmo. O meio electrónico foi privilegiado no processo de recolha de dados, por se tentar ter o menor impacte possível ao nível ambiental. Como foram identificadas 11 empresas que não possuíam endereço electrónico e 14 cujo endereço não estava activo e como achávamos pertinente recolher a sua opinião, enviámos no mês de Julho, via correio, o questionário..

Pelo levantamento feito via internet e pelas informações dos postos de turismo encontramos na zona de estudo 68 empresas turísticas. Enviámos o questionário às 57 que possuem correio electrónico e às restantes o questionário via correio. Também na deslocação realizada ao campo de estudo, sensibilizamos algumas empresas para nos responderem, tendo passado *in loco* alguns questionários. Obtivemos 29 respostas dos agentes turísticos: 18 via internet, 6 *in loco* e 5 via carta. A Tabela 3.4 sintetiza o número de respostas e o meio pelo qual obtivemos as respostas.

**Tabela 3.4 – Respostas dos Agentes Turísticos**

<b>Nome</b>	<b>Respostas</b>	<b>Respondido por mail</b>	<b>Respondido <i>in Loco</i></b>	<b>Respondido por carta</b>
<b>Agentes Turísticos</b>	<b>29</b>	<b>18</b> de 57	<b>6</b> de 15	<b>5</b> de 25

No que se refere aos agentes políticos locais, elaborámos uma base de dados após a pesquisa (telefónica e através da internet) dos que possuíam endereço electrónico. Elaborámos uma base de dados com os agentes identificados. Posteriormente, criou-se de raiz o questionário e alojou-se no portal da empresa *Free Online Survey*, sendo o *link* para este questionário o seguinte: [http://freeonlinesurveys.com/step3\\_launch\\_email.asp?surveyid=612084](http://freeonlinesurveys.com/step3_launch_email.asp?surveyid=612084). Seguidamente foram enviados aos agentes identificados três correios electrónicos, um por cada mês em que o questionário ficou activo (Junho, Julho e Agosto), solicitando o preenchimento do mesmo. O meio electrónico foi privilegiado no processo de recolha de dados tendo em vista tentar ter o menor impacto possível ao nível ambiental. Como encontramos poucos endereços electrónicos e recebemos um baixo número de respostas, tivemos de mudar de estratégia de recolha de dados. Assim, no mês de Junho, enviámos por correio o inquérito a todas as juntas de freguesia que não tinham correio electrónico e também àquelas que não responderam via electrónica.

Como a Tabela 3.5 indica, o baixo número de endereços electrónicos encontrados levou a que privilegiássemos o contacto por cartas. Por outro lado, nas viagens realizadas à região de estudo, aproveitamos para deixar nas 15 freguesias por onde passámos, sem haver qualquer critério, envelopes já endereçados ao investigador (e seladas) com os questionários.

**Tabela 3.5 – Quadro síntese dos meios de recolha de dados juntos das freguesias**

Nome	Por e-mail	Por correio	Por carta deixada
Alijó	5	16	1
Carraceda	3	17	1
Murça	5	6	1
Mirandela	13	31	7
Vila Flor	5	13	5
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>83</b>	<b>15</b>

No final obtivemos 32 respostas: 5, via electrónica; 6, via carta deixadas durante as visitas e a maior parte (21) via correio tradicional. É de referir que, devido à análise estatística, as respostas recebidas depois do dia 25 de Agosto não foram contabilizadas.

### 3.3.4 Entrevistas a Presidentes de Câmaras Municipais

As entrevistas constituíram uma das fontes de dados deste estudo. Definida como um sistema de interrogações ou um encontro que tem como objectivo "fazer falar", a entrevista representa, para o entrevistador e para o entrevistado, uma excelente oportunidade de reflexão sobre muitos aspectos da realidade em estudo (Ruquoy, 1995). Assim, a entrevista permite a obtenção directa da informação. Com este instrumento, pretende-se a recolha de dados de

opinião que forneçam pistas para a caracterização do processo em estudo, assim como o conhecimento dos seus intervenientes. A entrevista facilita a descoberta do significado que permanece implícito no pensamento dos indivíduos, permitindo-nos compreender as suas concepções da realidade e o sentido e significado que dão às suas acções. Tal como Bogdan e Biklen (1994) defendem, os investigadores que “se interessam pelo modo como as pessoas pensam sobre as suas vidas, experiências ou situações particulares” permitem que as entrevistas sejam “mais semelhantes a conversas entre dois confidentes do que a uma sessão formal de perguntas e respostas”.

De acordo com Carmo e Ferreira (1998), a entrevista deve ser a técnica de recolha de dados utilizada quando “o investigador tem questões relevantes, cuja resposta não encontra na documentação disponível” ou, quando, no caso de a ter encontrado, acha necessário comprová-la, recorrendo com economia de tempo e de energias, a informadores-chave. Em função destas orientações, seleccionámos os cinco Presidentes de Câmaras Municipais do Vale do Tua, para nos darem a informação de que necessitávamos.

Encarámos a realização da entrevista como um momento reflexivo, visto constituir um momento para os entrevistados reflectirem sobre a forma como vêem o potencial de turismo de natureza e cultural no Vale do Tua e com um duplo sentido: o de recolher as opiniões dos agentes sobre o modelo de desenvolvimento e o de recolher dados não publicados sobre as perspectivas desta forma de turismo.

Este processo iniciou-se com a elaboração do guião destinado aos Presidentes de Câmaras Municipais, apêndice III

O guião focava aspectos gerais, mas também específicos, uma vez que os informantes exercem funções ao nível do poder local. Pretendia-se dar espaço aos entrevistados para referirem os aspectos sentidos como mais relevantes, ao mesmo tempo que se salvaguardava a possibilidade de ajustar questões no decurso das mesmas.

Apesar da necessidade de alguma flexibilidade na abordagem das questões, partiu-se de um esquema básico, que permitisse a recolha de informação para atingir os seguintes objectivos:

- Obter a perspectiva do autarca relativamente à opção estratégica de desenvolvimento para o município.
- Recolher opiniões sobre o impacte (emprego, economia, desenvolvimento regional...) do turismo na região do Vale do Tua.

- Obter elementos que permitam perceber de que forma as infra-estruturas (barragens, ferrovia...) podem influenciar o turismo.
- Ajudar o entrevistado a exprimir as suas preocupações relativamente à introdução de novas infra-estruturas (barragens, ferrovia...) e às suas consequências no turismo.

O esquema que utilizámos para a elaboração dos guiões da entrevista foi o seguinte: formulação do tema; definição dos objectivos gerais; definição dos objectivos específicos e previsão das estratégias de concretização (ver Apêndice III).

Como gostaríamos de obter as opiniões dos cinco Presidentes das Câmaras Municipais, iniciámos contactos telefónicos com os respectivos gabinetes de apoio a solicitar uma audiência para realizar a entrevista. Para formalizar o pedido, enviámos via correio electrónico uma mensagem esclarecendo os objectivos, as questões centrais e identificamos os motivos da solicitação da entrevista.

Este processo decorreu no mês de Junho, com inúmeros contactos por correio electrónico e por telefone. Só duas câmaras responderam afirmativamente: a Câmara de Mirandela e a de Vila Flor que marcaram a entrevista para dia 2 e 3 de Julho respectivamente. Realizou-se a entrevista ao Presidente da Câmara de Mirandela na data agendada, mas em relação à Câmara de Vila Flor, a entrevista foi cancelada, no dia anterior à data prevista para a sua realização.

Assim, e em virtude de não termos tido respostas ao pedido por quatro dos cinco municípios, deslocamo-nos às mesmas e entregamos, por carta, um pedido de reunião nos respectivos gabinetes de apoio à presidência camarária. Foi-nos prometido que iriam, com urgência, contactar os respectivos Presidentes de Câmara para marcar uma entrevista ou que, em último caso, responderiam a umas perguntas previamente estabelecidas. Continuámos a contactar telefonicamente para acompanhar a situação, que não evoluiu no sentido desejado. Assim, em meados de Agosto, desistiu-se de obter, através de entrevistas, a opinião das Câmaras de Alijó, de Carrazeda de Ansiães, de Murça e de Vila Flor.

Sabemos que este facto empobrecerá o presente estudo, mas temos a consciência de tudo ter feito para resolver a situação de outro modo. Mas como achávamos essencial ter a posição das diversas câmaras, buscámo-la em vários documentos, realizando uma análise de conteúdo desses mesmos documentos.

A entrevista realizada foi gravada em formato áudio e o seu conteúdo verbal foi transcrito integralmente, de modo a garantir a fidelidade das declarações do Presidente da Câmara. A transcrição encontra-se no apêndice IV.

### **3.3.5 Análise de Conteúdo**

No estudo, aplicámos a análise de conteúdo ao protocolo da entrevista, às respostas do questionário de pergunta aberta e à análise de documentos.

Nesta análise, tentámos articular o rigor da objectividade com a riqueza da subjectividade. Optámos pela análise de conteúdo, por nos parecer a melhor forma de podermos sistematizar o conteúdo das informações fornecidas pelos entrevistados (Bardin, 1979; Miles & Huberman, 1984; Vala, 1986). Bardin (1979) considera-a como um conjunto de técnicas de análise de comunicações e insiste no facto de se tratar, não só de um único instrumento, mas de um conjunto de instrumentos metodológicos diversificados, cada vez mais elaborados, que se aplicam aos textos.

Nas palavras de Gauthier (2003), o objectivo último de qualquer análise de conteúdo é conseguir produzir inferências válidas e reprodutíveis a partir dos textos analisados, podendo ser atingido através da utilização de “uma grelha mista em que uma parte das categorias analíticas deriva de uma teoria enquanto que uma outra parte emerge do material analisado”.

Para realizar a análise de conteúdo, seguimos as seguintes etapas: pré-análise; exploração e tratamento dos resultados/inferências (Bardin, 1979). Desta análise, resultou um conjunto de temas e categorias que apresentaremos posteriormente no capítulo dos resultados.

### **3.3.6 Análise estatística**

Na análise de dados/estatística, existem duas grandes áreas complementares. A primeira, intitulada estatística descritiva, consiste na recolha, organização, análise e interpretação de dados empíricos, através da criação de instrumentos adequados, como indicadores numéricos simples, quadros e gráficos, que visem a mera descrição de uma realidade. É como estar perante um conjunto de dados e tirar um “retrato”. A segunda área, mais ambiciosa, designa-se por estatística inferencial (ou indutiva) e procura retirar conclusões para a população em geral, com base na análise dos resultados obtidos para um ou mais subconjuntos (amostras). Este objectivo pode assumir duas formas: i) estimar características desconhecidas da população ou ii) testar hipóteses ou afirmações sobre os parâmetros da população (Martinez & Ferreira, 2008).

Para analisar os dados obtidos nos questionários utilizámos o programa SPSS para *Windows* que é um *software* de análise estatística e de tratamento de dados, vocacionado para

as ciências sociais (Martinez & Ferreira, 2008). A versão utilizada é a última disponível – em inícios de 2009.

Como referido, primeiramente fizemos uma exploração dos dados, em termos de estatística descritiva, onde calculámos alguns indicadores apropriados para ajudar a caracterizar a amostra em estudo.

Após a análise descritiva surgiram várias hipóteses sobre se havia relações, ou não, entre as respostas as diversas perguntas. Assim, realizamos uma análise inferencial dos dados, na qual tentámos verificar se as hipóteses que nos surgiram teriam alguma significância.

Para este efeito utilizamos a análise de variância (ANOVA) *one-way*. Procurou-se deste modo comparar as médias da variável dependente, considerando apenas um factor (variável independente). Utilizamos os testes *post-hoc* (a posteriori), que permitiram comparar indiscriminadamente todos os grupos envolvidos no estudo. Utilizámos também o teste de *Bonferroni*, porque é um instrumento indicado para pequenas amostras e para comparar poucos grupos.

Outro método utilizado foi o da correlação, que mede o grau de associação linear entre variáveis. Os coeficientes de correlação variam, em absoluto, entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais forte é a associação entre as variáveis. Se assumirem valores positivos, as variáveis revelam-se no mesmo sentido, mas se assumirem valores negativos, evoluem em sentido inverso. É importante salientar que a relação entre variáveis pode ou não ser de dependência funcional. No entanto, a correlação apenas consegue medir o grau de associação entre essas variáveis, não constituindo nunca, isoladamente, uma prova de causalidade. Utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson porque, utiliza variáveis quantitativas, e sendo um coeficiente de correlação paramétrico, ao usar valores absolutos das variáveis, é o mais “rico” em informação.

### **3.3.7 Análise SWOT**

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), usada como base para gestão e planeamento estratégico de uma organização ou empresa, mas que pode, devido a sua simplicidade, ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário. A Análise SWOT é um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão (Tarapanoff, 2001). Neste caso, tentámos verificar a posição do Vale do Tua, em geral, no segmento do turismo de natureza e cultural.

O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrónimo de Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). Assim, a análise SWOT, segundo Tarapanoff (2001), corresponde à identificação, por parte de uma organização, e de forma integrada, dos principais aspectos que caracterizam a sua posição estratégica num determinado momento, tanto ao nível interno como externo (forma como a organização se relaciona com o seu meio envolvente).

No que respeita à análise externa no âmbito da análise SWOT, que tem como objectivo a identificação das principais oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) que num determinado momento se colocaram no desenvolvimento do turismo de natureza e cultural do Vale do Tua, pode dizer-se que a sua importância está associada à necessidade de, dentro do possível, os gestores e os responsáveis locais preverem eventuais desenvolvimentos que possam ter maior ou menor impacte futuro nessa mesma realidade. Na prática, isso significa que mudanças que estão totalmente fora do controlo desta região podem afectar (positiva ou negativamente) o desempenho e a forma de actuação. As mudanças no ambiente externo afectam sempre de maneira homogénea todas as organizações que actuam numa mesma área geográfica e num mesmo mercado e, desta forma, representam oportunidades ou ameaças iguais para todos. Quando ocorre uma mudança na legislação, por exemplo, todas as organizações são afectadas (Goldschmidt, 2006).

Em termos de análise interna, a análise SWOT propõe a identificação dos principais pontos fortes (*Strengths*) e pontos fracos (*Weaknesses*) caracterizadores do turismo de natureza e cultural do Vale do Tua num determinado momento. A importância da identificação das forças e das fraquezas é particularmente importante para os aspectos mais directamente relacionados com os factores críticos de sucesso deste conceito em causa. É também importante referir que a consideração de uma determinada característica como força ou fraqueza é sempre relativa e potencialmente alterável, designadamente na medida em que se podem verificar ao longo do tempo alterações importantes do seu comportamento. A correcta listagem das suas forças e fraquezas dá elementos importantes no que se refere à orientação estratégica a seguir, que tenderá naturalmente a tirar o maior partido possível das forças e a minorar ao máximo as fraquezas (Goldschmidt, 2006).

### **3.4 Cuidados éticos e limitações do estudo**

No trabalho que realizámos, procurámos pautar a investigação por critérios de rigor, neutralidade e objectividade evitando o desrespeito pela ciência provocado por reacções falsas, convicções artificiais ou não consentidas (Sieber, 1992).

Para o efeito, no processo de recolha de dados, foram cumpridas algumas questões éticas, que consideramos importantes em qualquer investigação. O princípio fundamental para a aceitabilidade ética de um estudo é o consentimento informado. Assim, o participante tem de estar informado sobre a natureza e o propósito da investigação, dos seus riscos e benefícios e anuir à sua participação sem coerção (Lima J. , 2006).

No estudo realizado, em relação ao questionário, foi referido na introdução do mesmo que as respostas individuais seriam tratadas sob reserva de anonimato, destinando-se exclusivamente a ser utilizadas no âmbito da investigação, que apenas seriam incluídos resultados de tratamento estatístico, e foram explicitadas as finalidades do estudo. Para proteger a identidade dos respondentes, foi-lhes solicitado se gostariam ou não de ver a sua empresa/junta ser referida como colaboradora.

Relativamente às entrevistas, tivemos a preocupação de informar sobre a natureza do trabalho e sobre as suas finalidades, salientámos o carácter restrito do uso das informações prestadas, valorizámos o contributo do entrevistado para o êxito do trabalho, tentámos proporcionar ao entrevistado um ambiente que lhe permitisse estar à vontade e falar livremente sobre os seus pontos de vista e solicitámos autorização para gravar a entrevista e para referir a identidade.

As limitações para a realização desta investigação foram sobretudo temporais assim como o tamanho da amostra, que, se tivesse sido mais ampla, possibilitaria a inferência sobre a realidade do Turismo de Natureza e Cultural. No entanto, sendo este um estudo de caso em compreensão que pretende descrever como é sentida e vivida uma determinada experiência, procurando conhecer em detalhe os problemas, não é necessária uma grande amostra, mas é essencial uma boa escolha dos informantes e, por isso, optando por inquirir agentes políticos e turísticos com uma experiência rica. É também essencial, pois o investigador não tem, inicialmente, uma ideia muito clara acerca daquilo que irá encontrar, optar por instrumentos de recolha de dados diversificados. Por isso, incluímos na nossa opção metodológica entrevistas em profundidade, questionários e estratégias de observação.

Estamos conscientes de que as conclusões deste estudo de caso não se devem generalizar; porém, podem permitir a agentes de contextos semelhantes a identificação com os problemas levantados e, possivelmente, encontrar no estudo algumas pistas para a reflexão do seu próprio caso.

## 4. ESTUDO DE CASO

### 4.1 Caracterização do contexto

. Neste capítulo descrevemos e caracterizamos a zona que consideramos como nosso estudo de caso. Consideramos como principais vectores de caracterização as vertentes territorial, social, económica e os projectos de grandes dimensões na (e para) a zona.

#### 4.1.1 Territorial

A problemática em questão nesta dissertação é o estudo do contributo do turismo em espaço rural na vertente de turismo de natureza e cultural para o desenvolvimento regional. A primeira hipótese colocada foi o estudo da região dos Trás-os-Montes e Alto Douro. Mas devido à grande extensão desta área e ao curto período de tempo disponível, optámos por uma zona mais reduzida dentro desta área. A opção recaiu sobre a região do Vale do Tua. Esta escolha deveu-se a especificidade da zona, que neste capítulo descrevemos.

Consideramos na região do Vale do Tua a totalidade dos concelhos atravessados pelo rio Tua. Assim, estão envolvidos cinco municípios da região de Trás-os-Montes e Alto Douro: os municípios de Alijó, de Carrazeda de Ansiães, de Mirandela, de Murça e de Vila Flor, que envolvem no total 103 freguesias. Está assim em estudo uma área que ocupa 1 691 km<sup>2</sup> (Portal das Freguesias, 2009).

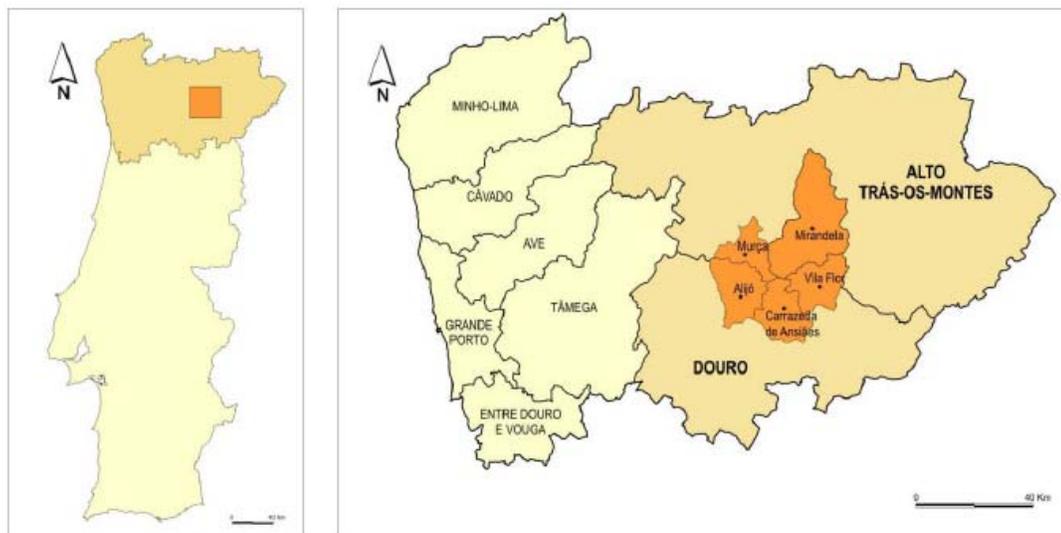


Figura 4.1 – Enquadramento territorial da área em estudo.

Fonte: Cedru, 2006 cit. por EDP, 2008

Estes municípios repartem-se em termos administrativos pelos dois distritos transmontanos de Bragança e de Vila Real. Distribuem-se, ao nível estatístico por duas Unidades Territoriais Estatísticas III (NUTS), referentes à unidade Alto Trás-os-Montes e à unidade Douro, também estão divididas em dois agrupamentos de municípios (Terra Quente Transmontana e Vale do Douro Norte).

#### **4.1.2 Social**

Neste ponto, exploramos as características sociais da zona do vale do Tua, para compreender e caracterizar a população aí residente. Como os dados estatísticos desta área estão distribuídos por duas Unidades Territoriais Estatísticas III (NUTS), a unidade Alto Trás-os-Montes e a unidade Douro, criámos, através da compilação dos dados existentes para os municípios que a constituem, uma nova unidade: a do Vale do Tua.

##### *4.1.2.1 Demografia*

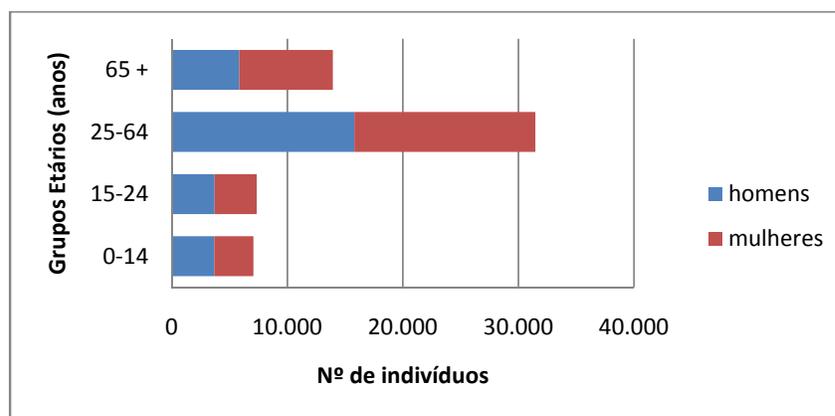
As últimas estimativas demográficas existentes referem-se ao ano de 2007. Este estudo, produzido pelo INE mostra que a região em estudo tem 59 814 indivíduos, distribuídos do seguinte modo: Mirandela com 25 559; Alijó com 13 595; Vila Flor com 7 546; Carrazeda de Ansiães com 6 895 indivíduos e Murça com 6 219. Em termos populacionais, o concelho com mais peso é o de Mirandela, representando 43% da população total residente no Vale do Tua.

Assim, esta zona tem uma densidade populacional de 35,4 indivíduos por quilómetro quadrado, bastante inferior a média nacional que é de 115,3 (INE, 2008).

A região tem sofrido ao longo do tempo uma forte tendência para a desertificação. No período de 1991 a 2001, teve um decréscimo de habitantes de 10,9% e de 3,2% no período de 2001 a 2006. Os últimos dados disponíveis, de 2007, mostram que a tendência se mantém, visto que de 2006 para 2007 a região perdeu 546 habitantes, o que significa que perdeu 0,9% (INE, 2008).

A distribuição em termos de género da população da região do Vale do Tua é igualitária, havendo quase 50% de homens e de mulheres (INE, 2008).

A Figura 4.2 representa o gráfico da distribuição etária e de género da população em estudo.



**Figura 4.2 - Gráfico da distribuição etária e género**

Apesar de se verificar, a partir da Figura 4.2, que a maior parte da população residente na zona está em idade activa, a verdade é que a região apresenta um índice de dependência total de 54,1%, superior à média nacional que é de 48,7%. Verificamos que o índice de dependência idosa é de 35,9% superior em 10% à média nacional, e que o índice de dependência jovem é de 18,2% mais baixo do que a média nacional que é de 22,8%. Estes dados sugerem que a população do Vale do Tua é altamente dependente, especialmente devido à população idosa. E o baixo valor de dependência jovem pode indicar que a renovação da população activa pode estar em perigo, podendo deste modo criar desequilíbrios insustentáveis na dinâmica populacional e económica da região num futuro próximo (INE, 2008).

Outro indicador demográfico relevante é o do índice de envelhecimento. O Vale do Tua apresenta um valor de 197,4 para este índice, quando a média nacional é de 113,6. Este valor mostra que a diferença entre a população dependente idosa e a população dependente jovem, dado que a população dependente idosa é quase o dobro da população dependente jovem. Residem nesta zona 197,4 idosos por cada 100 jovens, e a manter-se está tendência, o rejuvenescimento desta zona não está garantido.

A Tabela 4.1 apresenta em síntese os dados apresentados anteriormente.

**Tabela 4.1- Índices Demográficos**

Região	Índices de dependência			Índice de envelhecimento
	Total	Jovens	Idosos	
Portugal	48,7	22,8	25,9	113,6
Norte	45,1	23,0	22,2	96,4
Vale do Tua	54,1	18,2	35,9	197,4

Fonte: adaptado de INE, 2007

Assim, as dinâmicas demográficas são caracterizadas por dois aspectos dominantes: 1) o esvaziamento populacional e 2) o envelhecimento demográfico. È de realçar a atracção que as

O turismo como motor de desenvolvimento rural: o caso do Vale do Tua

sedes de concelho exercem sobre as populações, sendo de salientar o papel polarizador da cidade de Mirandela. As projecções demográficas para 2011 apontam para um declínio populacional dos quatro concelhos mais pequenos e para a manutenção da vitalidade de Mirandela (PROFICO Ambiente, 2008).

### 4.1.3 Económico

Neste ponto, descrevemos a situação económica da região de estudo, dando ênfase aos vectores PIB, desemprego, poder de compra e principais actividades económicas.

#### 4.1.3.1 PIB per capita

Este indicador corresponde ao valor total dos bens e serviços finais produzidos num país num determinado período de tempo, normalmente um ano, dividido pelo número de habitantes desse país (LEXTEC, s.d.), sendo uma tentativa de transformar pessoas em números.

O estudo do PIB é realizado pelo INE para o nível nacional e para o nível regional NUT III; por isso, este segmento será analisado os dados para as regiões do Douro e de Trás-os-Montes.

Estas duas regiões, onde a nossa área de estudo se insere, apresentam níveis de PIB *per capita* baixos quer comparados com a situação nacional, quer com a situação da região norte. Apesar da dinâmica ser para uma aproximação do PIB destas regiões com o nível nacional, a verdade é que, apesar deste encurtamento, a disparidade ainda é bastante elevada como mostra a Tabela 4.2.

**Tabela 4.2- Comparação PIB *per capita* com a situação portuguesa**

Níveis relativos de PIB per capita (Índice Portugal =100)						
Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Portugal	100	100	100	100	100	100
Região Norte	81,1	81,9	80,8	79,5	79,2	79,2
<i>Douro</i>	<i>59,0</i>	<i>63,2</i>	<i>63,0</i>	<i>64,1</i>	<i>63,9</i>	<i>66,6</i>
<i>Alto Trás-os-Montes</i>	<i>61,4</i>	<i>61,8</i>	<i>61,5</i>	<i>63,3</i>	<i>65,9</i>	<i>68,0</i>

Fonte: INE, 2006 cit. por CCDRn, 2007

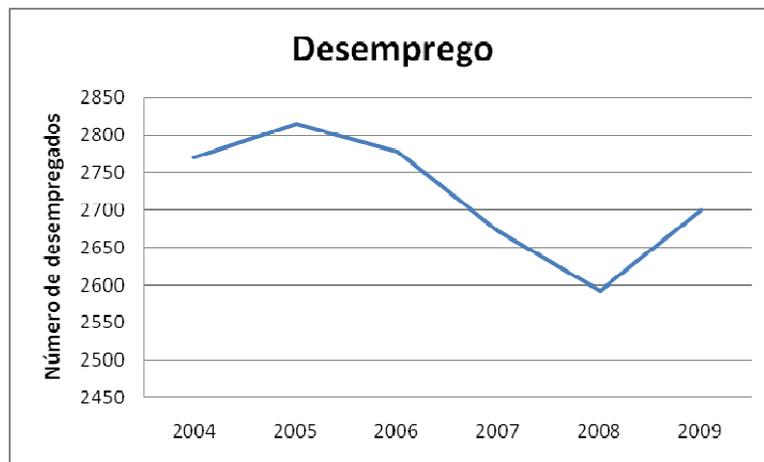
Esta situação é bastante mais grave quando comparada com os valores de PIB *per capita* dos UE-27, se consideramos que o PIB *per capita* de UE-27 é igual a 100 o PIB *per capita* do Vale do Tua não ultrapassará os 52 (EUROSTAT, 2006 cit. por CCDRn, 2007).

É de referir que cerca de 60% da população residente dos cinco concelhos que alberga o Vale do Tua vive de pensões e de reformas ou está a cargo da família (PROFICO Ambiente, 2008).

#### 4.1.3.2 Emprego

O desemprego é, sem dúvida, uma das questões sociais mais problemáticas, porque nele está a origem de muitas outras situações gravosas para os indivíduos e para as comunidades a que pertencem.

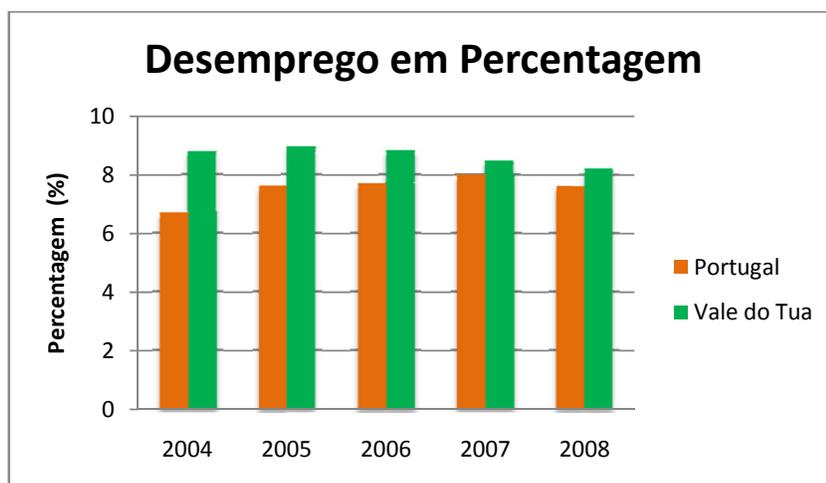
O desemprego na área do Vale do Tua entre 2004 e 2008 teve uma tendência para a diminuição, apresentando no ano de 2008 um valor mínimo de 2 593 indivíduos. Apesar dos resultados disponíveis e apresentados na Figura 4.3, não podemos concluir que esta diminuição seja sinónimo de criação de emprego, pois as causas podem ser derivadas de outros fenómenos sociológicos. Por outro lado, de 2008 para 2009 observa-se uma mudança de tendência, ou seja uma subida do número de desempregados, registando no mês de Abril de 2009 o número de 2700 (IEFP, 2009).



**Figura 4.3 - Desemprego Registrado (em número de indivíduos)**

**Fonte: adaptado de IEFP, 2009**

Comparando as taxas de desemprego ao nível nacional e com a região em estudo, nota-se que esta região apresenta sempre taxas superiores às taxas registadas ao nível nacional. Por outro lado, é notória a aproximação destes valores ao longo do período 2004-2008, como mostra a Figura 4.4. Este facto deve-se ao aumento do desemprego ao nível nacional, que elevou esta taxa em Portugal, e às ligeiras diminuições da taxa de desemprego na região do Vale do Tua.



**Figura 4.4 – Desemprego em percentagem em Portugal e na região do Vale do Tua**

**Fonte: adaptado de CCDRn, 2007 e de MEI, 2009**

Em termos de emprego, a região apresenta um aumento da terciarização da economia devido ao esvaziamento das áreas rurais e à concentração da população em pólos urbanos. A terciarização do emprego é mais evidente em Mirandela decorrente do maior grau de urbanização deste concelho. A crescente taxa de actividade entre 1991 e 2001 encontra explicação, sobretudo, pela maior actividade das mulheres que foi acompanhada por um acréscimo significativo da taxa de desemprego deste grupo. A emigração sazonal para os países da união europeia parece ser um escape dos activos menos jovens, embora a dimensão deste fenómeno seja difícil de quantificar com exactidão. A população desempregada tem baixos níveis de escolaridade o que explica que os fluxos migratórios estejam, associados a trabalho sazonal não qualificado e turismo (PROFICO Ambiente, 2008).

#### 4.1.3.3 Poder de Compra

O poder de compra é a capacidade de aquisição de bens que uma entidade detém, determinada pelo acesso a valores monetários (LEXTEC, s.d.).

A região do Vale do Tua apresenta valores de poder de compra *per capita*, comparativamente com a situação nacional, muito baixos. Se Portugal valer 100, a região do Vale do Tua vale 56,2. A Tabela 4.3 mostra a relação comparativa entre o país, a região norte, a região do Vale do Tua e os vários municípios desta região.

**Tabela 4.3- Poder de Compra**

	<b>Indicador <i>per capita</i> de Poder de Compra</b>	<b>Percentagem de Poder de Compra</b>
Portugal	100	100
Região Norte	85,4	30,22
<b>Vale do Tua</b>	<b>56,2</b>	<b>0,35</b>
Alijó	51,0	0,07
Carrazeda de Ansiães	48,6	0,03
Vila Flor	53,3	0,04
Mirandela	73,9	0,18
Murça	54,0	0,03

Fonte: adaptado de INE, 2007

Outro resultado que ressalta deste quadro é a análise de percentagem de poder de compra, que reflecte o peso do poder de compra de cada município ou região, verificando-se que a região do Vale do Tua apresenta um valor de 0,35. Este valor é igual ao valor apresentado pelo Município de Espinho e equivale a menos de um décimo do valor apresentado pelo Município do Porto. Estes dados mostram que a população residente no Vale do Tua possui pouco poder económico.

#### 4.1.3.4 Principais actividades económicas

A agricultura é praticamente a única actividade económica relevante na generalidade das freguesias. Porém, esta é quase sempre uma actividade complementar para o rendimento familiar, que depende sobretudo de pensões e de reformas. O olival para azeite e a vinha para produção de vinhos, nomeadamente vinhas na região demarcada do vinho do Porto, são as culturas principais. Estas conferem vitalidade económica a algumas freguesias da área de estudo.

A actividade industrial é incipiente e está directamente relacionada com a actividade agrícola, sendo de salientar a produção de azeite, a transformação de produtos à base de carne, lacticínios e a produção de vinhos comuns e licorosos. As cooperativas e as associações de produtores têm vindo a desempenhar um papel estruturante destas fileiras, nomeadamente, na criação e dinamização dos processos de certificação dos produtos regionais, sendo o expoente máximo desta política a famosa alheira de Mirandela e o moscatel de Favaios. Mas à excepção da pequena unidade industrial do Cachão, na freguesia de Frechas, não existe outra unidade de produção de relevo (PROFICO Ambiente, 2008).

A terciarização da economia é, sobretudo, devida ao crescimento dos serviços públicos, comércio e dos serviços a particulares nas sedes de concelho onde se concentra a maioria da população. Nas restantes zonas, resume-se na generalidade a pequenos cafés e mercearias.

---

O turismo como motor de desenvolvimento rural: o caso do Vale do Tua

#### 4.1.4 Projectos de grandes dimensões na (e para) a zona

Neste ponto, exploramos os projectos existentes na zona e projectos futuros propostos, que poderão vir a ter importância na dinâmica da zona ao nível paisagístico e turístico.

##### 4.1.4.1 Linha Férrea do Tua

A linha de caminho de ferro do Tua é de via estreita, desenvolvendo-se quase sempre na margem esquerda do rio Tua e é uma ramificação da linha do Douro.



Figura 4.5 – Mapa das linhas ferroviárias do norte

Fonte: adaptado REFER, 2008

Segundo Silva (2004), a linha do Tua é um exemplo de um notável trabalho de engenharia realizado em Portugal. O primeiro troço, construído de Tua a Mirandela (54,1 km), demorou cerca de dois anos a construir e foi considerado um dos mais difíceis de concretizar. O traçado inclinado e sinuoso da linha faz com que a viagem seja lenta, mas ao mesmo tempo espectacular. O comboio atravessa vários túneis e pontes e contorce-se em arriscadas cornijas assentes em consecutivos muros de suporte.

O futuro da linha do Tua é incerto na medida em que, desde 1991, a ligação a Bragança deixou de se estabelecer, e em 2008 foi suprimida a linha entre Foz Tua e Cachão. Actualmente, encontra-se somente em exploração o troço Cachão - Mirandela e Mirandela - Carvalhais, numa extensão de 12,2 km.

Segundo Pimentel (1892), a linha do Tua surgiu devido à necessidade de dotar a região transmontana de vias de comunicação, de forma a satisfazer as populações. A construção desta linha assentou na ideia de ligar a rede ferroviária de Portugal com a de Espanha, o que contribuiu para o desenvolvimento das localidades, fomentou o comércio e alterou o modo de

vida das populações (Gregório, 2004). Assim, esta linha foi criada para satisfazer as necessidades das diferentes populações que atravessa.

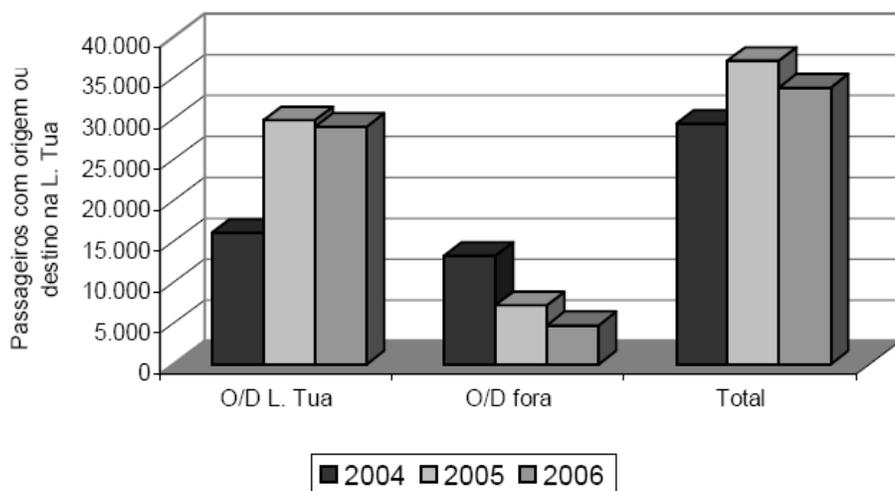
Antes de ser encerrado o troço Foz Tua – Cachão o tráfego que existia não era só de carácter local mas também turístico (apesar da flexibilidade de horários ser reduzida, na medida em que os comboios eram pouco frequentes e a maior parte das vezes não satisfazem as necessidades dos seus utentes). Na realidade o comboio acabava por ser bastante utilizado pelas populações, principalmente por aquelas que só dispunham deste meio de transporte e cujo acesso à estação ou apeadeiro não é difícil. Efectivamente, a época de maior afluência de pessoas era o Verão. Apesar das temperaturas elevadas que se fazem sentir nesta altura do ano, muitos são os visitantes que aproveitam as férias para tirar partido da beleza que esta paisagem tem para oferecer (Figura 4.6). Os habitantes locais referiam que, muitas vezes no verão tinham de ir duas locomotivas para caber toda a gente que queria viajar na linha. Assim, era possível verificar que existiam vários tipos de utentes deste meio de transporte: crianças que iam para a escola e idosos que iam ao médico a Mirandela ou ao Porto entre outros. Para além destes utentes locais, havia também um número significativo que fazia a viagem por motivos turísticos.



**Figura 4.6 – Linha do Tua, serpenteando o Vale**

O número de passageiros com origem e destino na linha do Tua duplicou de 2004 para 2005, devendo ter estabilizado ou mesmo aumentado em 2006, visto os dados só se reportarem a 10 meses de actividade, ou seja, de Janeiro a Outubro. Estes dados mostram que a linha tinha vindo a ser cada vez mais requisitada e com um movimento de pessoas

significativo: quase 30 000 pessoas por ano. A Figura 4.7 mostra que se somarmos os passageiros que tinham como destino e origem a linha do Tua mais os que tinham como destino e origem uma rota diferente, mas que utilizavam a linha, este número chegava facilmente às 35 000 pessoas por ano, isto é, mais de metade do número de pessoas que vive na região de estudo.



**Figura 4.7 – Passageiros da Linha do Tua**

Fonte: PROFICO Ambiente, 2008

Como referido, a procura externa da linha do Tua conhecia alguma expressão nos meses de Verão, mas o aproveitamento turístico da via férrea não era sustentável nos moldes que existia. As ligações com a linha do Douro, principal linha da região, era desarticulada, as carruagens estavam em decadência e a própria linha encontrava-se em más condições. Mas a paisagem continua intacta e a vontade dos turistas em usufruir desta infra-estrutura também.

É de referir o forte investimento que os espanhóis fizeram para renovar este tipo de linhas, tirando partido das linhas estreitas para transportar não só habitantes da zona mas para criar um novo nicho de mercado turístico designado por programa Transcantábrico, um cruzeiro em comboio. Este projecto começou à 27 anos e teve a sua concepção na observação abandono de bitola estreita seculares que resultou em uma situação extrema, linhas de estado terrível, um serviço muito pobre e sem segurança. Assim, era essencial iniciar um plano para modernizar a empresa e apostou-se na vertente turística, aproveitando a natureza, a arte, o folclore e a gastronomia do norte de Espanha. O caminho ao longo dos anos foi tortuoso mas em 2007 obtiveram-se os melhores resultados de sempre, verificando-se uma taxa de ocupação a rondar os 85%, sendo altamente impulsionado pela procura estrangeira que se situa nos 25% (FEVE, 2009). É de referir que as receitas geradas por este projecto em 2007 rondou os 7 milhões de euros.

Por outro lado, estão previstos alguns investimentos, em Espanha, que indirectamente irão beneficiar a região. Nos próximos anos, com a conclusão da nova rede ferroviária espanhola, vai ser possível ligar Madrid a Puebla de Sanabria, em 1 hora e 40 minutos e Madrid a Salamanca, em 1 hora e 30 minutos. Está também prevista a reabertura do troço de Fuente de S. Estéban até La Fregeneda (Barca de Alva), que ligará a fronteira portuguesa a Salamanca. Se do lado português for reaberta a via de Barca de Alva até ao Pocinho, a linha do Douro terá ainda maiores potencialidades turísticas. De facto, quanto mais tráfego tiver a linha do Douro e melhor funcionar, maior benefício resultará para a linha do Tua, que dela depende, e que já foi considerada, por revistas estrangeiras, como uma das cinco mais belas linhas turísticas da Europa (Rodrigues R. , 2008).

#### *4.1.4.2 Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua*

No âmbito do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), está planeado e aprovado a construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua (AHFT) com a cota de 170 metros. Esta construção terá lugar a 1100 metros a montante da Foz do Tua (Figura 4.8), criará uma albufeira com 27 km de comprimento, inundará uma área de 4,2 km<sup>2</sup>, terá uma capacidade para armazenar 106,1 x 10<sup>3</sup> hm<sup>3</sup> e terá uma produção anual líquida de 276 GWh, produzindo, num ano, aproximadamente, o correspondente aos consumos dos cinco concelhos abrangidos (EDP, 2008).



**Figura 4.8 – Fotografia da Foz do Tua**

A realização do empreendimento AHFT justifica-se, segundo a EDP (2008), pelas seguintes razões principais:

---

O turismo como motor de desenvolvimento rural: o caso do Vale do Tua

- Aumento progressivo do consumo de electricidade, em Portugal, como consequência do desenvolvimento económico, mesmo considerando a implementação de medidas de conservação e do uso eficiente da energia;
- Necessidade de garantia da segurança do abastecimento energético nacional e redução da dependência energética do país face ao exterior;
- Necessidade de produção de energia limpa à qual não estão associadas emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), sendo que este projecto num ano equivalerá a redução de emissões, em dióxido de carbono equivalente, a 38 000 veículos (directamente) e 163 000 veículos (indirectamente, com o sistema eólico incluído no projecto).

O AHFT não está isento de debate, devido aos enormes impactes ambientais e sociais que esta infra-estrutura terá. Neste trabalho, debruçamos sobretudo nas questões afectas ao desenvolvimento social e turístico local.

A questão mais problemática está no real contributo de uma barragem para o desenvolvimento dos municípios que afectará. É seguro que criará inúmeros postos de trabalho durante a construção, visto que o plano prevê a criação de 48 500 empregos em todo o projecto PNBEPH, mas o problema coloca-se quando a construção acabar e no efeito que a barragem terá. É seguro que a AHFT destruirá a linha do Tua, e apesar da EDP ter fundos para a realização de projectos na área, depois da construção da barragem, não se sabe qual será o seu significado real em termos locais. Por outro lado, segundo a EDP, a esmagadora maioria das populações e dos autarcas locais tem expectativas negativas relativamente ao futuro do Vale do Tua, com ou sem a barragem. Para os mais optimistas, esta construção é vista como a única oportunidade, a curto prazo, para impedir uma maior desertificação da zona (Baptista, 2009).

O projecto do AHFT prevê a criação de infra-estruturas e um plano de desenvolvimento turístico na albufeira. A EDP, promotora do projecto, refere que esta albufeira terá condições de navegabilidade por embarcações não poluentes, o que, em conjunto com os acessos, os cais e praias fluviais, deverá permitir o aproveitamento da albufeira. Prevê também a construção e valorização de unidades museológicas na zona sobre a temática dos caminhos de ferro, centrando-se mais na temática da linha do Tua. A EDP também menciona que garantirá a construção destas infra-estruturas. Para além da construção das infra-estruturas, contempla no seu projecto outras propostas como a criação de espaços para pesca desportiva e para actividades náuticas de recreio e lazer associadas à utilização das praias fluviais e parques de

lazer na área envolvente, dotados de acessos directos à barragem e com estacionamento para autocarros (PROFICO Ambiente, 2008).

A EDP também refere que todas estas medidas serão enquadradas num programa de desenvolvimento turístico de base territorial, e que o seu arranque se terá lugar imediatamente após a decisão de construção do empreendimento. Este programa abrangerá toda a região do Vale do Tua, dará particular atenção à articulação da possibilidade de navegabilidade na albufeira com o desenvolvimento turístico nas suas diversas componentes, nomeadamente em espaço rural, termal e balnear e com turismo activo da natureza (PROFICO Ambiente, 2008).

A EDP (2008) refere ainda que este aproveitamento poderá vir a ser uma oportunidade para a região tendo em conta as infra-estruturas e projectos a desenvolver que poderão vir a potenciar um novo tipo de turismo local (núcleo Museológico, Termas, Albufeira e Praias), a fixação de outras faixas etárias - através de novos loteamentos residenciais previstos no plano de pormenor de São Lourenço e da criação de novos postos de trabalho/emprego em actividades relacionadas com a agricultura, nomeadamente na nova unidade hoteleira e nas termas renovadas de São Lourenço, no núcleo museológico, nas actividades associadas às praias fluviais e ancoradouros.

## **4.2 Estratégias de desenvolvimento turístico municipal**

Nos instrumentos de gestão territorial de nível concelhio estão definidas as políticas de desenvolvimento municipal sustentadas em estratégias para diferentes domínios. De acordo com os estudos desenvolvidos pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU) em 2006, “a maioria das estratégias de desenvolvimento preconizadas (para a zona) centraram-se genericamente na afirmação da actividade turística enquanto pilar da base económica local”. Justifica-se, no entanto fazer mais algumas análises e considerações mais detalhadas sobre as estratégias de cada município.

As estratégias de desenvolvimento económico assumidas nos Planos Directores Municipais (PDM) são semelhantes a todos os municípios e assentam em modelos de desenvolvimento estruturado em seis eixos:

- Modernização do sector agrícola;
- Florestação;
- Crescimento das indústrias agro-alimentares;
- Fixação de indústrias baseadas em matérias-primas locais, caso das madeiras e materiais não metálicos

- Atração de actividades industriais não poluentes e desenvolvimento de actividades artesanais; e
- Desenvolvimento do turismo.

O turismo é considerado pelos municípios como um dos principais eixos prioritários de desenvolvimento indo no sentido do PNPOT (publicado pela lei nº 58/2007 de 4 de Setembro) que refere como uma opção estratégica para o desenvolvimento do Douro e Alto Trás-os-Montes:

- Desenvolver o cluster do turismo, explorando as múltiplas potencialidades existentes: patrimónios mundiais (Douro vinhateiro e arte rupestre de Foz Côa), rio Douro e seus afluentes, quintas, solares, paisagens, identidade cultural das aldeias e pequenas cidades, termalismo, produtos de qualidade)

- Organizar centros de excelência em espaço rural (pela qualidade do ambiente, património, originalidade e qualidade dos seus produtos).

Assim, as câmaras definiram as estratégias de desenvolvimento turístico em dois grandes objectivos:

- Valorização turística da região com aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas do seu património natural, histórico e cultural;
- Crescimento do sector do turismo, maximizando a sua contribuição directa e induzida para o desenvolvimento económico da região.

Para o cumprimento destes objectivos, as câmaras preconizam diversas intervenções, nomeadamente:

- Valorização do espaço rural com dinamização de todas as formas de turismo (alojamento, animação turística, cultura e desporto, circuito, bem como todas as actividades e produtos que promovam a integração de produtos específicos do espaço rural com os produtos turísticos em geral);
- Qualidade e quantidade da oferta de alojamento, restaurantes e outros similares;
- Equipamentos e actividades de animação turística;
- Integração regional em circuitos;
- Alojamento da gama de produtos turísticos oferecidos (caça turística, turismo verde, turismo cultural, entre outros)
- Valorização dos produtos regionais: artesanato e gastronomia; e
- Promoção regional e marketing.

No caso mais específico do concelho de Alijó, o quadro estratégico ajusta-se à estratégia de desenvolvimento proposta para a sub-região do Douro Norte, e enquadrando-se nos domínios estratégicos prosseguidos no Plano Regional da Envolvente do Douro (PROZED). Assim, no sector do turismo, segundo o ponto de vista territorial, o concelho de Alijó pode subdividir-se em duas zonas:

- A zona norte, para o qual está prevista a localização do pólo de desenvolvimento turístico de Perafita, que incluirá: Santuário do Senhor de Perafita, construção de um parque de campismo, transformação de algumas casas em unidades TER/Agro-turismo;

- A zona demarcada do Douro, onde predomina a cultura da vinha (monocultura). Entre Alijó e Favaios situar-se-ia a zona de desenvolvimento turístico da Senhora da Cunha, que incluirá a construção de um parque de campismo com restaurante, bar e minimercado, piscina e área de apoio. Prevê-se também um amplo conjunto de iniciativas a desenvolver entre eles: TER nas casas abandonadas; cavalariças com cavalos regionais para alugar; áreas de lazer com bosque; área de caça especial turística; escalada nas vertentes e fragas do Tua; pesca nos rios Tua, Tinhela e Douro.

As câmaras de Carrazeda de Ansiães, de Mirandela e de Vila flor definiram, a nível municipal, pólos e produtos turísticos, cuja informação recolhida, junto destes municípios está sintetizada na Tabela 4.4.

**Tabela 4.4 – Produtos Turísticos**

VILA FLOR	
<i>Pólo de desenvolvimento turístico</i>	Vila Flor
<i>Centros de atracção turística</i>	Alto da Senhora da Assunção Alto da N. Sra. dos Remédios
<i>TER</i>	Gavião (junto de Seixo de Manhoses – Turismo de Aldeia)
<i>Centros de animação turística</i>	Parque de campismo Barragem do Peneireiro Parque zoológico Piscina municipal
<i>Centro de desenvolvimento turístico</i>	Termas de Bem Saúde
<i>Paisagens a valorizar</i>	Vale de Vilariga Mata de Nossa Sra. dos Remédios/Nossa Sra. da Lapa Mata da barragem do Peneireiro
CARRAZEDA DE ANSIÃES	
<i>Pólo de desenvolvimento turístico</i>	Carrazeda de Ansiães
<i>Centros de atracção turística</i>	Senhora da Ribeira Termas de São Lourenço
<i>Eixos turísticos</i>	Vale do Tua Vale do Douro
<i>TER</i>	Alegria Turismo de Aldeia: Aldeia do Fiolhal, Pereiros, Felgueiras, Besteiros, Pinhal do Douro
<i>Centros de animação turística</i>	Piscina de Fontelonga Barragem e porto fluvial da Valeira Foz Tua/Ribalonga Senhora da Ribeira Vários centros de apoio à caça no planalto
<i>Paisagens a valorizar</i>	Vale do Tua Vale do Douro
MIRANDELA	
<i>Pólo de desenvolvimento turístico</i>	Mirandela Torre de Dona Chama
<i>Centros de atracção turística</i>	Romeu Torre de Dona Chama
<i>TER</i>	Guribanas Frechas
<i>Centros de animação turística</i>	Aeródromo Parque de campismo Açude e Parque Urbano
<i>Eixos turísticos</i>	Foz-Tua    Mirandela
<i>Paisagens a valorizar</i>	Vale do Rabaçal Vale do Tuela Vale do Tua Serra de Passos

Fonte: adaptado de PROFICO ambiente, 2008

## 5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo encontra-se subdividido em perspectiva para os presidentes de câmara, presidentes de juntas de freguesia, agentes turísticos e análise SWOT, onde apresentamos e discutimos os resultados obtidos.

### 5.1 A Perspectiva dos Presidentes de Câmara

Apesar de só termos tido a possibilidade de realizar uma entrevista, consideramos que ela constitui uma importante fonte de informação, assumindo-se como “o instrumento mais adequado quando se procura informação sobre as representações, valores e normas veiculadas por um indivíduo” (Ruquoy, 1995). Dado que um estudo desta natureza visa essencialmente compreender diversos ângulos da realidade complexa, procurou-se captar parte dessa realidade para apreender quadros de referência, intencionalidades e lógicas de acção, suscitando a expressão de opiniões de entrevistados que exercem funções ao nível do poder local.

Seguindo os procedimentos já indicados (capítulo V), estruturámos, de acordo com Bodgan & Bliken (1994), áreas semânticas que incluíram os testemunhos do Presidente da Câmara entrevistado e as opiniões expressas em documentos/relatórios/programas audiovisuais dos outros quatro presidentes de municípios em unidades temáticas, inserindo os fragmentos discursivos nas seguintes macrocategorias: *Opção estratégica de desenvolvimento; Impacte do turismo na região do Vale do Tua; Sinergias e conflitos entre o turismo natural e cultural e a construção de infra-estruturas*

Podemos de forma sintética, com perda de bastente informação, compilar a opinião dos presidentes de câmara, como mostra a Tabela 5.1.

Tabela 5.1 – Quadro síntese da opinião dos presidentes de câmara

Ideias chave		Alijó	Carraceda de Ansiães	Mirandela	Murça	Vale Flor
<b>Opção de Desenvolvimento</b>	Aposta no turismo	+	+	++	s.d.	+
	Aposta em grandes obras	++	++	--	++	++
<b>Sinergias e conflitos com Infra-estruturas</b>	Aposta na Agro-indústria	s.d.	s.d.	+	s.d.	+
	Construção do AHFT	++	++	--	++	++
<b>Vectorios turísticos</b>	Destruição da linha do Tua	+/-	+/-	--	-	+/-
	Características endógenas	s.d.	s.d.	++	s.d.	s.d.
	Eventos	s.d.	s.d.	++	s.d.	s.d.
	Paisagem (Natureza)	++	s.d.	++	s.d.	+

Legenda: “--“ muito negativo; “-“ negativo; “+/-“ neutro; “+“ positivo; “++“ muito positivo; “s.d.”sem dados.

### 5.1.1 Opção estratégica de desenvolvimento

Confirmando os dados obtidos pela observação do local, o autarca de Mirandela pronunciou-se sobre a dinâmica económica que se inscreve essencialmente na actividade agrícola nos seguintes termos: *“ainda temos mais de 30% das pessoas a viver da agricultura (...) já não é só desta agricultura tradicional mas posso dizer que já é de desenvolvimento rural”*. Contudo afirma que *“a agricultura não é suficiente”*, sendo necessário desenvolver *“algumas actividades no mundo rural, nomeadamente na gastronomia, turismo rural, turismo de paisagem”* e conjuga com a actividade agro-alimentar para se conseguir continuar de forma sustentável, com a actividade essencialmente rural.

Com efeito, para além da actividade agrícola, no município, segundo o autarca, cerca de *“mais de 20% vive do comércio (...) que também já mete um pouco de agro-industrial, como os enchidos (...) diz alheiras, diz o azeite, o presunto, este tipo de situações”* e *“o resto vive da indústria, que é muito pouco, e dos serviços, essencialmente os públicos (...) e meia dúzia de empresas privadas”*. Conclui que a base agrícola ainda é a maior actividade associada à actividade agro-alimentar e aos produtos gastronómicos locais. Esta situação associada ao enquadramento paisagístico único leva-o a defender que *“só há uma indústria capaz de fazer com que esta zona tenha um crescimento qualitativo que é o turismo (...) principalmente o turismo de natureza”*.

### 5.1.2 Sinergias e conflitos entre o turismo natural e cultural e a construção de infra-estruturas.

Tendo em conta um dos objectivos deste estudo, tentámos obter a opinião dos autarcas relativamente à construção de uma grande infra-estrutura – a barragem do Vale do Tua. Sabendo que a EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A. elaborou, no âmbito da Estratégia Nacional de Energia conjugado com o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Energético, o Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua, relativo à construção da barragem, pretendemos saber como é que os autarcas analisam os impactes negativos e positivos da referida construção no que se refere às alterações biofísicas, sócio-económicas e culturais.

Encontramos a favor da construção da barragem quatro dos cinco autarcas. Por exemplo, o de Vila Flor afirma que *“temos de olhar para o futuro [e que é] evidente que a barragem pode trazer progresso para a região”*, por sua vez, o de Murça declara *“a barragem é uma oportunidade para o município, porque vai trazer investimento e desenvolvimento em torno*

da barragem. E não tenho a mínima dúvida que isto será uma oportunidade para o município” (Lusa, 2008).

Em tom desapontado, o autarca de Mirandela comenta: *“com toda a honestidade, a minha opinião pode ser diferente da opinião dos meus colegas, se eu digo que a principal fileira turística desta região é o turismo de natureza e o turismo de paisagem, eu não posso estar de acordo com um investimento que vai completamente destruir esse turismo de natureza e de paisagem. Porque eu digo destruir, porque existir barragens que se enquadrem na natureza, no turismo que o fazem rentabilizar, mas acho que esta é o contrário”*.

Os autarcas que manifestaram uma opinião favorável relativamente à construção da barragem no Vale do Tua têm contudo algumas reservas principalmente no que se refere à destruição da paisagem e da linha-férrea do Tua.

Por exemplo o autarca de Murça afirmou estar *“apreensivo”* com a construção da barragem do Tua porque ela vai afectar vinhas durienses no concelho reconhecendo, no entanto, que a barragem também poderá *“trazer maior riqueza à região”*; o de Vila Flor afirma: *“concordo com ela mas tenho uma grande pena que a linha do Tua seja submersa”*. E acrescenta ainda *“nós temos sempre pena das pessoas que nos são queridas e morrem, mas temos de olhar para o futuro e o futuro é a barragem não é a linha do Tua”* (Pinto, 2007). Por seu lado, o de Carrazeda de Ansiães considera que *“se houver posições conciliáveis tudo bem, se não houver alguma coisa terá de ser sacrificada e, se tiver que ser a linha do Tua, que o seja, com as devidas compensações”*; o de Alijó espera *“que haja um equilíbrio entre o aproveitamento hidroeléctrico e um projecto de desenvolvimento sustentado para as populações que vão ser banhadas pela barragem”*, considerando que é necessário encontrar *“um ponto de equilíbrio entre o aproveitamento hidroeléctrico, o ambiente e os interesses das populações que serão afectadas com a subida das águas”* e que permita a *“possibilidade de criação de condições que possam fazer desenvolver a actividade económica de outros sectores, nomeadamente o turismo”* (Bento, 2007).

Com uma visão crítica, o autarca de Mirandela apresenta diversos argumentos contra a construção da barragem por prejudicar o turismo de natureza e de paisagem, nomeadamente porque:

i) **não se enquadra na natureza**

*“Vai ser feita num vale, que é o Vale do Tua, que é único, que já tem propostas de classificação do UNESCO, e portanto que basta ter uma situação de espelho*

*de água diferente para dar cabo de toda a beleza do vale, naquilo que ele tem da sua beleza e atractividade”.*

**ii) destrói a linha do Tua**

*“Tinha 40 000 visitantes por ano (...) por causa do percurso que fazia em termos turísticos. E qual era o percurso mais importante? Era o do Vale do Tua, os 16 km do vale, independentemente em que concelho fica ou não fica, que é o que fica inundado; se houver uma barragem e (...) destrói-se esta riqueza natural, de fileira turística, e tem-se em contrapartida o quê com um espelho de água de 16 km”.*

**iii) não dá acesso ao Vale do Tua**

*“O Estudo de Impacte Ambiental não prevê acesso nenhum; primeiro ponto. Segunda questão, os que tem acesso são meia dúzia de populações ribeirinhas que vivem ali, que não necessitam de água para nada, nem têm lá grandes culturas porque aquilo é perfeitamente íngreme, não dá resultados absolutamente nenhuns. Terceira questão, usar o espelho de água. Por quem? Se eu tenho a barreira a 1,7 km da Foz do Tua, que é o paredão, não há ninguém que venha, mesmo que queira aproveitar, do Douro para a Foz do Tua, porque tem 1,7 km que não tem água, ou que fica sem água em termos naturais”.*

**iv) cria uma barreira entre o turismo no Douro e no Tua**

*“Não existe turismo, pelo menos na ligação entre um e o outro. Uma das questões é usar uma parte dos 2 milhões de visitantes do Douro para entrarem na Foz do Tua, mas não há hipótese. Para isso, teria de ter uma enclusa com situações perfeitamente estabilizadas, que não tem”.*

**v) destrói a biodiversidade**

*“Dá cabo da biodiversidade, dá cabo da paisagem ai existente, sem nenhuma compensação em troca”.*

**vi) não tem relevo do ponto de vista económico**

*“Mas mesmo a parte económica que me seduzia numa determinada altura, e depois de conhecer melhor o sector, achei que não tinha nenhum relevo. Isto é, aquela barragem produz 0,000 não sei o quê da electricidade nacional, ou da energia limpa nacional, bem basta pelos vistos com metade do dinheiro fazer um programa de eficiência energética na região, para poupar 10 vezes mais ou 15 vezes mais, quer dizer que nem esse argumento é tecnicamente explicável”.*

### 5.1.3 Impacte do turismo na região do Vale do Tua

Confirmando os dados obtidos noutros documentos analisados e já referenciados no capítulo da Metodologia, todos os autarcas se pronunciam sobre a actividade turística, considerando-a um sector chave para desenvolver a região do Vale do Tua. Contudo, também manifestam que ela ainda tem pouco relevo apesar dos esforços feitos e enumeram um conjunto de dificuldades. Para as superar, parece determinante a aposta numa estratégia conjunta ao nível dos cinco municípios, como nos mostram as passagens seguintes, que apresentamos a título de exemplo: (i) *“desde que todos os interessados estejam dispostos a arriscar em conjunto, para que seja atingido o seguinte objectivo: mais do que produzir energia, se maximize a fixação do valor acrescentado da REGIÃO na REGIÃO, numa estratégia global, que passe pela dinamização económica local. Entende-se por TODOS, os municípios ribeirinhos a esta bacia hidrográfica, em parceria com a EDP”* (Município de Alijó, s.d.); (ii) *“E também não consegue atrair pessoas para fazer esse investimento económico. Lá está a tal falta. Não consegue atrair porquê? Porque não há nada montado na REGIÃO, e não são os de fora que sabem as potencialidades da região. Esta é que é a questão, para que consiga vender essas coisas, porque essas coisas geram as outras, isso faz falta e é a nossa debilidade económica”* (Mirandela).

Para a concretização da aposta no sector do turismo, o autarca de Mirandela afirma que *“hoje não se pode ver o produto turismo sem o devido enquadramento na paisagem (...) Mas também é importante o turismo gastronómico, isto é, cada vez mais, hoje, o turismo gastronómico e o turismo de natureza se associam, fazem uma fileira própria. É nestes dois domínios essenciais que nós temos de intervir, se quisermos ter uma estratégia turística com alguma consistência”*.

Esta ideia seria concretizável, fazendo roteiros turísticos com diversas vertentes: o produto agrícola, a paisagem que ele integra, a dinâmica produtiva, a gastronomia e a cultura envolvente. De acordo com o autarca de Mirandela, o seu município tem desenvolvido esforços nesse sentido, visíveis nas seguintes afirmações: *“misturando os dois produtos essenciais nisto, quer o azeite que caracteriza quer a paisagem, quer a produção, quer as rotas que se podem fazer através do azeite, quer ao mesmo tempo a alheira, porque a gastronomia aqui existe mas é sempre importante ter um produto local e diferenciador”*; *“mas o azeite nos últimos tempos sofreu por parte da câmara um investimento fortíssimo na sua promoção e na sua caracterização de paisagem, também. Estamos a acabar o museu do azeite que está na sua fase inicial (...)”*.

Para apoiar o desenvolvimento do turismo na região, foi necessário avançar na qualificação da mão-de-obra. A este propósito, o autarca salienta: *“estamos a apostar na qualificação da mão-de-obra para rentabilizar este turismo gastronómico, porque a nossa grande dificuldade era a qualificação da mão-de-obra existente, nomeadamente nos restaurantes, nos hotéis e noutras circunstâncias. E hoje com a escola de hotelaria e turismo que existe em Mirandela, que foi criada especificamente para dar apoio a esses recursos humanos, já começamos a ter recursos humanos com especificidade própria, mesmo com alguma qualificação específica para esse domínio do turismo”*.

Defende ainda que foi fundamental a estratégia de promover a cidade e o concelho em termos nacionais e internacionais para dar a conhecer as potencialidades da região porque, como diz, *“as pessoas só procuram as coisas quando as conhecem, quando não as conhecem não as procuram”*, e salientando: *“tivemos também necessidade de apostar em duas ou três áreas de eventos com algum significado mundial, e se calhar a nível nacional, que elevaram o nome de Mirandela em Portugal, é o caso do campeonato da Europa de Jet-Ski, que funcionou como ex-líbris nesta matéria, e é muitas vezes feita a maratona do azeite e as festas de Nossa Senhora do Amparo”*.

Referiu ainda duas outras dimensões essenciais: a atracção do urbanismo, porque como tinham *“a felicidade de ter o rio, esse urbanismo teve-se de fazer em conjunto com o rio”* e a necessidade de investimento de outros sectores, para além do público. A este propósito, manifesta preocupação pela escassez de investimento privado na região como atestam as seguintes afirmações: *“o turismo precisa de uma coisa, da promoção e da comercialização, isto é, eu para chegar a fileiras de quem necessita de natureza, eu necessito de quem venda esses pacotes, quem venda essas coisas, e não são as câmaras municipais por muito que queiram ser”*; *“tem de haver massa crítica, e começa a haver hoje cursos de turismo; nos cursos superiores (...) se os estudantes desses cursos e os futuros profissionais fizessem uma agenda de qualidade do privado (...), capaz de vender pacotes articulados com uma estratégia”*; *“mas falta isso, não há articulação. Não há privado (...) são meia dúzia que investiram em turismo rural. Mas se houvesse uma agência de turismo privada em condições de vender pacotes, que tivesse entrada no mercado internacional, isto podia ser um ovo de Colombo (...) porque eles têm interesse no lucro e na promoção, as [entidades] públicas não tem essa dinâmica”*.

Apesar do trabalho já realizado, o autarca insiste na necessidade de melhorar a situação, e de aproveitar um potencial que é a linha férrea do Tua. Essa devia ser a opção em termos de

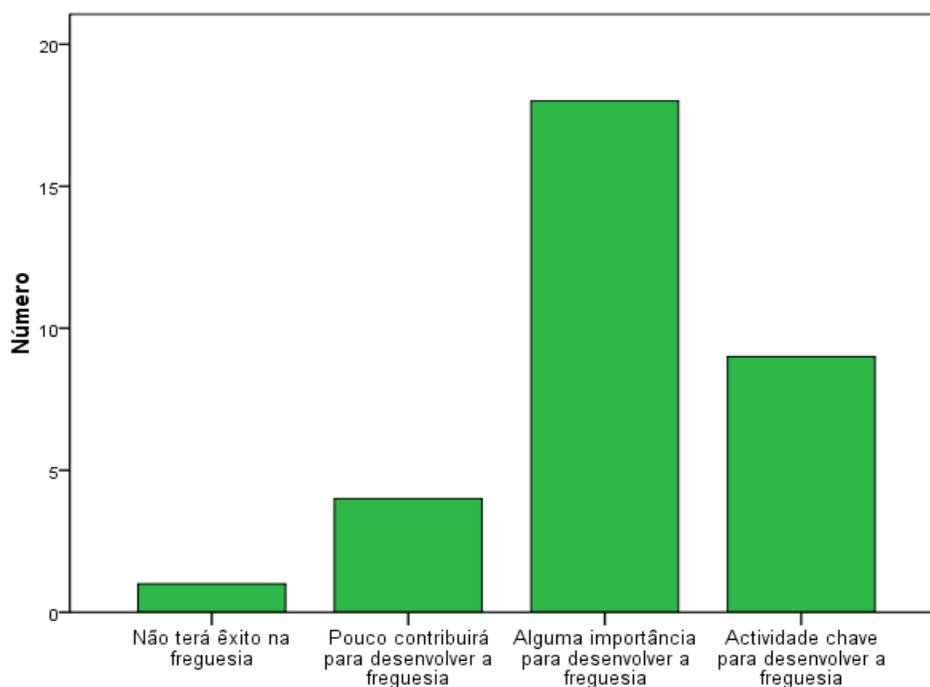
acessibilidade: “muitos não vêm, é que a única coisa que nós poderíamos ter no futuro, na minha opinião, em termos de desenvolvimento estratégico desta região era uma linha modernizada e segura entre o Tua e Espanha”, o desenvolveria o sector do turismo que é o “potencial que todos os países, hoje, estão a tentar fazer e aproveitar, e nós estamos no ciclo inverso (...) Por isso mesmo estou contra a barragem (...)”.

Em suma, o olhar que atravessa o discurso do autarca pode ser sintetizado numa ideia: o sucesso do turismo no Vale do Tua tem de assentar em cinco palavras-chave: estratégia comum, investimento privado, promoção das características endógenas da região, aposta na linha férrea, qualificação da mão-de-obra.

## 5.2 Perspectiva dos presidentes de junta de Freguesia

### 5.2.1 Percepção do turismo de Natureza e Cultural

Das 32 freguesias que responderam ao questionário, apenas 3 % considera que o turismo de natureza e cultural não terá êxito na sua freguesia. Outros 13%, das freguesias consideram que o turismo de natureza e cultural pouco contribuirá para desenvolver a freguesia. A maioria das freguesias, 56%, considera que o turismo de Natureza e Cultural terá alguma importância no desenvolvimento da freguesia. Por último 28% considera que o turismo de natureza e cultural será a actividade chave no desenvolver da freguesia. A Figura 5.1 mostra esta distribuição.



**Figura 5.1 – Percepção do turismo de Natureza e Cultural pelas freguesias**

Pela análise dos dados, chegamos a conclusão que grande parte das juntas de freguesia 84% considera o turismo de Natureza e Cultura é fundamental para o futuro das suas freguesias.

### 5.2.2 Representação actual do turismo de natureza e cultural

Actualmente, para as juntas de freguesia, o turismo de Natureza e Cultural, não apresenta grande dimensão na área de estudo. Só 13% das freguesias considera que esta actividade, hoje, é decisiva. Outros 25% responde que esta actividade é importante. Mas a maior parte revela (34%) que esta actividade tem pouco relevo e para 28% nem sequer tem expressão na freguesia, como se observa na

Figura 5.2.

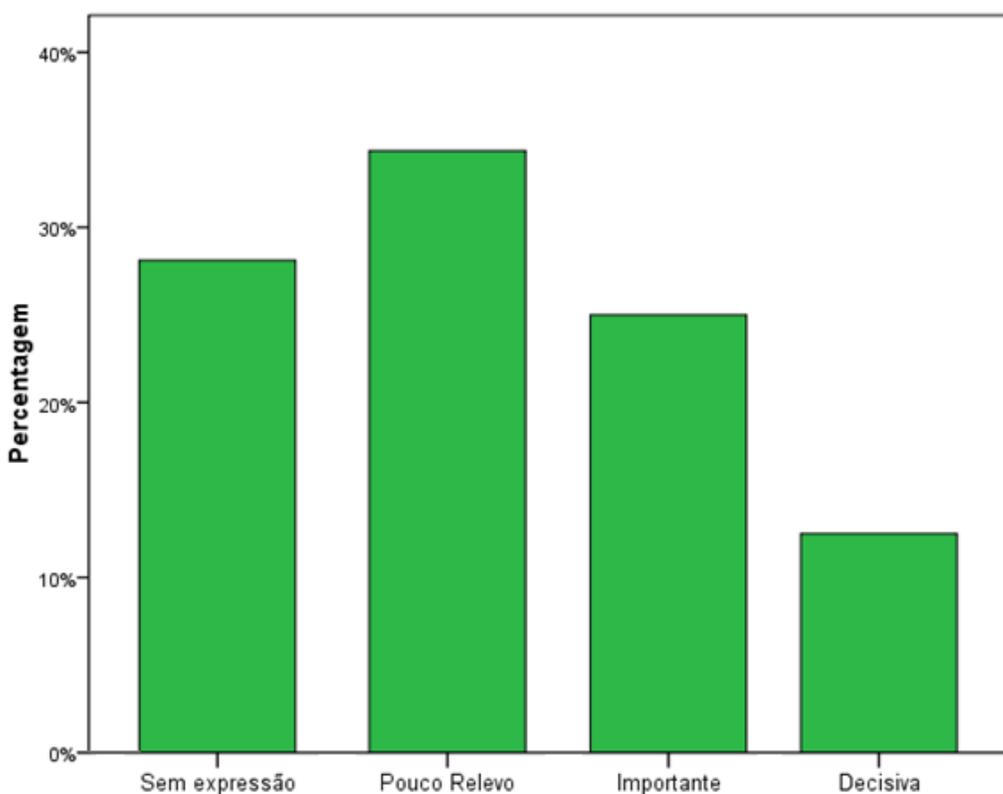


Figura 5.2 - Actualidade do Turismo de Natureza e Cultural nas freguesias

### 5.2.3 Opção estratégica de desenvolvimento das freguesias.

As juntas de freguesia, na sua maioria, vêem que as opções estratégicas de desenvolvimento passam pelo turismo e pela agricultura, com um peso de 66%. Outros 25% das juntas de freguesias consideram que a estratégia passará pela actividade industrial e pela agricultura. Por último, para um grupo de freguesias (9%) a estratégia será assente na

O turismo como motor de desenvolvimento rural: o caso do Vale do Tua

construção de grandes infra-estruturas; 3% em conjunto com indústria; 3% em conjunto com o turismo; e 3% em conjunto com a agricultura. A Figura 5.3 apresenta de forma esquemática estes dados.

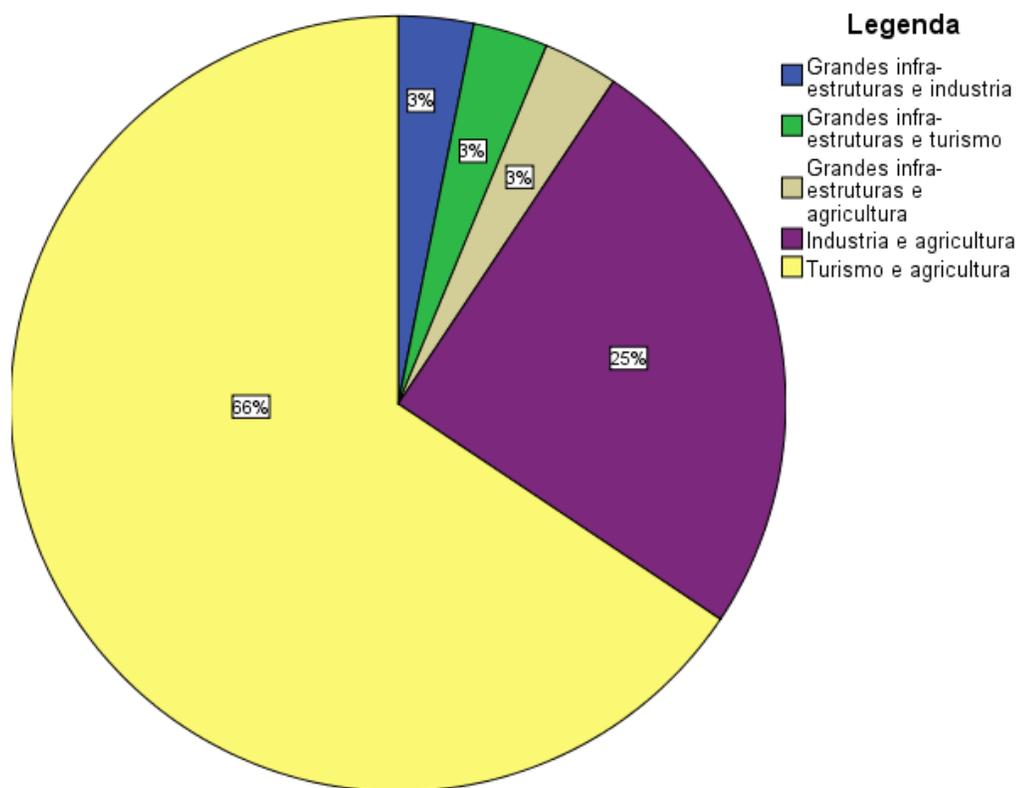
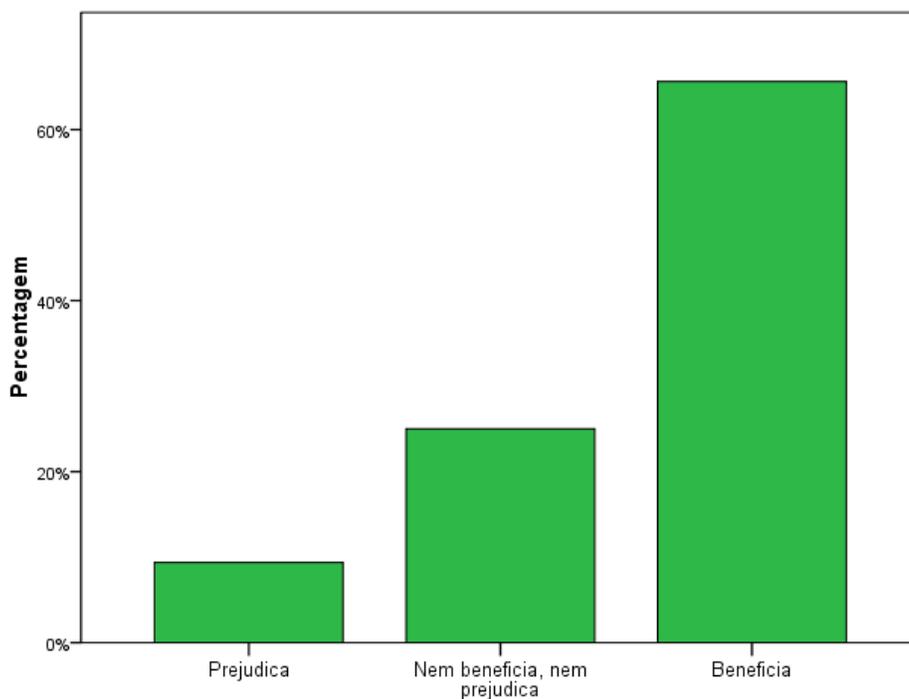


Figura 5.3 – Opções estratégicas das freguesias

#### 5.2.4 Efeito da construção de barragens no turismo de Natureza e Cultural

Para 65,6% das juntas de freguesia, a construção da Barragem de Foz Tua beneficiará a actividade turística da região em estudo, sendo que 25% considera que nem prejudicará nem beneficiará e uns escassos 9,4% consideram que irá prejudicar, como mostra a Figura 5.4.

Este facto foi enaltecido em algumas conversas tidas com alguns presidentes de juntas de freguesias, em que percebemos que, para eles, a barragem é o único investimento para a zona, e que durante anos ninguém se interessou por aquelas terras. Por isso, consideram que a barragem é benéfica porque traz mais gente à zona e porque é um investimento, uma obra, que se realiza naquela região.



**Figura 5.4 – Efeito das Barragens no Turismo de Natureza e Cultural para as freguesias**

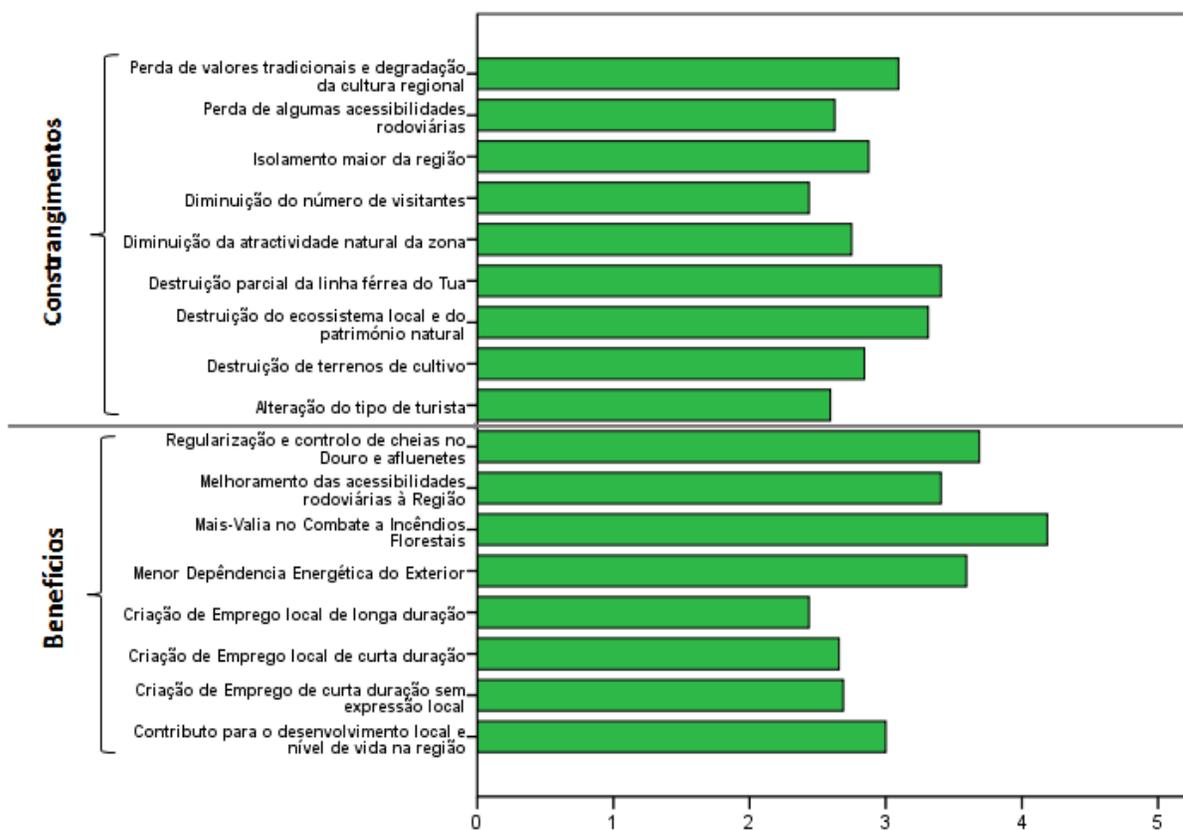
### **5.2.5 Visão sobre o valor do turismo de Natureza e Cultural**

As juntas de freguesia na sua maioria (53%) consideram que o turismo gerará pouco valor acrescentado, sendo que deste grupo 47% pensa que também empregará poucas pessoas e só 6,2% considera que gerará emprego significativo.

Para 47% das freguesias, o turismo trará muito valor acrescentado à região, sendo que 28% considera que gerará emprego significativo e 19% crê que o emprego gerado será reduzido.

### **5.2.6 Identificação dos benefícios e constrangimentos que resultam da construção da barragem de Foz Tua**

Numa escala de 1 (nada positivo) a 5 (muito positivo) foi pedido às freguesias para categorizarem os *benefícios* que advêm da construção da barragem. E numa escala de 1 (nada negativo) a 5 (muito negativo) foi pedido às freguesias para categorizarem os constrangimentos que advêm da construção da barragem. Os resultados em termos médios encontram-se na Figura 5.5.



**Figura 5.5 – Benefícios e constrangimentos da construção da barragem para as juntas de freguesia**

As juntas, em média, percebem como maior benefício a barragem como reservatório de água para o combate a incêndios, o único na escala do positivo (4). Em sentido inverso, encontram-se os aspectos relacionados com a dinâmica empregadora, que as juntas colocam, na escala do algo positivo (3), como os aspectos de menor benefício para a região, mas não chegando a este patamar. É de realçar que as juntas, também em termos médios, vêem a barragem como um contributo algo positivo para o desenvolvimento local e para o incremento do nível de vida na região. Mais bem valorizados são os aspectos de regularização e controlo de cheias no Douro e afluentes e melhoramento das acessibilidades rodoviárias à região, que se situam entre a escala do algo importante (3) e do importante (4).

Da análise das respostas, em termos médios verifica-se que a maioria dos aspectos são classificados na escala do algo negativo (3). Os constrangimentos considerados mais negativos são a destruição parcial da linha férrea do Tua e a destruição do ecossistema local e do património natural, que são valorizados acima do valor 3. Por outro lado, a diminuição do número de visitantes à zona é o constrangimento que levanta menos negatividade.

### 5.2.7 Existência de planos de desenvolvimento

Só 4 das juntas de freguesia responderam afirmativamente à questão. Assim 28, que corresponde a 87,5% da amostra, responderam que não possuem um plano para o desenvolvimento da sua freguesia.

As juntas de freguesia que referem possuir um plano salientam que o turismo de natureza e cultural está inserido nele, na forma de roteiros turísticos, na realização de eventos culturais e que esta valorização deve seguir o mote “ Douro património da humanidade” e incluir nele os seus efluentes.

O número elevado de juntas de freguesia sem plano estratégico é altamente problemático. Este facto mostra que o poder local, nesta zona, se afasta da tomada de decisões e não procura chamar a si a resolução de alguns problemas.

### 5.2.8 Questões Emergentes da Análise

Após a análise descritiva das respostas, surgiram várias questões. Deste modo, formulámos três hipóteses que nos pareceram pertinentes: uma, sobre se havia relação entre duas perguntas e as outras duas sobre se existia alguma diferença de opinião consoante o local onde as freguesias se inserem. Como primeira hipótese, as respostas as perguntas 1 e 4 tinham relação, ou seja, se a percepção sobre o turismo de natureza e cultural influenciava a opinião sobre a construção da barragem de Foz Tua Como segunda hipótese, dividimos as freguesias por municípios e na terceira hipótese dividimos as freguesias por proximidade ao rio. É de salientar que os resultados obtidos podem ser influenciados pelo número reduzido do tamanho da amostra. Tentámos verificar esta situação para as perguntas 1 e 4, porque achamos que são as que poderiam ser mais interessantes para este estudo.

**Questão 1** - Será que a percepção das juntas de freguesia sobre o turismo tem alguma relação com a sua opinião sobre a barragem?

Esta questão pareceu-nos importante, porque podemos dar pistas sobre a opinião e a visão das juntas de freguesia. Para responder a esta pergunta, verificámos se havia relação entre as perguntas 1 e 4.

**Tabela 5.2 – Tabela de Pearson, percepção e barragens**

		A construção da barragem e o turismo de Natureza e Cultural
Como percepciona o turismo de Natureza e Cultural	Pearson Correlation	,086
	Sig. (2-tailed)	,639
	N	32

Deste modo, a tabela de Pearson (Tabela 5.2) mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de 0,086 (0,7%), e o nível de significância é de 0,639. Para ( $p < .05$ ) a correlação não se verifica.

Desta forma, podemos afirmar que as respostas à pergunta sobre a percepção do turismo de natureza e cultural e às respostas a pergunta sobre o efeito da construção da barragem são independentes. Assim, do ponto de vista das juntas de freguesia, as duas temáticas são independentes e a sua visão sobre o turismo de natureza e cultural nada tem a ver com a visão das barragens.

### Questão 2 - Opinião diferenciada por município.

Achámos que seria pertinente verificar se existem diferenças de opiniões consoante o município em que as diferentes freguesias estão inseridas.

Para a **pergunta 1** (Percepção do turismo de natureza e cultural), e após a realização da ANOVA, verifica-se que não existem diferenças significativas ( $p > .05$ ) entre as freguesias dos 5 municípios ( $F(4,27)=1.374$ ,  $p=.269$ ).

Esta ausência de diferenças significativas poderá dever-se ao reduzido tamanho da amostra. No entanto, verificamos uma tendência de menor valorização do turismo de natureza e cultural nas freguesias do município de Alijó ( $M=3.60$ ;  $DP=0.548$ ). E uma maior valorização nas freguesias do município de Vila Flor ( $M=2.50$ ;  $DP=1.291$ ). A Tabela 5.3 mostra os valores para todos os municípios, e mais uma vez se salienta que as diferenças encontradas não são estatisticamente significativas.

**Tabela 5.3 – Médias de percepção das freguesias por municípios**

	N	Média	Desvio Padrão
Alijó	5	3,60	,548
Carrazeda de Ansiães	7	3,14	,690
Mirandela	10	3,00	,471
Murça	6	3,17	,753
Vila Flor	4	2,50	1,291
Total	32	3,09	,734

Para a **pergunta 4** (Efeito terá a barragem de Foz Tua no turismo de natureza e cultural), também não existem também diferenças significativas ( $p > .05$ ) entre os agrupamentos de freguesias dos 5 municípios ( $F(4,27)=1.619$ ,  $p=.198$ ).

Esta ausência de diferenças significativas poderá pois dever-se, ao reduzido tamanho da amostra. No entanto, verificamos que nenhum agrupamento de freguesias por concelho considera a barragem como prejudicial para o turismo de natureza e cultural. Todos os

agrupamentos, à exceção de Alijó, consideram a barragem como benéfica para o turismo de natureza e cultural, visto a média ser superior ou igual a 2,5, não tendo em conta os desvios padrão. As freguesias do concelho de Alijó são as únicas que em média não vêem nem benefícios nem prejuízos na construção da barragem para o turismo de natureza e cultural. Estes dados são visíveis na Tabela 5.4. Mas é de voltar referir que as diferenças não são significativas, e que o que descrevemos anteriormente são só tendências.

**Tabela 5.4 - Médias de efeito da construção das freguesias por municípios**

	N	Média	Desvio Padrão
Alijó	5	2,00	,707
Carraceda de Ansiães	7	2,86	,378
Mirandela	10	2,50	,850
Murça	6	2,83	,408
Vila Flor	4	2,50	,577
Total	32	2,56	,669

### **Questão 3** – Opinião diferenciada por proximidade ao Rio Tua

Nesta hipótese, tentamos verificar se existem diferenças entre as opiniões das juntas de freguesias consoante a proximidade ao rio. Consideramos que as freguesias seriam classificadas como próximas se se encontrassem a menos de 5 km do leito do rio Tua. Assim, das 32 respostas, 6 foram consideradas próximas e 26 distantes. No anexo IV estão os mapas que permitem visualizar esta delimitação.

Tentámos perceber se existiam diferenças para as perguntas 1 e 4, como na hipótese anterior.

Para a **pergunta 1** (Percepção do turismo de natureza e cultural), não existem diferenças significativas ( $p > .05$ ) entre as freguesias próximas e distantes ( $F(1,30) = .926$ ,  $p = .343$ ).

No entanto, verificamos uma tendência de menor valorização do turismo de natureza e cultural, que não são estatisticamente significativos, nas freguesias a menos de 5 km ( $M = 2.83$ ;  $DP = .753$ ), e uma maior valorização nas freguesias a mais de 5 km ( $M = 2.50$ ;  $DP = 1.291$ ).

Para a **pergunta 4** (Efeito terá a barragem de Foz Tua no turismo de natureza e cultural), mais uma vez não existem diferenças significativas ( $p > .05$ ) entre as freguesias dos 5 municípios ( $F(4,27) = .063$ ,  $p = .804$ ).

## 5.3 Percepção dos Agentes Turísticos

### 5.3.1 Caracterização da actividade desenvolvida

#### 5.3.1.1 Tipologia de actividade

Identificamos a tipologia de actividade das respostas obtidas. Verifica-se que responderam em maior número os TER; depois os restaurantes; pensões ou albergarias e empresas de animação turística; hotel, parque de campismo, estalagem e empresa de desporto na natureza. Tivemos 6 empresas que responderam outra (identificando-se 3 como turismo de habitação, 2 associações e 1 empresa de enoturismo). A Figura 5.6 mostra em forma gráfica os resultados previamente descritos.

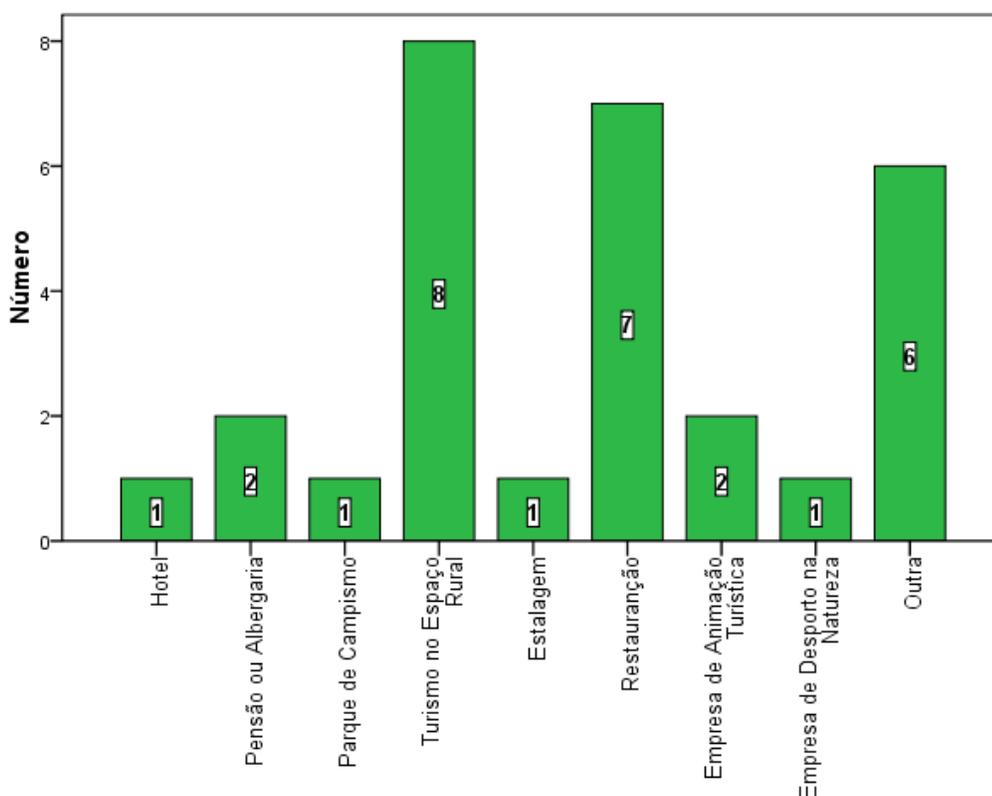


Figura 5.6- Tipologia de actividade

#### 5.3.1.2 Capacidade

Dividindo os agentes turísticos por três grupos, hotelaria, restauração e animação/desporto, verificamos que estas empresas significam 563 camas, 1000 lugares de restauração e 2580 pessoas por ano em actividades. De referir que as unidades TER significam somente 68 camas. Há que realçar que, nos 29 questionários, houve 3 empresas não referiam a sua capacidade porque entraram em actividade no ano de 2009. É também

importante salientar que estes números são referentes as empresas que responderam, sendo seguramente a capacidade instalada muito superior ao referido anteriormente, mas sabemos que, pelo menos esta capacidade existe.

### 5.3.1.3 Número de clientes em 2008

Somente 19 agentes turísticos responderam a esta pergunta, referindo que em 2008 tiveram no total 102 586 clientes. É de relatar que o número de clientes se divide em valor absoluto, por ordem decrescente, da seguinte maneira: restauração, 46 080; campismo, 30 000; hotel, 13 763; pensão ou albergaria, 7500; unidades TER, 3 403; estalagem, 1 084; empresas de desporto na natureza, 300; outras empresas, 256; e, por fim, as empresas de animação turística com 200 clientes.

É de referir que, em média a tipologia que apresenta maior número de clientes é o parque de campismo, seguindo-se o hotel. De salientar que, em média, a restauração aparece como a terceira tipologia. A Figura 5.7 representa a média por tipologia de actividade.

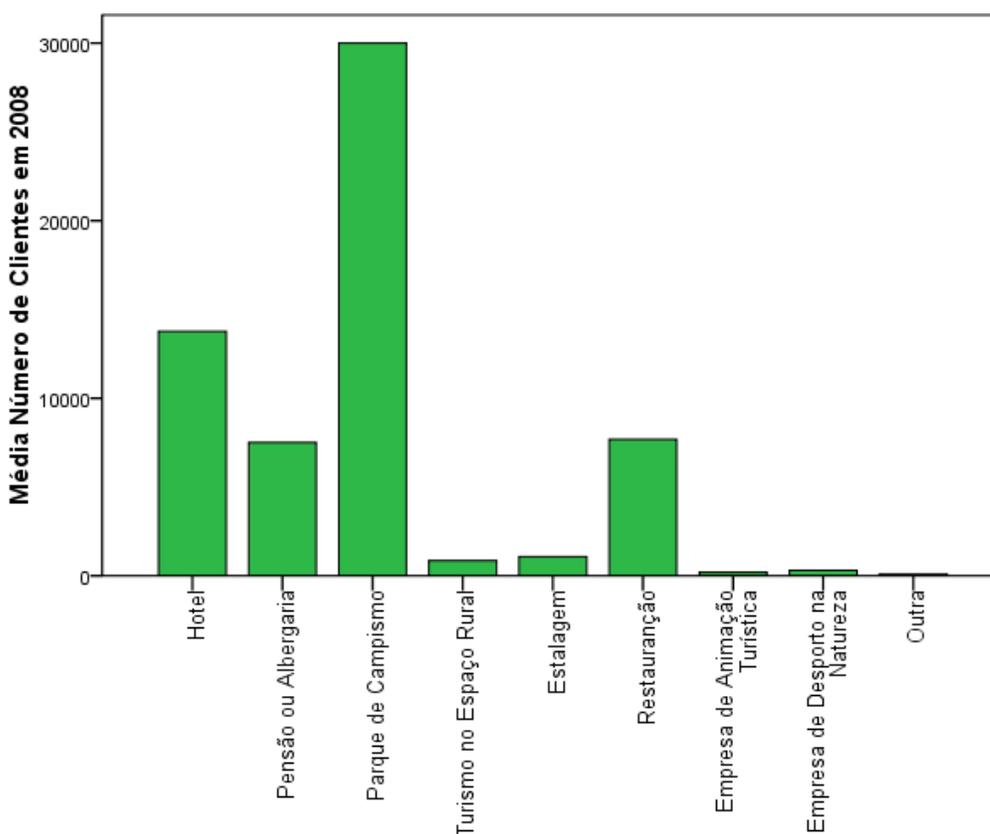


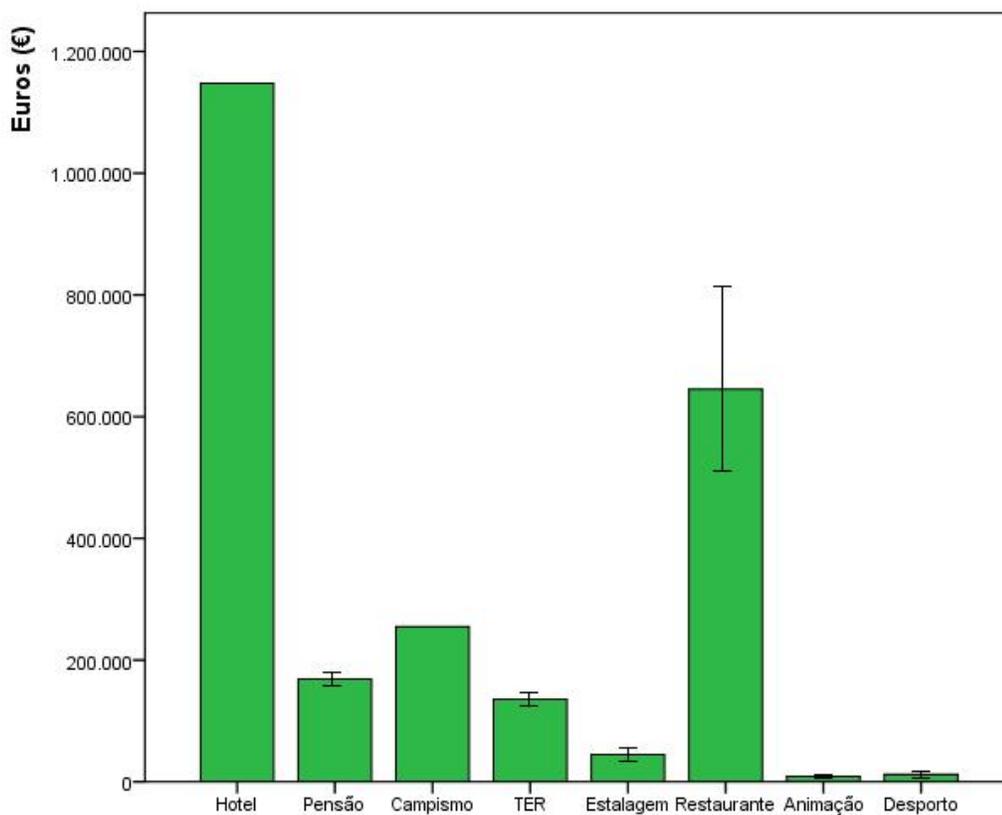
Figura 5.7 – Média de clientes por tipologia de actividade

É de destacar a expressividade reduzida das unidades TER, quer ao nível absoluto, quer ao nível médio. Estes resultados são devidos à reduzida dimensão destas infra-estruturas,

tendo geralmente entre 4 a 10 quartos. Outro resultado evidente é o reduzido número de clientes nas empresas de desporto na natureza e nas empresas de animação turística.

Quantificamos a procura em termos económicos, com os preços disponibilizados por estas empresas, consideráramos os valores máximos e mínimos para cada tipologia de actividade para duas pessoas por dia (Tabela A.1 no apêndice VI). Deste modo, o número de clientes foi dividido a metade. Não foram consideradas as empresas de tipologia outra, visto a sua actividades serem bastante distintas, assim como o preçário, deste modo estes dados só se referiram a 17 empresas.

O valor gerado por estas empresas é na ordem dos 2,4 milhões de euros, sendo o máximo 2,7 milhões de euros e o mínimo 2,1 milhões de euros. Este valor é altamente impulsionado pelo hotel existente, este hotel é um hotel de classe superior. A outra actividade motriz é a restauração. Estes dois elementos combinados significam 1,8 milhões de euros, ou seja, 75% do valor gerado em 2008, deixando as outras actividades com uma importância residual. A Figura 5.8 mostra a média dos valores gerados pelas empresas no ano de 2008, mostra também os valores máximos e mínimos para cada tipologia. No apêndice VI, Tabela A.2, estão os valores calculados em formato numérico.



**Figura 5.8 - Valor económico das várias tipologias de actividade turística**

O turismo como motor de desenvolvimento rural: o caso do Vale do Tua

#### 5.3.1.4 Número de colaboradores em 2008

A esta pergunta responderam 23 agentes turísticos, que empregam 167 pessoas. Em média, cada empresa emprega 7 pessoas.

É de referir que o número de colaboradores se divide em valor absoluto, por ordem decrescente, da seguinte maneira: hotel, 40; restauração, 37; o campismo, 30; unidades TER, 20; empresas de desporto na natureza, 12; empresas de animação turística, 10; a pensão ou albergaria, 9; estalagem, 5; e outras empresas, 4.

Salienta-se que, em média, a tipologia que apresenta maior número de colaboradores é hotel, seguindo-se campismo, empresa de desporto na natureza, restauração, estalagem, empresa de animação turística, pensão ou albergaria, TER e por último, as referidas como outras. A Figura 5.9 apresenta este resultado.

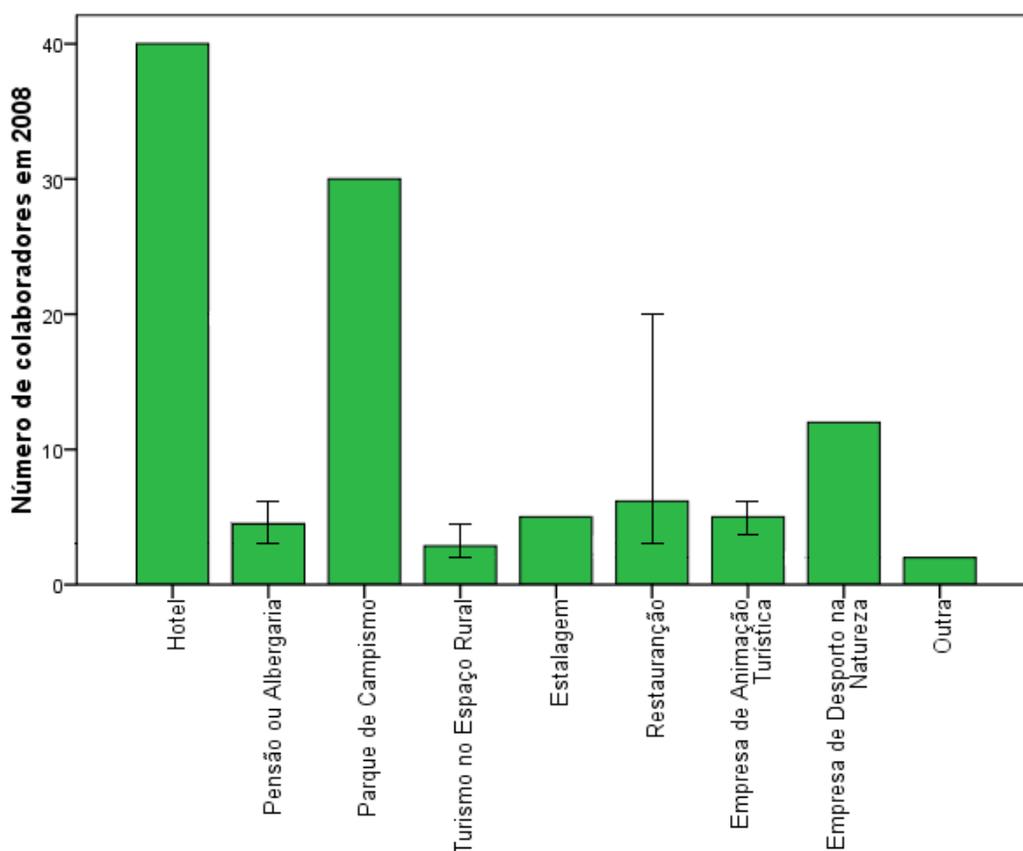


Figura 5.9 - Colaboradores por tipologia de actividade no ano de 2008

As unidades TER empregam em termos absolutos 20 pessoas, o que é um número significativo. Mas é de salientar que, em termos médios, cada unidade TER não chega a empregar 3 pessoas.

Após os cálculos realizados anteriormente e sabendo a tipologia dos agentes turísticos que não responderam ao questionário, extrapolamos os valores para toda a população. Sabemos que os erros associados a esta extrapolação são grosseiros, mas desta maneira podemos ter uma noção mais ampla sobre o potencial instalado das infra-estruturas da região.

Assim, com as médias calculadas anteriormente, para os agentes que responderam, e multiplicando pela respectiva tipologia teremos os valores para os agentes que não responderam. Mais uma vez chamamos a atenção, os valores obtidos serão somente e meramente indicativos, não indicando os valores reais mas permitindo ter uma visão mais aproximada da realidade.

Como é observável na Tabela 5.5 o conjunto dos agentes turísticos que não respondeu representa 298 empregos directos.

**Tabela 5.5 – Colaboradores dos agentes turísticos que não responderam**

Tipologia de Actividade	Número	Média	Colaboradores
Hotel	3	40	120
Pensão ou Albergaria	2	5	9
Parques de Campismo	1	30	30
Turismo no Espaço Rural	11	3	31
Pousada ou Estalagem	2	5	10
Restauração	4	6	25
Empresa de Animação Turística	1	5	5
Empresa de Desporto na Natureza	5	12	60
Outros	4	2	8
		<b>Total</b>	298

Somando este número ao dos agentes que responderam, obtemos o valor de 465 empregos directos. A população em idade activa no Vale do Tua em 2007 era de 38 816 indivíduos (CCDRn, 2007). Assim, 1,2% da população da zona está empregada, directamente, na indústria turística. Este valor é enganador, visto que, trata-se só dos empregos gerados directamente, tendo de haver sempre muitas empresas que dependeram indirectamente do turismo.

### 5.3.2 Percepção sobre o turismo de Natureza e Cultural

Os agentes turísticos que responderam ao questionário consideram na sua maioria que a actividade de turismo de natureza e cultural é decisiva para o desenvolvimento da região. Nenhum agente turístico considerou que este teria pouco relevo. A Tabela 5.6 mostra a distribuição percentual das respostas.

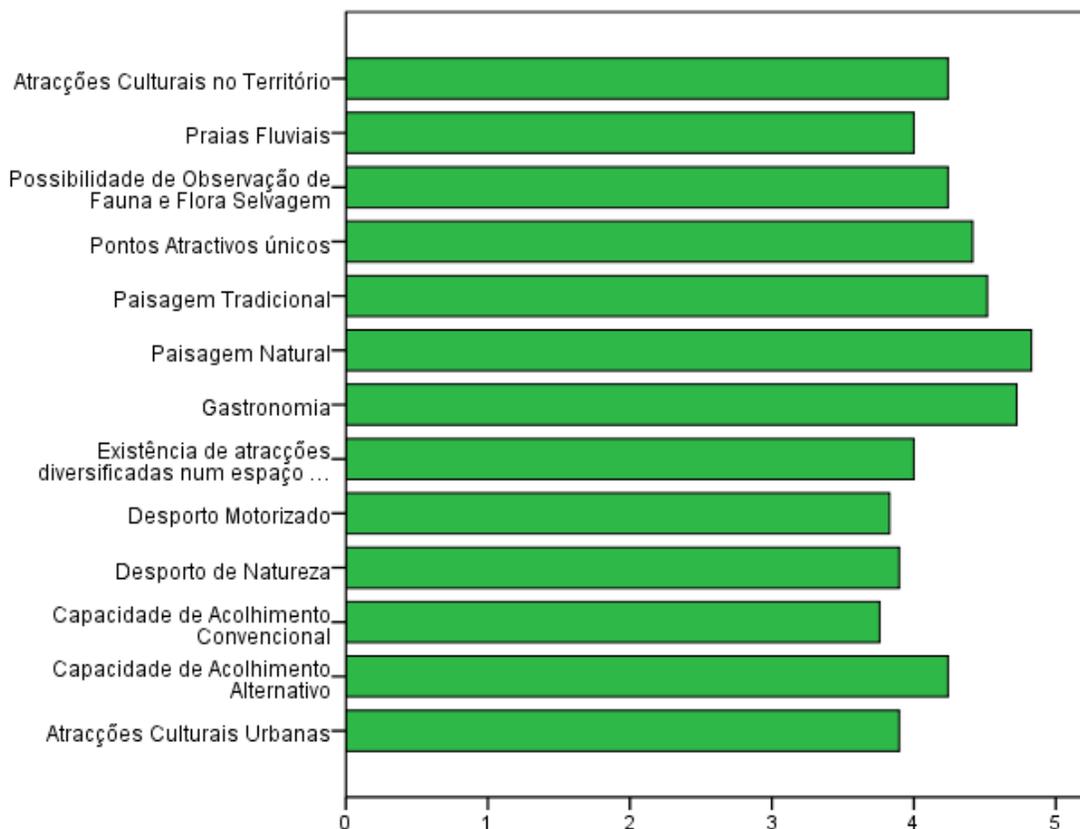
**Tabela 5.6 – Percepção do turismo de natureza e cultural dos agentes de turísticos**

	Frequência	Porcentagem
Decisiva	16	55,2
Importante	11	37,9
Não é decisiva	2	6,9
Total	29	100,0

É de referir que os dois agentes turísticos que consideraram que o turismo de Natureza e Cultural não é decisivo foram um restaurante e uma empresa inserida no grupo outra. Dentro do grupo TER, 50% responde decisiva e 50% importante.

### 5.3.3 Importância dos aspectos endógenos para o turismo da região

Numa escala de 1 (nada positivo) a 5 (muito positivo) foi pedido aos agentes turísticos para categorizarem os aspectos regionais que mais potencializam o turismo. É de referir que de todos os aspectos questionados, nenhum, em média, teve cotação abaixo de 3. Isto significa que todos os aspectos foram considerados importantes ou muito importantes, como é visível na Figura 5.10.

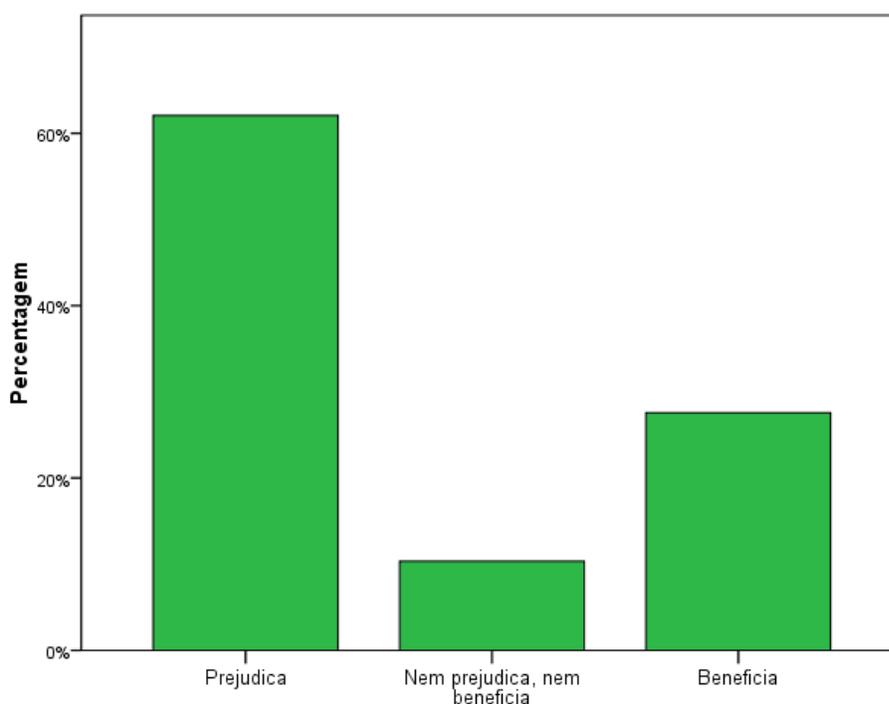


**Figura 5.10 – Valorização média dos aspectos turísticos da região**

Os aspectos considerados mais importantes foram a paisagem natural e a gastronomia. Os que receberam menos valorização, mas mesmo assim considerados importantes, foram a capacidade de acolhimento convencional e os desportos motorizados. É de referir que a capacidade de alojamento alternativo (por exemplo, TER) e os pontos atractivos únicos (por exemplo, Linha do Tua) estarão no grupo de aspectos mais importantes.

### 5.3.4 Efeito da construção da barragem no turismo de Natureza e Cultural

Inquiridos sobre os efeitos que terá a construção da barragem sobre o turismo de natureza e cultural 62% dos agentes turísticos responderam que prejudica, 10% que nem prejudica nem beneficia e 28% que beneficia, como mostra a Figura 5.11.



**Figura 5.11 – Efeito da barragem no turismo de natureza e cultural para os agentes turísticos**

A resposta a esta pergunta não foi de fácil resposta, porque alguns agentes vêm prós e contras, tendo muitas empresas dificuldades em optar por uma delas.

Mesmo assim, e apesar de sentirem dificuldades em responder, as empresas na sua maioria acham que a construção da barragem prejudicará o turismo de natureza e cultural, o que representa um dado bastante significativo.

### **5.3.5 Informação sobre a construção da barragem de Foz Tua**

Esta questão divide-se em três partes: em primeiro lugar, queríamos saber se as empresas se encontravam informadas sobre os condicionalismos da construção da barragem de Foz Tua; seguidamente, queríamos saber de onde obtiveram essa informação e, por último, se consideram necessitar de mais informação.

Em relação à informação sobre os condicionalismos da construção da barragem de Foz Tua, dos 29 agentes turísticos que responderam ao questionário, 65,5% respondeu que não se encontra informada sobre a questão. Os restantes 34,5% dizem que estão informados.

Aos agentes turísticos, que se consideram informados, foi-lhes pedido que indicassem o meio pelo qual teriam obtido essa informação. A maioria (90%) recebeu essa informação a partir dos meios de comunicação social e os restantes 10% via associações locais.

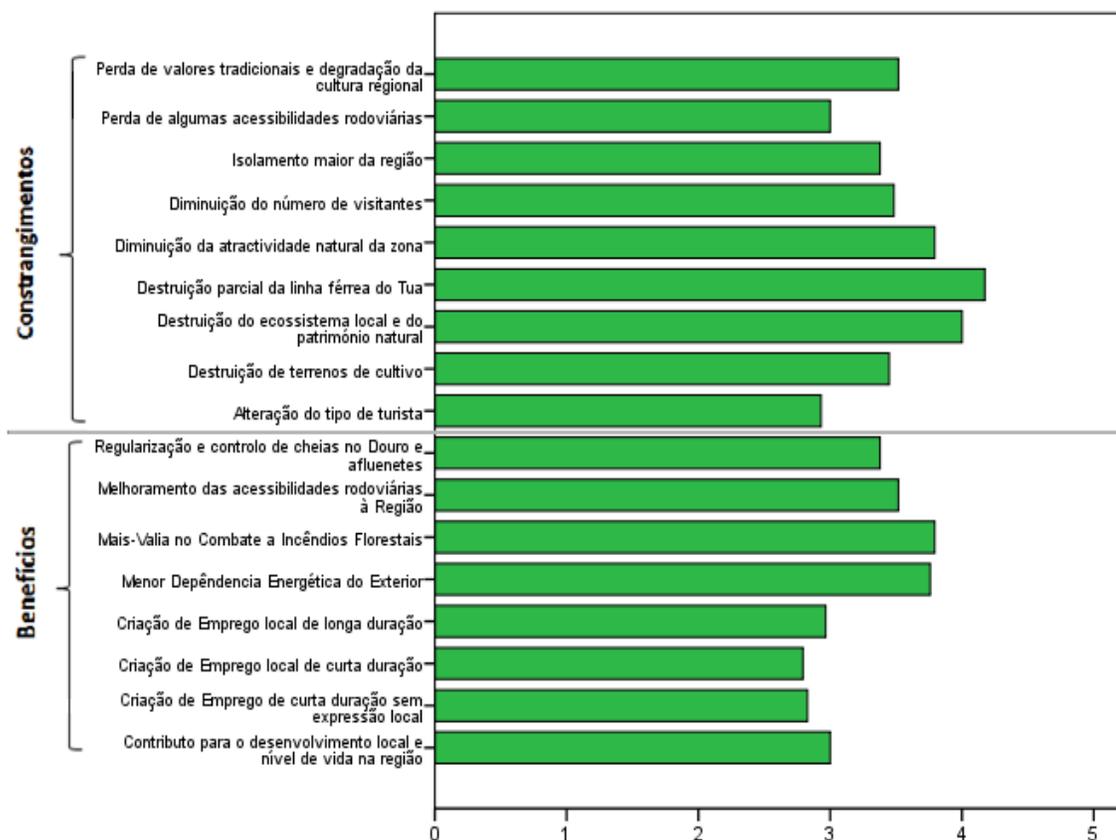
Por último, em relação à necessidade de mais informação, uma larga maioria (76%) respondeu que sim e 24% respondeu que não.

Tentámos verificar, estatisticamente, se havia relação entre a necessidade de informação e a informação já obtida, ou seja, se quem já tinha informação considerava que não necessitava de mais, ou se quem a não tivesse, se queria ter. O resultado foi que não havia relação estatística significativa,  $F(1,27)=2.105$ ,  $p=.158$ , ou seja, não há nenhum padrão.

Há que salientar que algumas agentes turísticos referem que não receberam nenhuma informação e que nem a desejam receber, mostrando um total desinteresse sobre esta questão.

### **5.3.6 Principais benefícios e constrangimentos que resultam da construção da barragem da Foz do Tua**

Numa escala de 1 (nada positivo) a 5 (muito positivo) foi pedido aos agentes turísticos para categorizarem os benefícios que advêm da construção da barragem. E numa escala de 1 (nada negativo) a 5 (muito negativo) foi pedido aos agentes turísticos para categorizarem os constrangimentos que advêm da construção da barragem. Os resultados obtidos estão sintetizados na Figura 5.12.



**Figura 5.12 – Valorização dos benefícios e dos constrangimentos da construção da barragem de Foz Tua**

Nenhum benefício, em média, obteve valorização superior a 4, ou seja, nenhum foi considerado importante. Os aspectos que em média se aproximaram do importante foram, por ordem decrescente, mais-valia no combate a incêndios florestais (3,79) e menor dependência energética do exterior (3,76). As que mereceram menos cotação foram as questões relacionadas com o emprego, que não chegaram à cotação 3. No geral, os benefícios foram considerados na escala do algo importante (3).

Em relação aos constrangimentos colocados estão, no mínimo, na escala do algo negativo (3). Os aspectos considerados menos negativos, mas mesmo assim na escala do 3, foram a alteração do tipo de turista (2,93) e a perda de algumas acessibilidades rodoviárias (3,00). Os aspectos considerados mais negativos, já na escala do negativo (4), foram a destruição parcial da linha férrea do Tua (4,17) e a destruição do ecossistema local e do património natural (4,00).

É de salientar os valores obtidos nos constrangimentos relativos à destruição parcial da linha férrea do Tua e à destruição do ecossistema local e património natural, porque para além da média ser elevada a moda situa-se no muito negativo (5). Este facto mostra que, para inquiridos, quer a linha do Tua, quer o ecossistema local são fundamentais para o

desenvolvimento da actividade turística. Numa conversa informal, num restaurante turístico no centro da cidade de Mirandela, o responsável por este estabelecimento referiu que, depois da linha do Tua fechar, teve uma perda de facturação na ordem dos 70%.

Outro dado estatístico que ressalta para os constrangimentos é o isolamento maior da região e a perda de valores tradicionais e a degradação da cultura regional, é que apesar de terem uma média de algo negativo (3), a moda é muito negativa (5). Esta observação permite verificar que muitos agentes estão preocupados com o isolamento da zona e com a desfiguração da realidade cultural da zona.

### **5.3.7 Conhecimento de algum plano de desenvolvimento para a região**

Por último, foi colocado aos agentes turísticos a questão se tinham conhecimento de algum plano de desenvolvimento para a região e se conheciam para identificarem o autor. E, posteriormente, se alguma vez o tinham consultado.

Os agentes turísticos na sua maioria (79%) respondeu que não tem conhecimento de nenhum plano e, por seu turno, somente 21% das empresas diz ter conhecimento.

As empresas que dizem que conhecem algum plano mencionam os seguintes planos: Plano de desenvolvimento turístico do vale do Douro; Plano de Pormenor do Pinhão; Quaternaire para o Municípios do Vale do Tua; e Plano Municipal de Mirandela.

Das empresas que disseram que tinham conhecimento de algum plano, 5 empresas já tinham consultado e 1 empresa tinha conhecimento de algum plano mas nunca o tinha consultado.

Estes dados podem indicar duas coisas, ou que os agentes turísticos não estão interessados em saber quais os planos que a zona onde se encontram a laborar, ou que a informação não se encontra facilmente acessível. Na verdade, durante este estudo foi difícil encontrar informação sobre planos de desenvolvimento para a região, quer ao nível local, municipal ou regional.

### **5.3.8 Questões Emergentes da Análise**

**Questão 1** - Será que a opinião dos agentes turísticos sobre o turismo de natureza e cultural tem alguma relação com a sua opinião sobre o efeito da barragem?

Para responder a esta pergunta, tentámos verificar se havia relação entre as perguntas relativas à percepção sobre o turismo de natureza e cultural e efeito da barragem. Assim, realizámos correlação com o coeficiente de Pearson, apresenta um valor de 0,186 e uma

significância (sig.) 0,333 (Tabela A.3, em apêndice). Isto significa que não possuem uma relação significativa, porque o valor de sig. é superior a 0,05. Assim, podemos concluir que a opinião dos agentes turísticos sobre o valor percebido do turismo de natureza e cultural, não tem relação significativa com a opinião sobre o efeito da barragem terá no turismo de natureza e cultural, sendo deste modo temáticas independentes.

**Questão 2** - Será que a opinião dos agentes turísticos sobre a barragem tem alguma relação com o estado de informação?

Assim, tentámos verificar se havia relação entre as perguntas referentes à barragem e ao estado de informação. De acordo com a tabela de correlação de correlação de Pearson, o valor do coeficiente de Pearson apresenta um valor de 0,16 e uma significância (sig.) 0,933. Logo, pode concluir-se que para  $p < .05$  a opinião dos agentes turísticos sobre a barragem de Foz Tua é independente do seu estado de informação.

**Questão 3** – A percepção do turismo de natureza e cultural tem uma relação significativa com a gastronomia?

Resolvemos colocar todos os aspectos numa tabela de “*correlate bivariate*” e ver as relações entre perguntas existentes, e aquelas que a exploração e estudo fossem interessantes. E este foi o caso da percepção do turismo de natureza e cultural com a gastronomia, indicando que existia uma relação bastante interessante foi. Deste modo, tentamos explorar como é que a percepção do turismo de natureza e cultural dos agentes turísticos varia com a valorização da gastronomia, e vice-versa.

Através da análise descritiva (Tabela 5.7), desta relação é logo visível que quanto maior é a percepção do turismo de natureza e cultural, maior é a valorização da gastronomia.

**Tabela 5.7 - Análise descritiva da hipótese de a percepção estar relacionada com a gastronomia**

	N	Média	Desvio Padrão
Neutro	1	4,00	.
Algo Importante	6	2,00	1,095
Muito Importante	22	1,36	,492
Total	29	1,59	,825

Este facto é visível comparando a primeira coluna e a terceira coluna se valorizam a gastronomia como algo importante, consideram o turismo de Natureza e Cultural não decisivo (4,00); se valorizam como importante, consideram o turismo importante (2,00); e se valorizam

a gastronomia como muito importante, consideram o turismo entre o importante e decisivo (1,36), mas mais perto do decisivo (1,00).

Utilizando o coeficiente de correlação de Pearson, que apresenta um valor -0,600 (36,0% de variância explicada), e nível de significância de 0,001, podemos afirmar que a relação é negativa, moderada e, evidentemente, significativa ( $r=-.600$ ,  $p <.001$ ). Assim, as variáveis percepção e gastronomia relacionam-se negativamente, ou seja, quanto menor a percepção (1 é decisivo) maior é a valorização da gastronomia.

Pode, assim, inferir-se que a gastronomia é vista como uma característica endógena de forte relevo que afecta a percepção do turismo de natureza e cultural, e na perspectiva dos agentes turísticos um recurso importante para fomentar o turismo na zona.

#### **5.4 Comparação das respostas das juntas de freguesia com as dos agentes de turismo**

Como algumas perguntas dos questionários eram iguais, resolvemos ver como diferem as respostas entre as freguesias e os agentes turísticos. Estas perguntas são as sobre a percepção do turismo, os benefícios e os constrangimentos da barragem.

Em relação à pergunta sobre a **percepção do turismo**, é evidente que os agentes turísticos vêem o turismo de natureza e cultural como uma actividade mais decisiva, valorizando-a mais do que as freguesias e como é possível verificar na Figura 5.13, a resposta dos agentes turísticos está localizada na parte da direita do gráfico, zona do decisivo e importante, e as respostas das freguesias estão distribuídas em todo o gráfico tendo maior predominância na zona do algo importante. Verificando a média das respostas para os agentes turísticos e freguesias, observa-se também este facto, visto que as agentes turísticos apresentam um valor 1,59, entre o decisivo e o importante e as freguesias 2,78, entre o importante e o algo importante, mas mais perto do algo importante.

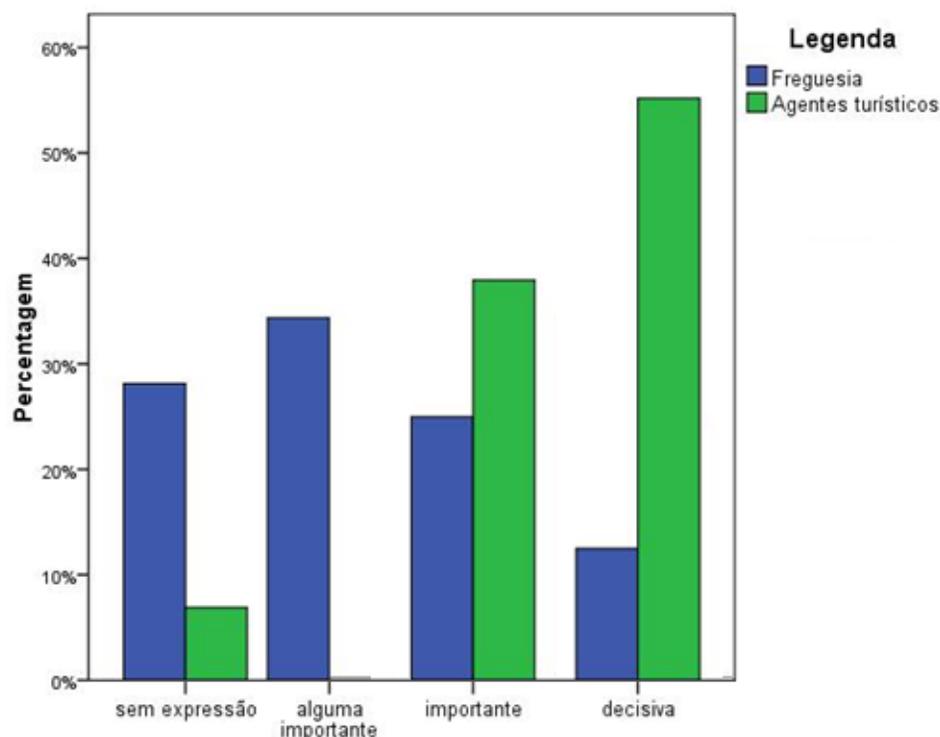


Figura 5.13 – Percepção comparativa do turismo de natureza e cultural

Esta diferença é mais visível fazendo uma associação entre variáveis através de uma correlação. A tabela de Pearson (Tabela 5.8), mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,548 (29,16% de variância comum partilhada), e o nível de significância é de 0,000. A correlação é negativa, moderada e, evidentemente, significativa ( $r = -.548$ ,  $p < .001$ ). Desta forma, podemos afirmar que as variáveis percepção e instituição se relacionam negativamente, ou seja, quanto maior é a instituição (2 é agentes turísticos) menor é o valor da percepção (1 é decisivo).

Tabela 5.8 – Tabela de correlação entre percepção e o tipo de instituição

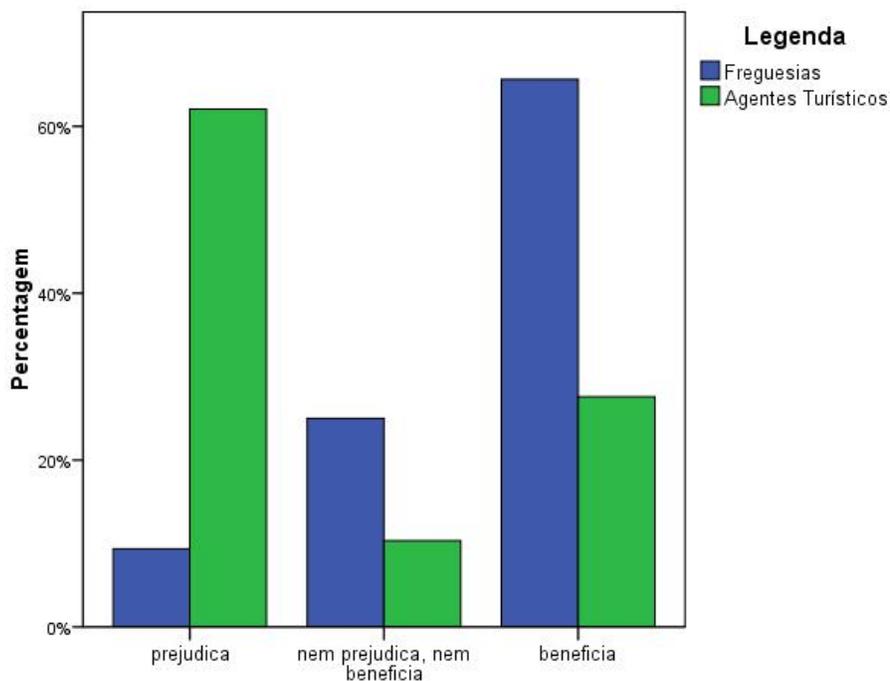
		Percepção
Freguesia ou Agentes turísticos	Pearson Correlation	-,548**
	Sig. (2-tailed)	,000
	N	61

\*\* Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Esta discrepância de valorização pode ser uma das causadoras da descoordenação observada em termos turísticos, ou seja, pode ser a causa da má sinalização dos pontos de interesse locais e da falta de cuidados com esses mesmos pontos.

Em relação à pergunta sobre os **efeitos da barragem** sobre o turismo de natureza e cultural. Na Figura 5.14, a resposta dos agentes turísticos está localizada na parte da direita do gráfico considerando a construção como prejudicial, e as respostas das freguesias estão com

maior predominância na zona da esquerda, ou seja, consideram que a barragem como benéfica para o turismo de natureza e cultural.



**Figura 5.14 – Percepção comparativa sobre os efeitos da barragem**

Esta diferença é mais visível fazendo uma associação entre variáveis através de uma correlação. A tabela de Pearson (Tabela 5.9), mostra que o coeficiente de correlação apresenta um valor de -0,506 (25,60% de variância comum partilhada), e o nível de significância é de 0,000. A correlação é negativa, moderada e, evidentemente, significativa ( $r = -.506, p < .001$ ).

**Tabela 5.9 – Tabela de correlação entre efeitos da construção da barragem e o tipo de instituição**

		Construção
Freguesia ou Agente Turístico	Pearson Correlation	-.506**
	Sig. (2-tailed)	.000
	N	61

\*\* . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Desta forma, podemos afirmar que há diferenças moderadamente significativas de opinião entre os agentes turísticos e as freguesias em relação aos efeitos da barragem.

Em relação aos **benefícios da construção barragem**, para a região em estudo, a opinião das várias instituições não varia significativamente, ou seja, para os vários parâmetros

inquiridos a valorização apresentada pelos agentes turísticos e pelas freguesias não apresenta diferenças estatísticas relevantes, como comprova a Tabela A.4, no apêndice VI.

Em relação aos **constrangimentos da construção da barragem**, encontram-se dois parâmetros que apresentaram diferenças estatísticas significativas. Os parâmetros foram a diminuição da atractividade natural da zona e a diminuição do número de visitantes, como mostra a Tabela 5.10.

**Tabela 5.10 – Tabela ANOVA, atractividade natural da zona e diminuição do número de visitantes com tipo de instituição**

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Visitantes	Between Groups	16,621	1	16,621	10,532	,002
	Within Groups	93,116	59	1,578		
	Total	109,738	60			
Atractividade	Between Groups	16,553	1	16,553	9,693	,003
	Within Groups	100,759	59	1,708		
	Total	117,311	60			

Para estes dois parâmetros, verifica-se que existe significância, e que os agentes turísticos têm tendência a considerar estes constrangimentos mais negativos do que as freguesias.

Nota-se que, apesar de em muitos casos não serem significativos), os agentes turísticos consideram mais negativos do que as freguesias todos os parâmetros de constrangimentos. Este facto é bastante visível (Tabela A.5 - Tabela no apêndice VI) visto que o valor das médias é sempre superior para os agentes turísticos do que para as juntas de freguesia, ou seja, os constrangimentos são todos considerados mais negativos.

Isto mostra que mais do que as freguesias, os agentes turísticos percebem mais negativamente a construção da barragem de Foz do Tua. Esta diferença é mais notória no constrangimento diminuição de visitantes, em que as freguesias valorizam em (2,44) e os agentes turísticos (3,48).

É de referir que as duas instituições consideram que o pior constrangimento é a destruição parcial ou total da linha do Tua, mostrando que o efeito pior da construção da barragem é a destruição deste meio de transporte.

## **5.5 Sugestões dos agentes para o desenvolvimento do turismo**

Apresentamos seguidamente um conjunto de sugestões percebidas pelos agentes (74% dos respondentes agentes do poder local e 90% dos agentes turísticos) para o desenvolvimento do turismo que organizámos segundo as seguintes macrocategorias: sugestões

de Ordem Governância, sugestões de Ordem Económica e sugestões de Ordem das Características endógenas

**Tabela 5.11 – Sugestões de ordem estratégica**

Categoria	Ideia chave	Respostas concretas	Nº de respostas	
			JF	AT
<i>Governância</i>	Criação de uma agência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuir a dispersão de informação e conteúdos entre entidades no que se refere ao Turismo</li> <li>- Deveria existir uma entidade líder que concentrasse toda a temática</li> </ul>	0	2
	Aposta no turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a existência de visão regional e de sinergias de conjunto ao nível turístico</li> <li>- Apostar cada vez mais num turismo de qualidade</li> <li>- Apostar constantemente no desenvolvimento qualitativo e sustentável das infra-estruturas de recepção e acolhimento</li> <li>- Fazer uma grande aposta no turismo de Natureza e Cultural, dado que a nossa freguesia, e principalmente o concelho encontra-se inserida numa região muito rica a nível paisagístico e também patrimonial tendo edificado como em tradições e costumes</li> </ul>	2	4
	Políticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar uma operação mãos limpas nas autarquias da região, focando a promiscuidade entre grandes interesses privados e os interesses dos pequenos municípios</li> <li>- Alterar a mentalidade dos nossos governantes (locais), de modo a poderem ver mais além, os paradigmas agora são outros</li> <li>- Fomentar uma maior atenção por parte do poder central para o desenvolvimento do interior</li> <li>- Fazer as obras públicas ouvindo as pessoas que sabem sobre as tradições arquitectónicas e culturais da região e não deixando ao livre arbítrio das ditaduras autárquicas</li> <li>- Dispor de maior autonomia em apoios financeiros por parte do poder central</li> <li>- Desenvolver um progresso integrado em todo o Douro</li> </ul>	0	4

**Legenda:** JF – Juntas de freguesia /AT – Agentes Turístico

**Tabela 5.12 – Sugestões de ordem das características endógenas**

Categoria	Ideia chave	Respostas concretas	Nº de respostas	
			JF	AT
<i>Características endógenas</i>	Defesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter as coisas tradicionais</li> <li>- Manter da Linha do Tua e aproveitá-la para turismo: Vale do Tua é o melhor e mais bonito da Europa senão do mundo</li> <li>- Recuperação patrimonial</li> </ul>	1	2
	Promoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver alguns nichos de actividades agrícolas desta região, como a cultura de cogumelos selvagens, frutos silvestres, plantas medicinais e aromáticas, entre outros</li> <li>- Aproveitar energias renováveis fora das áreas protegidas à semelhança dos Espanhóis</li> <li>- Desenvolver a actividade turística: a via Romana, a rota dos moinhos, praia fluvial e morro de São Domingos</li> <li>- Desenvolver o turismo sazonal (no Outono, o vinho, o azeite...), desenvolver os percursos pedestres (caminhadas rurais)</li> <li>- Aproveitar melhor o do espaço rural através da promoção de mais melhor meio ambiente de certa forma mais diversificado: para que os turistas nos visitem mais, com locais onde eles possam passar uns dias bem condicionados, apreciando a nossa comida tradicional (o bom javali, o peixe do rio, as enguias... e apreciando a nossa bela paisagem; e, para nos agricultores podermos vender melhor o bom azeite, vinho, amêndoa, nozes, figos e outros frutos</li> <li>- Valorização dos recursos endógenos a fim de gerar empregabilidade</li> <li>- Apostar mais nos recursos naturais como a biodiversidade, tais como a floresta, património histórico, caminhos pedestres, roteiros turísticos e outros</li> <li>- Organizar um roteiro turístico integrando todos os quadrantes regionais, montanha, terra fria, terra quente e Douro, com todas as valências integradas, rural, natureza e cultural</li> </ul>	5	4

**Legenda:** JF – Juntas de freguesia /AT – Agentes Turístico

**Tabela 5.13- Sugestões de ordem económica**

Categoria	Ideia chave	Respostas concretas	Nº de respostas	
			JF	AT
Económico	Investimento em infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Algumas obras estratégicas só suportadas pelo estado</li> <li>- Investir mais nas cidades e das freguesias</li> <li>- Melhorar as ligações rodoviárias (IC5,IC2,A4), ferroviárias (linha do Douro internacional) e aéreas</li> <li>- Implementar acessibilidades rodoviárias onde apenas são agora necessárias.</li> <li>- Melhorar algumas das existentes</li> <li>- Construir pontes</li> <li>- Melhorar as acessibilidades</li> <li>- Dispor de mais acessibilidades (auto-estradas)</li> <li>- Optimizar as vias de comunicação: ferrovias, rodoviárias e aeroporto regional/internacionais, para uma aposta de futuro no turismo</li> <li>- Construção de uma linha férrea ao longo da barragem, ou uma I.C., ou seja uma estrada marginal e melhores acessibilidades entre as aldeias</li> <li>- Passar uma variante junto à freguesia</li> <li>- Construir uma barragem para regadio</li> </ul>	8	7
	Apoio aos agentes turísticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dispor de maiores ajudas</li> <li>- Aumentar a oferta de camas</li> <li>- Para haver turismo deverá haver hotelaria e restauração e roteiros turísticos</li> <li>- Aumentar o número de empreendimentos turísticos</li> </ul>	1	2
	Distribuição das mais-valias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Distribuir pelas freguesias afectadas uma percentagem que o estado recebe da EDP</li> <li>- Receber uma percentagem para a nossa freguesia sobre o valor facturado da energia produzida em esta barragem, assim poderíamos desenvolver esta pobre região com infra-estruturas básicas e dinamizar as nossas populações com incentivos para construção e plantação de novas plantações</li> </ul>	2	0
	Investimento em serviços supra-municipais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar empreendimentos de logística para comercialização e escoamento de produtos regionais</li> <li>- Fazer pequenas barragens para regadio das culturas, fazer armazenagem para os agricultores poderem levar os produtos para escoamento</li> <li>- Incentivar à fixação de pessoas em idade activa</li> <li>- Criar postos de trabalho para a fixação dos jovens</li> <li>- Fazer mais investimentos junto aos rios Douro e Tua</li> <li>- Fomentar a criação de postos de trabalho</li> </ul>	4	2
	Investimento em formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investir em formação profissional</li> <li>- Dotar os Postos de Turismo de pessoas qualificadas para tal actividade</li> <li>- Desenvolver a formação de recursos humanos qualificados</li> <li>- Apostar na formação de quadros/técnicos locais</li> </ul>	0	5
	Apoio aos outros sectores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperar o que se tinha (fábricas na região)</li> <li>- Incentivar à inovação de projectos de desenvolvimento agrícola (agroturismo)</li> <li>- Instalar grandes companhias de vinho do Porto, na área produtiva e administrativa</li> </ul>	3	2
	Investimento em Marketing e promoção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior promoção institucional</li> <li>- Aumentar a informação sobre nossa região</li> <li>- Criar um plano de marketing para o Douro, tal como, existe no Alentejo e no Algarve</li> <li>- Promover e divulgar a beleza natural e paisagística, quer ao nível interno quer ao nível externo, aproveitando o ensinamento de outros países, como por exemplo a Espanha, para desenvolver o turismo.</li> <li>- Criar da marca e da imagem projectável para o exterior</li> <li>- Melhorar a informação</li> <li>- Aumentar postos de informação turística</li> <li>- Esta freguesia é banhada em duas aldeias anexas pelo rio Tuela, gostaria que esse factor fosse mais aproveitado e divulgado devido à sua fauna e flora muito rica</li> </ul>	1	9

**Legenda:** JF – Juntas de freguesia /AT – Agentes Turístico

Relativamente às sugestões de ordem **governância** em termos globais apontam para a necessidade de uma nova visão para o desenvolvimento regional. Os agentes consideram como pertinente a criação de uma agência e a aposta no turismo. Os agentes turísticos apostam numa mudança de atitude, de mentalidade das autoridades regionais e estatais para ser possível uma aposta sustentável no desenvolvimento da zona.

Na perspectiva dos agentes turísticos e do poder local para desenvolver **economicamente** a região, é fundamental um maior investimento, quer público, quer privado, em infra-estruturas, em serviços supra-municipais e na atribuição de apoios à actividade empresarial, quer do sector turístico, quer do sector produtivo. Todos consideram que melhoria das acessibilidades é um factor indispensável ao desenvolvimento mas as apostas não são convergentes: uns salientam a importância das ligações rodoviárias e outros a das ferroviárias. A possibilidade da distribuição das mais-valias económicas da futura barragem foi considerada por dois agentes do poder local como um incentivo ao desenvolvimento de áreas como a agricultura e construção de infra-estruturas. Contudo, só, os agentes turísticos salientam a importância de apostar na formação dos profissionais acentuando que a actividade turística deve funcionar com pessoas qualificadas.

No que se refere às sugestões da ordem das **características endógenas**, elas vão no mesmo sentido para os dois tipos de agentes no que se prende com a necessidade de defender e promover essas características da região. Sentem que, para que os turistas os visitem, é necessário valorizar os recursos naturais e o que com eles é possível potencializar.

## 5.6 Investimentos propostos e empregabilidade

Neste subcapítulo comparámos o investimento em duas soluções de desenvolvimento, calculando a empregabilidade directa de cada investimento proposto.

### *Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua*

Está previsto que o custo da AHFT será de 340 milhões de euros (Lusa, 2008). Em termos de emprego, não há números específicos para este aproveitamento em particular, mas há um valor para o conjunto dos 10 novos aproveitamentos do PNBEPH, que é de 48 500 empregos directos (Baptista, 2009). Assim, pressupondo que os empregos gerados serão iguais para todas as barragens, o AHFT empregará 4850 pessoas. Considerando que cada emprego terá uma duração de 2 anos e que a média de carreira dum indivíduo normal é de 35,

obtemos o valor de 277 empregos permanentes. Assim, o emprego gerado pela AHFT resumir-se-á a 0,8 empregos por milhão de euros.

*Plano de desenvolvimento turístico proposto pela IDP*

O Instituto da Democracia Portuguesa, em 2009, propôs um plano de desenvolvimento para o Vale do Tua, ao qual chamou *Tua Vale, uma alavanca para o desenvolvimento sustentado nas terras quentes*. Este projecto considera o turismo como uma das vertentes primordiais, propondo uma lista de investimento para capacitar a zona de infra-estruturas de suporte a esta actividade. O investimento, a tipologia e o emprego gerado, segundo aquele plano, está sumariado na Tabela 2.1. Este investimento gerará 577 empregos permanentes o que significa cerca de 9 empregos por milhão de euros.

**Tabela 5.14 – Investimento em equipamentos de suporte da actividade turística no plano do IDP**

Concelho	Tipologia	Investimento (M€)	Empregos gerados	Fonte
Alijó	Golf	4	20	Louiseize
Alijó	Superfície comercial	4	70	Modelo
Alijó	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Alijó	Fluviários	7	60	Fluviário de Moura
Alijó	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
Carraceda	Superfície comercial	2	35	Modelo
Carraceda	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Carraceda	SPA	2	14	RTP
Carraceda	Hotel	7	49	JN
Carraceda	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
Mirandela	Golf	1	5	Louiseize
Mirandela	Superfície comercial	2	35	Modelo
Mirandela	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Mirandela	Hotel	8	56	JN
Mirandela	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
Murça	Golf	4	20	Louiseize
Murça	Superfície comercial	2	35	Modelo
Murça	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Murça	SPA	2	14	RTP
Murça	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
Vila flor	Superfície comercial	2	35	Modelo
Vila flor	Valorização Fluvial	1	2	Sem documentos
Vila flor	Hotel	7	49	JN
Vila flor	Aldeia rural	1	10	Aldeia da Pedralva
<b>Total</b>		64	557	

É de referir que os valores na coluna de empregos gerados, são valores grosseiros obtidos, comparando com projectos que apresentam as mesmas valências, que são

posteriormente recalculados para o investimento proposto. Para o campo de golfe, não contabilizamos, os jardineiros e empregados dos bares, por estes estarem em regime de subcontrato. Para a valorização fluvial propomos a existência de um nadador salvador e de um indivíduo responsável pelo aluguer de equipamento náutico.

Em suma, considerando *grosso modo* os dois tipos de investimentos, em termos de empregabilidade, verificamos que o projecto turístico cria 11 vezes mais empregos, por milhão de euros investidos do que o projecto de construção de uma barragem.

## 5.7 Análise SWOT

Decidimos realizar uma análise SWOT para transparecer algumas das impressões das visitas de campo e de alguns documentos analisados, que estão sumariamente apontados na Figura 5.15 e posteriormente explorado ao pormenor.



Figura 5.15 – Análise SWOT da observação e de documentos

### *Forças*

Iniciamos por identificar as principais forças do turismo de natureza e cultural do Vale do Tua. Verificamos que a cultura gastronómica é um dos principais vectores a ter em conta, porque nesta zona existem produtos de qualidade e singulares que tornam a experiência gustativa única. Os sabores desta zona passam pela degustação da típica alheira de Mirandela e pela posta transmontana regadas com os generosos vinhos da região acompanhados pela

fruta de qualidade da zona. Outra força é a existência de uma paisagem “agreste e inóspita, seca, desumanizada, onde o sol e o calor são muito intensos. (...) onde existe um cenário de contrastes entre o rio, as rochas, o colorido e as texturas das encostas, bem como uma grande riqueza natural e humana”, (Rodrigues, s.d.) que faz desta zona um ponto único de beleza. A existência de actividades ancestrais é também uma força. Verificou-se que ainda existe, em algumas localidades, todos os processos remotos de produção do azeite e do vinho, desde da apanha até ao engarrafamento, o próprio estilo de vida, que faz que este seja um sítio apetecível de tranquilidade e para quem goste de sentir um pouco do passado. Uma força relevante é a existência da linha do Tua, linha centenária, cheia de histórias, que atravessa paisagens únicas e que permitia aos turistas chegar á zona em transporte alternativo. Outra força é os equipamentos TER já implementados, não sendo uma oferta extensiva, já é uma oferta considerável e de qualidade, com o senão de ser bastante dispendioso o que o transforma, também nesta região, em um tipo de turismo bastante elitista. O rio Tua pode ser visto como uma força, pela sua beleza e entorno, e é aproveitado em Mirandela para realizar os campeonatos da Europa e mundiais de juniores de *jet ski* e foi atribuído, pelo livro Portugal Kayak (2005), 4+ (quatro mais) numa escala até 5, sendo considerado o rio com melhores águas bravas de Portugal. Mas o rio Tua poderia ser considerado uma fraqueza porque não há hoje nenhuma empresa a explorar a sua potencialidade.

### *Fraquezas*

Como fraquezas encontramos, como anteriormente dito, a falta de estruturas e agente que explorem o rio nas suas vertentes lúdicas e desportivas. O funcionamento débil dos postos de turismo é seguramente uma falha grave da região, visto que, dos cinco municípios, quatro têm postos de turismo mas só um possui pessoal habilitado e conhecedor e que presta as necessárias informações ao público. Por outro lado também se nota uma forte falta de coordenação entre os agentes, postos de turismo, freguesias e câmaras, este facto nota-se na falta de sinalização em muitos dos pontos de interesse turístico, na falta de informação nos postos de turismo sobre a agenda cultural da região e sobre as actividades dos agentes turísticos, na preservação de alguns sítios de interesse e na falta de troca de informação e complementaridade entre os agentes turísticos regionais.

### *Oportunidades*

Como oportunidades consideramos a crescente procura de turismo em espaço rural, a crescente procura de turismo ferroviário, o maior conhecimento da zona e a integração ibérica. A crescente procura de turismo em espaço rural é um facto em termos mundiais, as

estatísticas prova-o, este pode e deve ser um factor a aproveitar pela região. A mesma situação se aplica ao turismo ferroviário, que é uma fileira com bastante potencial e com a infraestrutura existente nesta região, a linha do Tua, seria fácil de cativar este público-alvo. Por outro lado, se poderia apostar na integração da linha do Tua na rede de linhas estreitas existente no norte de Espanha, aumentando assim a visibilidade da linha e aproveitando o *know-how* desse projecto espanhol. È de referir que graças a polémica da construção da nova barragem do Foz Tua a zona teve uma visibilidade que nunca teve, este facto deve ser aproveitado para tentar promover e consolidar a oferta turística desta região.

### *Ameaças*

A falta de investimento estatal na zona é uma grande ameaça, mas esta ameaça não é recente. É perceptível que este facto criou na população do Vale do Tua a noção que a barragem de Foz Tua seria uma coisa benéfica, por ser um investimento na zona, não importando a tipologia de construção, as pessoas queriam ver um forte investimento estatal na zona. Na verdade, esta situação pode levar à imposição de um tipo de desenvolvimento incompatível com o turismo, que destruirá os elementos caracterizadores da paisagem, desvirtuando todo o sentido de turismo em espaço natural, podendo mesmo levar a alterações ao nível cultural.

Outra ameaça, e com forte relevo, é crise económica mundial, que está a afectar todos os sectores. Esta crise pode provocar algum retraimento em investimentos turísticos na região e pode provocar a diminuição do turismo. Mas também pode ter o seu lado positivo na região, uma vez que muitos turistas nacionais podem optar por esta zona em vez de sítios exóticos com as mesmas valências, visto os custos com os transportes serão substancialmente menores.

## **5.8 Recomendações**

Se considerarmos como "recurso turístico" todo o elemento natural, actividade humana ou o seu produto, capaz de motivar a deslocação de pessoas ou de ocupar os seus tempos livres, então, concluiremos que o sector do turismo tem, no Vale do Tua, recursos de grande interesse dos quais sobressaem a paisagem e outros recursos naturais, os usos e costumes, o artesanato e o património monumental e artístico, a variedade gastronómica e a potencialidade termal.

Porém, é justo afirmar que o recurso turístico ainda não é uma actividade chave e diferenciadora da zona do Vale do Tua. Deste modo, recomendamos a tomada de acção em cinco eixos prioritários, com ou sem a construção do AHFT:

#### *Eixo 1 - Recursos e Infra-estruturas de Suporte ao Turismo*

Os recursos turísticos, como a paisagem, a arquitectura tradicional rural e urbana, e os monumentos só podem ser visitados ou utilizados, devido à existência de outras componentes, designadamente, infra-estruturas básicas (por exemplo, acessibilidades, energia, sinalização e saneamento) e infra-estruturas de suporte à actividade turística (designadamente, alojamento e outras facilidades turísticas). Portanto, a existência das componentes básicas e de suporte à actividade turística são determinantes para desenvolvimento, de forma coerente e sustentável, de territórios e/ou de produtos turísticos.

Face ao exposto, um dos eixos prioritários de intervenção da estratégia de desenvolvimento turístico da região do Vale do Tua deverá passar, nomeadamente, pela qualificação dos recursos turísticos e pelo melhoramento e criação de infra-estruturas básicas de suporte ao desenvolvimento do Turismo na Região, envolvendo, sobretudo, a melhoria das acessibilidades ferroviárias e a criação de um sistema de informação e de sinalização turística.

#### *Eixo 2- Alojamento e Animação*

O alojamento turístico constitui uma componente fundamental para o desenvolvimento turístico de qualquer região, permitindo, entre outros aspectos, a capacidade de fixar turistas e, assim, poder, também gerar receitas nesse mesmo território. Para além do alojamento, a animação turística constitui, igualmente, um elemento essencial para a oferta de um dado território. Por animação, entende-se todo o tipo de oferta complementar ao alojamento, que possa conferir às estadias dos visitantes um valor acrescentado e, assim, permitir aos visitantes viver uma experiência mais enriquecedora. Assim, no quadro das novas motivações turísticas, a animação constitui, hoje, indiscutivelmente, um aspecto fundamental para o sucesso de qualquer destino. O facto de uma determinada área/destino possuir uma oferta de animação turística diversificada e estruturada, permite, nomeadamente, a obtenção de dois benefícios centrais: (i) satisfação das necessidades dos seus visitantes e (ii) permanências médias dos visitantes mais prolongadas no destino. Ora, conforme se observou anteriormente no diagnóstico efectuado, a Região do Vale do Tua apresenta significativas debilidades em termos de alojamento e de animação, constituindo, neste âmbito, estrangulamentos e/ou debilidades ao seu desenvolvimento turístico. Estas fraquezas traduzidas, nomeadamente, na reduzida oferta de alojamento e de uma escassa animação, levam-nos a concluir que a

estratégia de desenvolvimento turístico da região tem de passar, entre outros aspectos, pela criação de uma oferta de alojamento assente em padrões de qualidade e sustentabilidade e pela dinamização de acções de animação cultural (nomeadamente, aproveitamento do ciclo produtivo do vinho e do azeite, trilhos para senderismo, actividades no rio e eventos culturais nas localidades).

### *Eixo 3 - Marketing e Promoção Turística*

O *marketing* turístico assume um papel fundamental para o equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as motivações dos visitantes e os interesses dos destinos turísticos ou das organizações. O *marketing* turístico apresenta, assim, numa óptica mais global ou mais restrita, algumas especificidades que decorrem, designadamente, das características particulares do produto, da rigidez da oferta e dos desequilíbrios sazonais em termos da procura e da sua elasticidade.

O bom desempenho de qualquer região ou área destino passa, por uma promoção turística eficaz e apelativa, que dê a conhecer a zona e que crie no visitante a necessidade de conhecer a zona. Assim é essencial projectar e promover de forma coordenada e articulada, a oferta turística do Vale do Tua e os seus produtos, no mercado nacional e, sobretudo no mercado internacional, com particular enfoque no mercado ibérico.

### *Eixo 4 - Qualificação e Formação dos Recursos Humanos*

A realidade da região em matéria de emprego e de empregabilidade dos recursos humanos não é a mais animadora. Paralelamente, as oportunidades e as alternativas de emprego para os jovens licenciados ou com formação técnico-profissional são escassas. Neste contexto, o desenvolvimento económico e turístico da região passará, cada vez mais, pela preparação básica e específica dos seus recursos humanos e pela capacidade de criar e manter empregos suficientemente atractivos que fixem activos qualificados. Só assim serão criados factores de ruptura capazes de quebrar o ciclo que caracteriza o actual modelo de crescimento do Vale do Tua: recursos humanos pouco qualificados – empregos pouco qualificados – pouco estímulo à qualificação dos recursos humanos.

Assim, é estratégico apostar na qualificação dos recursos humanos e promover a empregabilidade do tecido produtivo da região, designadamente, no Turismo, mediante o apoio a acções e projectos que contribuam para melhorar os níveis de qualificação dos recursos humanos. Neste contexto, tendo em consideração que, embora, a qualidade do serviço turístico dependa, em grande medida, da existência de pessoas qualificadas capazes de prestar serviços de qualidade nas mais diversas áreas, e a região apresenta debilidades em

matéria de recursos humanos qualificados na área do turismo e hotelaria. É de salientar o trabalho já realizado neste âmbito pelas escolas de hotelaria e turismo de Mirandela e de Vila Flor que têm formado quadros médios competentes na área. Esta estratégia formativa deve continuar, mas deveria apostar-se na formação de quadros superiores.

#### *Eixo 5 - Dinamização, Acompanhamento e Informação*

Na região do Vale do Tua, deparámo-nos com uma lacuna em matéria de conhecimento e informação detalhada sobre o desempenho do turismo local, o que, é a nosso ver, um dos principais entraves ao desenvolvimento desta actividade. Neste âmbito, consideramos essencial que os agentes públicos e privados disponham de conhecimento e informação de base regional sobre as dinâmicas da actividade turística, para haver uma melhor definição e implementação das respectivas estratégias e decisões. O conhecimento sobre a actividade turística regional deverá ser prestado de forma periódica, aos diversos agentes facultando, nomeadamente, informação respeitante; i) à oferta turística (por exemplo, ao nível da capacidade e da tipologia da oferta de alojamento, dos equipamentos de animação); e ii) procura turística regional (número de dormidas, taxas de ocupação, principais mercados, motivações).

Torna-se, por isso, imprescindível a produção rigorosa de um conjunto mínimo de indicadores de monitorização e de acompanhamento da evolução do turismo na região. A informação sobre as dinâmicas do turismo regional não se deverá esgotar, somente, em informação de âmbito quantitativo, mas também em informação de natureza qualitativa e de reflexão prospectiva. Neste contexto, a região deverá dispor, por um lado, de informação sobre o que está a acontecer localmente em matéria de turismo (investimentos, projectos e iniciativas) e, por outro, de conhecimento técnico-científico sobre esta actividade, onde os agentes públicos e privados e a comunidade académica serão essenciais – através do seu *know-how* e experiência – para ajudarem a criar um espaço de reflexão sobre o turismo regional. Por último, importa desenvolver um processo de dinamização e de acompanhamento de acções integradas para o desenvolvimento turístico do Vale do Tua. Na verdade, este desenvolvimento nem sempre se tem pautado por uma coerência de articulação de iniciativas – tendo, muitas vezes, prevalecido uma lógica de acções avulsas. Torna-se, deste modo, fundamental que se contrarie a dispersão e que se promova a concentração e a selectividade recorrendo, por exemplo, a programas de acção de desenvolvimento turístico integrados – em torno de territórios e/ou produtos como se tem feito, de forma tímida, com a rota do Azeite.

Neste contexto, a estratégia de desenvolvimento turístico deverá passar pela existência de uma agenda regional neste domínio que vise promover, nomeadamente:

a) o conhecimento e a informação sobre as dinâmicas do turismo regional (espaço de reflexão e de acompanhamento do turismo); e,

b) a dinamização e o acompanhamento de programas de acção turísticos integrados (em estreita articulação com os agentes regionais).

## 6. CONCLUSÕES E ESTUDOS FUTUROS

### 6.1 Síntese de resultados

Chegando ao fim deste percurso, urge sistematizar e reflectir sobre um conjunto de aspectos que poderão concorrer para o desenvolvimento dos espaços rurais, em especial para o caso do Vale Tua, extraindo ensinamentos para deles se perspectivarem caminhos futuros. Pretendemos contribuir para a reflexão sobre a importância que têm estes espaços na sociedade moderna e sobre a urgência de adoptar estratégias de desenvolvimento económico e social os que façam desenvolver de uma forma sustentável, preservando os seus valores e costumes.

Ao longo do nosso trabalho, procurámos fazer uma análise detalhada sobre o potencial do turismo de natureza e cultural no desenvolvimento da região do Vale do Tua. Esta análise desenvolveu-se em torno de três agentes principais na dinâmica turística da zona: câmaras municipais, juntas de freguesia, e agentes turísticos.

Como estudo de caso, escolhemos o Vale do Tua, uma região rural do interior português com uma acentuada desertificação humana, com uma população altamente envelhecida e altamente dependente, com fraca dinâmica económica. Para tentar inverter este processo, terão de ser tomadas medidas com vista à revitalização da região, outrora cheia de vida.

A estratégia proposta neste trabalho, que se baseou em propostas de autarcas, cientistas e ambientalistas seria pôr o turismo de natureza e cultural ao serviço do desenvolvimento e atractividade da zona, impulsionando, ao mesmo tempo, o seu desenvolvimento socioeconómico. Demonstrou-se que o turismo é um sector com elevado potencial para estimular o desenvolvimento dos espaços rurais do Vale do Tua, cujas características endógenas (gastronomia, paisagem, ambiente) são cada vez mais valorizadas e procuradas. Verificámos que esta estratégia é mais interessante do que a baseada na construção de grandes obras públicas.

A gastronomia é altamente valorizada por todos os agentes envolvidos neste projecto, sendo considerado um vector chave para o desenvolvimento do turismo de natureza e cultural no Vale do Tua. Estes agentes afirmam que na região há produtos únicos e ímpares ao nível

nacional e internacional, e sugerem como exemplos a alheira de Mirandela, o azeite de Murça e o moscatel de Favaios.

A paisagem é outro vector chave apontado por todos, que mencionam a beleza indescritível das encostas íngremes do vale e a beleza e a unicidade do vinhal em terraço, da linha do Tua e dos olivais.

Diferenciando as conclusões pelas questões que orientaram o estudo, concluímos em relação às *percepções dos agentes turísticos e das autoridades locais sobre o desenvolvimento local*:

as autarquias classificam o turismo como bastante importante e estando, mesmo, amplamente consagrado nos planos municipais das cinco câmaras;

as juntas de freguesia consideram o turismo de natureza e cultural como um dos vectores essenciais para o desenvolvimento, mas que tem pouco relevo na região. Estes agentes apontam as suas opções estratégicas sobretudo para a agricultura, que pode ser conjugada com actividades turísticas ou com produção industrial. Para 47% das juntas de freguesia, esta tipologia de turismo gerará pouco valor acrescentado e empregará poucas pessoas, o que prova o pessimismo destes agentes face a uma estratégia turística para a região. Outro facto a salientar é que 88% das juntas de freguesia não têm um plano estratégico para a sua zona de influência, alienando-se das decisões e não têm um papel activo e estruturado no desenvolvimento da zona;

os agentes turísticos, por seu turno, vêem o turismo de natureza e cultural como a actividade estruturante da zona, visto que 93% das empresas inquiridas acham que esta actividade é no mínimo importante para o seu desenvolvimento. Consideram também que a zona tem atractivos muito positivos para o acolhimento de quem a procura, desde infra-estrutura a pontos de interesse passando por outras actividades disponíveis.

Em geral, o turismo é visto como uma actividade chave para o desenvolvimento da zona, sendo notório que não existe uma estratégia comum para esse desenvolvimento visto que cada entidade tem pontos de vista diferentes e acções também diferentes para combater os fenómenos sociológicos negativos que afectam a região.

Em relação ao *impacte do turismo de natureza e cultural no Vale do Tua*, verificamos que o turismo já é uma aposta estratégica na região, ainda que incipiente. Actualmente, estimamos que 1,2% da população activa já trabalhe directamente na actividade turística, antevendo que muitos mais estejam ligados indirectamente a esta actividade. Dentro desta

aposta, é observável um forte investimento privado, nos últimos anos, nos espaços TER (identificámos 19 desses espaços na área de estudo). A actividade turística, segundo os agentes inquiridos significa cerca de cem mil clientes e gera um valor na ordem dos 2,4 milhões de euros, (provavelmente será até bastante superior) o que mostra que o turismo já cria um movimento significativo de pessoas e ao gerar receitas, contribui de forma determinante na economia local.

Em relação às *incidências que têm as grandes infra-estruturas, linha do Tua e o Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua (AHFT)*, no turismo de natureza e cultural, é de salientar, em primeiro lugar, que entre os diferentes agentes, e mesmo dentro do seu próprio grupo, não há uma opinião unânime.

Em relação à linha do Tua, dos cinco presidentes de câmaras, quatro não a vêem como essencial. Somente o de Mirandela exalta a seu interesse para o desenvolvimento do turismo; por sua vez, os presidentes das juntas de freguesia qualificam a sua perda como algo negativo, o que se pode inferir que, para eles, ela não é essencial para o crescimento do turismo na zona; e, por último, os agentes turísticos caracterizam a sua perda como negativa.

Sobre o AHFT quatro dos cinco presidentes de câmara vêem este empreendimento como atractivo para o turismo e para o desenvolvimento local, tendo mais uma vez uma opinião contrária o presidente de Mirandela. A maioria (66%) dos presidentes das juntas de freguesia refere que a barragem beneficiará o turismo de natureza e cultural; e, a maioria (69%) dos agentes turísticos, antevêem, ao contrário, que a barragem prejudicará a actividade turística regional. A atractividade, para os agentes políticos, do investimento na barragem advém do facto de as autoridades estatais terem desinvestido na área ao longo do século XX e início do século XXI.

Em termos de empregabilidade, verificámos que um projecto turístico proposto pelo Instituto Democracia Portuguesa cria 11 vezes mais empregos, por milhão de euros investidos do que o projecto de construção do aproveitamento hidroeléctrico de Foz Tua.

A falta de estratégia comum é visível e notória, o que não permite à zona, já por si frágil, posicionar-se no mercado turístico.

Por fim, a presente investigação demonstra que o Vale do Tua possui potencialidades e capacidades para assentar o seu desenvolvimento no turismo de natureza e cultural. Mas, para a implementação desta dinâmica, é essencial o diálogo permanente entre todas as entidades envolvidas, perspectivando um futuro comum e complementar. É essencial também a

manutenção das condições únicas e singulares do vale e a promoção, de uma forma apelativa, desta riqueza junto dos potenciais consumidores.

## 6.2 Estudos futuros

Neste âmbito, diversas investigações se poderão desenhar. Contudo, quanto a nós, os trabalhos futuros poderão passar primordialmente pelos seguintes estudos:

*i) estudo do modo e do modelo de implementação das estratégias referidas nos cinco eixos prioritários recomendados*

Objectivo: perceber como e em que sentido podem ser aplicadas as recomendações propostas e avaliar os seus efeitos reais;

*ii) análise da viabilidade de integração da linha do Tua num circuito de linha estreita ibérica ou transmontana*

Objectivo: visto o equipamento, linha estreita, já existir é importante estudar as alterações e as ligações necessárias para transformar a linha numa parte integrante de uma rede mais ampla, e verificar se este facto acarretará benefícios;

*iii) estudo da percepção dos turistas que procuram o Vale do Tua, e as razões dessa procura*

Objectivo: para aplicar um plano turístico é essencial saber as motivações dos turistas. Neste presente estudo, devido às limitações de tempo, não conseguimos fazer essa avaliação. Este facto é importante para adaptarmos o produto turístico às necessidades dos visitantes.

*iv) estudar que tipo de turismo atrairá mais pessoas ao Vale do Tua*

Objectivo: verificar que tipo de turismo seria mais apetecível. Podia-se desenvolver este estudo, por exemplo apresentar a uma amostra de indivíduos uma imagem com o vale de hoje e uma com o vale após a construção do AHFT e verificar os resultados obtidos.

*v) estudo dos impactes sociológicos (se o AHFT for construído);*

Objectivo: fazer um estudo das dinâmicas sociológicas (variação da população, PIB *per capita*, entre outros) durante a construção e após a construção, para verificar se a construção desta infra-estrutura gerou desenvolvimento na região ou não

*vi) motorização dos investimentos propostos pelo promotor do AHFT (se o AHFT for construído);*

Objectivo: estudar se os investimentos se os diversos investimentos propostos, em equipamentos de turismo, foram cumpridos e se geraram os efeitos esperados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIL. (s.d.). *Ponte de Lima*. Obtido em 29 de Julho de 2009, de Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima: <http://www.adril.pt/>
- Balabanian, O. (1999). Le Tourisme Vert: Défi ou Utopie? . In C. Cavaco, *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (pp. 255-262). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Baptista, A. (1997). A acção económica das regiões. In I. S. Políticas, *Regionalização e Desenvolvimento* (pp. 161-170). Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Baptista, A. (2009). Barragens que projectam o Futuro. *Barragens, Vai arrancar uma nova geração* , pp. 6-7.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barquero, A. (1995). Obtido em 14 de Junho de 2009, de Desenvolvimento local: Novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital.
- Bento, S. (14 de Dezembro de 2007). Barragem do Tua começa a ser construído no próximo ano. *Semanário Transmontano* .
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bote Gómez, V. (2001). *Turismo en espacio rural. Rehabilitación del patrimonio sociocultural y de la economía local. 3ª Edición*. Madrid: Ed. Popular.
- Brody, H. (2000). *Assessing the Project – Social Impacts and Large Dams*. Obtido em 29 de Maio de 2009, de <http://www.dams.org/docs/kbase/contrib/soc192.pdf>
- Brody, H. (2000). *Assessing the Project – Social Impacts and Large Dams*. Obtido em 29 de Maio de 2009, de <http://www.dams.org/docs/kbase/contrib/soc192.pdf>
- Burnay, M. J. (2009). ECOTURISMO I – Enquadramento, legislação, exemplos nacionais e estrangeiros . *LPN/ICBN*. Lisboa.
- Careto, H., & Lima, S. (2006). Turismo e Sustentabilidade. In H. Careto, & S. Lima, *Turismo e Desenvolvimento Sustentável – 1* (pp. 21-68). Lisboa: GEOTA .
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para a Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CCDRn. (2007). *Indicadores Regionais*. Obtido em 26 de Junho de 2009, de <http://www.ccdr-n.pt/>
- CE Direcção-Geral da Agricultura. (2007). *Reforma da PAC: Desenvolvimento rural* . Obtido em 28 de Junho de 2009, de <http://europa.eu.int/comm/dg06/index.htm>
- Ceballos-Lascuráin, H. (Outubro de 2006). Meet the architect of ecotourism! (EcoClub, Entrevistador)
- CMB. (2000). *Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões - Um Sumário*. Obtido em 10 de Agosto de 2009, de [www.dams.org](http://www.dams.org)

- CNUCED. (2004). *Turismo sustentável e desenvolvimento em discussão - Nota informativa de 3 de Março de 2004*. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento.
- Colman, D., & Nixon, F. (1981). *Desenvolvimento Económico: uma Perspectiva Moderna*. São Paulo: Campus.
- Comissão Europeia. (1995). *Ambiente e Regiões: Para um Desenvolvimento Sustentável*. Luxemburgo: Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia. (2005). *Regulamento (CE), n.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural*. Bruxelas.
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento . (1987). *O nosso Futuro Comum*. Obtido em 29 de Junho de 2009, de <http://www.scribd.com/doc/11641352/Relatorio-Brundtland-1987-Nosso-Futuro-Comum-Ingles>
- CST. (2003). *Certification for Sustainable Tourism* . Obtido em 28 de Setembro de 2009, de Department of the Costa Rica Tourist Board and the Costa Rica National: <http://www.turismo-sostenible.co.cr/EN/sobreCST/about-cst.shtml>
- Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo*. Lisboa: McGraw-Hill.
- De Kadt, E. (1979). *Tourism: Passport to Development?* Oxford University Press/ World Bank/ Unesco: Oxford.
- Edmunds, M. (1999). Rural Tourism in Europe. *Travel & Tourism Analyst*, n.º6 , pp. 37-50.
- EDP. (2008). *Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua*. Obtido em 17 de Junho de 2009, de <http://www.edp.pt/EDPI/Internet/PT/Group/Sustainability/Environment/ImpactEvaluation/FozTua/EstudoImpacteAmbientaIT>
- FEVE. (2009). *Transcantábrico*. Obtido em 28 de Agosto de 2009, de <http://www.transcantabrico.feve.es/>
- Figueiredo, E. (1999). Ambiente Rural: A Utopia dos Urbanos? In C. Cavaco, *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (pp. 263-280). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Foddy, W. (1996). *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta.
- Fonseca, F. (2006). *O planeamento estratégico em busca de potenciar o território: o caso de Almeida*. Braga: Dissertação de Mestrado da Universidade do Minho.
- Fonseca, F., & Ramos, R. (2007). O turismo no espaço rural como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável: o caso de Almeida. *13º Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*. Angra do Heroísmo: APDR.
- Gauthier, B. (2003). *Investigação social: da problemática à colheita de dados* (3ª Edição ed.). Loures: Lusociência.
- Goldschmidt, A. (2006). *Análise SWOT na captação de recursos – avaliação de oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos*. Obtido em 5 de Agosto de 2009, de CETS - Centro de Estudos do Terceiro Sector FGV - EAESP : <http://integracao.fgvsp.br/ano6/06/financiadores.htm>

- Gómez-Limón García, J., Medina Domingo, L., & Atance Muñiz, I. (2003). Los visitantes de la comarca de Doñana. *Sostenible Monografico*, 4.
- Gregório, M. (2004). *A Arquitectura e o Caminho de Ferro em Portugal*. Obtido em 15 de Agosto de 2009, de Escola Superior de Tecnologia do Barreiro – Licenciatura em Engenharia Civil: [www.comboio.pt](http://www.comboio.pt)
- Henriques, J., & Neves, A. (1986). Castanheira de Pêra: uma via para o desenvolvimento regional endógeno? *Sociedade e Território – Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, pp. 116-125.
- IDP. (2009). *Tua Vale, Uma Alavanca de Desenvolvimento Sustentado nas Terras Quentes*. Obtido em 28 de Setembro de 2009, de Instituto da Democracia Portuguesa (IDP): <http://www.democraciaportuguesa.org/>
- INE. (2008). *Estimativas Provisórias de População Residente, 2007*. Obtido em 17 de Junho de 2009, de <http://www.ine.pt/>
- INE. (2007). *Estudo Sobre o Poder de Compra Concelhio VII – 2005*. Obtido em 17 de Junho de 2009, de <http://www.ine.pt/>
- Joaquim, G. (1999). Turismo e Mundo Rural: Que Sustentabilidade? In C. Cavaco, *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (pp. 305-312). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- LEXTEC. (s.d.). *Lextec-Léxico Técnico do Português*. Obtido em 17 de Junho de 2009, de <http://www.instituto-camoes.pt/lextec/>
- Lima, J. (2006). Ética na Investigação. In L. J., & J. Pacheco, *Fazer Investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 127-159). Porto: Porto Editora.
- Lima, M. (2003). *O Início do Processo de Investigação em Metodologia*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Louiseize, K. (2003). Golf course project driving job creation. *Northern Ontario Business*.
- Lourenço, J. (1997). Política de desenvolvimento rural e políticas europeias. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia.
- Luís, E. (2002). Turismo e desenvolvimento do espaço rural: o caso de Santa Marta de Penaguião. In *Inforgo, 16/17* (pp. 63-79). Lisboa: Edições Colibri.
- Lusa. (14 de Abril de 2008). Barragem do Tua: Autarcas dispostos a sacrificar linha em troca de compensações. *ESPIGUEIRO*.
- Lusa. (2008). Governo adjudicou Foz Tua à EDP. *RTP*.
- MAMR. (2009). *Parque Nacional de Doñana*. Obtido em 25 de Setembro de 2009, de Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino : [http://reddeparquesnacionales.mma.es/parques/donana/home\\_parque\\_donana.htm](http://reddeparquesnacionales.mma.es/parques/donana/home_parque_donana.htm)
- MAMR. (2009). *Parque Nacional Ordesa y Monte Perdido*. Obtido em 25 de Setembro de 2009, de Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino: <http://reddeparquesnacionales.mma.es/parques/ordesa/index.htm>
- Marquina Murlanch, L. (1997). *Uso Público en el Parque Nacional de Ordesa y Monte Perdido Algunas reflexiones sobre su gestión*. Obtido em 25 de Setembro de 2009, de Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino : [http://www.mma.es/secciones/formacion\\_educacion/reflexiones/firma\\_ordesa.htm](http://www.mma.es/secciones/formacion_educacion/reflexiones/firma_ordesa.htm)

- Martinez, L., & Ferreira, A. (2008). *Análise de Dados com SPSS – Primeiros Passos* (2ª Edição ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Martinho, V. (2000). *Reflexões sobre desenvolvimento rural nacional*. Obtido em 29 de Julho de 2009, de Millenium online nº19 de Junho de 2000: [http://www.ipv.pt/millenium/Millenium\\_19.htm](http://www.ipv.pt/millenium/Millenium_19.htm)
- MEI. (2009). *Estatísticas de Bolso Conjuntura nº26/09*. Obtido em 28 de Junho de 2009, de Gabinete de Estratégia e Estudos: <http://www.gee.min-economia.pt/>
- Miles, M. B., & Huberman, M. A. (1984). *Qualitative Data Analysis*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Modelo. (2007). Modelo abre hipermercado em Ponte de Lima. *Noticias Modelo* . Porto: Sonae.
- Município de Alijó. (s.d.). *Estudo e Avaliação de Impacto Ambiental das várias cotas do NPA da Barragem. Contributo do Município de Alijó*. Alijó: Câmara Municipal de Alijó.
- Murdoch, J. (1994). *Reconstituting rurality: class, community and power in the development process*. Londres: UCL Press.
- Nyaupane, G. P., Morais, D. B., & Graefe, A. R. (2004). Nature-based tourism constraints: A cross-activity comparison. *Annals of Tourism Research*, 31(3) , pp. 540-555.
- OCDE. (2009). *OECD regional typology*. Obtido em 2009 de Setembro de 24, de <http://www.oecd.org/dataoecd/35/62/42392595.pdf>
- OMT. (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman.
- OMT. (2008). *International Tourism: A Global Perspective*. OMT.
- Pearce, D., & Barbier, E. (2000). *Blueprint for a Sustainable Economy*. Londres: Earthscan Publications.
- PEN. (2007). *Desenvolvimento Rural 2007-2013*. Portugal: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- PENT. (2006). *Plano Estratégico Nacional Do Turismo: Para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Portugal: Ministério da Economia e Inovação.
- Pimentel, F. (1892). *Apontamentos para a História dos Caminhos de Ferro Portugueses*. Lisboa: Tipographya Universal.
- Pinto, E. (10 de Outubro de 2007). Prioridade à barragem do Tua antecipa fim da linha ferroviária. *Jornal de Notícias* .
- PNBEPH. (2008). Anexo 1 - Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua. *Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico* .
- Polèse, M. (1998). *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas*. Coimbra: Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional.
- Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Wallingford: Lab. International.
- Portal das Freguesias. (2009). *Mapa Interactivo*. Obtido em 14 de Junho de 2009, de <http://www.freguesias.pt/>
- PROFICO Ambiente. (2008). *Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz Tua - Relatório Técnico*. EDP.

- QREN . (2007). *Quadro de Referência Estratégico Nacional - Portugal 2007-2013*. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Quivy, R., & Campenhoudt, I. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rainforest Alliance. (2009). *Where We Work: Costa Rica Sustainable Tourism*. Obtido em 30 de Setembro de 2009, de Rainforest Alliance: <http://www.rainforest-alliance.org/locations/costa-rica/tourism.html>
- REFER. (2008). *Directório da rede 2009*. Obtido em 20 de Julho de 2009, de [http://www.refer.pt/Documentos/Directorio\\_da\\_Nete\\_2009.pdf](http://www.refer.pt/Documentos/Directorio_da_Nete_2009.pdf)
- Ribeiro, J. C., & Vereiro, L. C. (2007). *Turismo e desenvolvimento regional: O espaço rural como destino turístico*. Vila Real: Casa Nobre.
- Ribeiro, J., Freitas, M., & Mendes, R. (2001). *Turismo no espaço rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal*. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas, Universidade do Minho.
- Ribeiro, M., & Marques, C. (1999). Rural Tourism and the Development of Less Favoured Areas: Between Rhetoric and Practice. *XII Summer Institute of the European Regional Science Association*. Faro.
- Rodrigues, R. (2008). *Linha do Tua ou Fundamentalismo do Betão*. Obtido em 9 de Agosto de 2009, de [www.maquinistas.org](http://www.maquinistas.org)
- Rodrigues, V. (s.d.). *Contribuição para a interpretação da paisagem a partir da linha do Tua*. Instituto Superior de Agronomia, Arquitectura Paisagista. Universidade Técnica de Lisboa.
- RTAM. (2000). *BOLETIM INFORMATIVO: O Turismo no Alto Minho*. Obtido em 29 de Julho de 2009, de Região de Turismo do Alto Minho: <http://arquivo.rtam.pt/boletins-informativos/boletim1/index.html>
- RTP. (2009). Novas termas criam emprego. *Jornal da noite da RTP*.
- Ruquoy, D. (1995). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In L. e. Alberto, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ruschmann, D. (1994). *O planeamento do turismo e a protecção do meio ambiente*. São Paulo: ECA/USP.
- Salvá-Tomás, P. (2000). Tourism sector restructure sustainability and territorial perspectives at the beginnings of 21st century. In *Tourism Sustainability and Territorial Organization* (pp. 97-112). Coimbra: APDR.
- Schneider, S. (2009). Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, 4, nº7, 24-62.
- Seers, D. (1963). The Limitations of the Special Case. *Bulletin of the Oxford Institute of Economics and Statistics*, 25, 77-98.
- Seers, D., Nafziger, W., O'Brien, D., & Bernstein, H. (1979). *Development Theory: Four Critical Studies*. (D. Lehmann, Ed.) London: Frank Cass.
- Sieber, J. (1992). *Planning ethically responsible research. A guide for students and internal review boards*. Newbury Park: Sage.

- Silva, J. R. (2004). *Os Comboios em Portugal – Do Vapor à Electricidade* (Vol. I). Lisboa: Mensagem.
- Tarapanoff, K. (2001). *Inteligência Organizacional e Competitiva*. Brasília: Editora UNB.
- Terluin, I. (2003). Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. (pp. 327-344). *Journal of Rural Studies*, v. 19: Oxford.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. Pinto, *Metodologia das ciências sociais. Biblioteca das Ciências do Homem* (pp. 101-128). Edições Afrontamento.
- Van Der Ploeg, J., Renting, H., Brunori, G., Knickel, K., Mannion, J., Marsden, T., et al. (2000). Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. Reino Unido: *Sociologia Ruralis*, v.40, n.4.
- Vera, F. (1997). *Análisis territorial del turismo*. Barcelona: Ariel Geografia.
- WTTC, IFTO, IH&RA, & ICCL. (2002). *Industry as a partner for sustainable development*. Obtido em 2 de Junho de 2009, de [www.wttc.org/blueprint/wttcbleprintfind.pdf](http://www.wttc.org/blueprint/wttcbleprintfind.pdf)

## **APÊNDICES**



## Apêndice I – Inquérito aos agentes turísticos



### Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente

#### INQUÉRITO

Este inquérito destina-se à realização de um estudo, no âmbito de uma dissertação de Mestrado Integrado de Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sobre o contributo do turismo de Natureza e Cultural para o desenvolvimento regional: o caso do Vale do Tua.

As respostas individuais serão tratadas sob reserva de confidencialidade, destinando-se exclusivamente a ser utilizadas no âmbito deste projecto. Apenas serão incluídas na tese resultados de tratamento estatístico.

A sua participação é fundamental para o sucesso deste trabalho

*Agradecemos que coloque o questionário no envelope que se encontra contido nesta carta.*

Por isso, agradecemos desde já a sua colaboração!

Lisboa, Julho de 2009

A Equipa de Investigação

Professor Doutor Joanaz de Mello

e

Mestrando José Veiga Simão

## INQUÉRITO SOBRE TURISMO NATURAL E CULTURAL

1. Denominação da empresa: \_\_\_\_\_

2. Pessoa de responsável: \_\_\_\_\_

3. Tipologia de Actividade

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Hotel                   | <input type="checkbox"/> Estalagem                       |
| <input type="checkbox"/> Pensão ou Albergaria    | <input type="checkbox"/> Restauração                     |
| <input type="checkbox"/> Parque de Campismo      | <input type="checkbox"/> Empresa de Animação Turística   |
| <input type="checkbox"/> Pousada                 | <input type="checkbox"/> Empresa de Desporto na Natureza |
| <input type="checkbox"/> Turismo no Espaço Rural | <input type="checkbox"/> Outros - Qual _____             |

4. Capacidade: Hotelaria \_\_\_ (camas)  
 Restaurante \_\_\_ (lugares)  
 Animação/desporto \_\_\_ (pessoas/ano)

5. Número de clientes em 2008: \_\_\_\_\_. (1 cliente = 1 estadia ou 1 refeição ou 1 actividade)

6. Número de colaboradores em 2008: \_\_\_\_\_

7. Selecciona uma das quatro afirmações sobre o turismo de Natureza e cultural que se seguem com a qual mais se identifica:

- É uma actividade decisiva para o desenvolvimento da região.
- É uma actividade importante para o desenvolvimento da região.
- É uma actividade que tem pouco relevo para o desenvolvimento da região.
- É uma actividade que não é decisiva para o desenvolvimento da região.

8. Importância dos seguintes aspectos para o turismo da região:

<b>Aspectos</b>	<b>Nada importante</b>			<b>Muito importante</b>	
	1	2	3	4	5
Atracções culturais urbanas (p.e: museus, festividade, concertos)	<input type="checkbox"/>				
Capacidade de acolhimento alternativo (p.e: turismo rural, turismo de aldeia)	<input type="checkbox"/>				

Capacidade de acolhimento convencional (hotalaria)	<input type="checkbox"/>				
Desporto de natureza (p.e: Canoagem, rafting)	<input type="checkbox"/>				
Desporto motorizado (p.e: TT, náutica de recreio)	<input type="checkbox"/>				
Existência de atracções diversificadas num espaço próximo	<input type="checkbox"/>				
Gastronomia	<input type="checkbox"/>				
Paisagem Natural	<input type="checkbox"/>				
Paisagem tradicional (p.e: vinhal em terraços)	<input type="checkbox"/>				
Pontos atractivos únicos (p.e: Linha do Tua, gravuras de Foz Côa)	<input type="checkbox"/>				
Possibilidade de observação da fauna e flora selvagem	<input type="checkbox"/>				
Praias fluviais	<input type="checkbox"/>				
Atracções Culturais no território (p.e: Arquitectura tradicional, gravuras rupestres, linha férrea centenária)	<input type="checkbox"/>				
Outra _____	<input type="checkbox"/>				
Outra _____	<input type="checkbox"/>				

9. Seleccione uma das duas afirmações que se seguem com a qual mais se identifica:

- A construção de barragens prejudica o turismo de Natureza e cultural
- A construção de barragens não prejudica nem beneficia o turismo de Natureza e Cultural
- A construção de barragens beneficia o turismo de Natureza e cultural

10. Quais os principais **benefícios** que resultam da construção das grandes barragens da Foz do Tua e do Baixo Sabor. (indique o grau de impacte que atribui aos benefícios obtidos)

Impactes	Nada			Muito	
	Positivo			Positivo	
	1	2	3	4	5
Contributo para o desenvolvimento local e nível de vida na região	<input type="checkbox"/>				
Criação de emprego de curta duração sem expressão local	<input type="checkbox"/>				
Criação de emprego local de curta duração	<input type="checkbox"/>				

Criação de emprego local de longa duração	<input type="checkbox"/>				
Menor dependência energética do exterior	<input type="checkbox"/>				
Mais-valia no combate a incêndios florestais	<input type="checkbox"/>				
Melhoramento das acessibilidades rodoviárias à região	<input type="checkbox"/>				
Regularização e controlo de cheias no Douro e afluentes	<input type="checkbox"/>				
Outra _____	<input type="checkbox"/>				
Outra _____	<input type="checkbox"/>				

11. Foi informado sobre os condicionalismos da construção da barragem da Foz do Tua?

Sim  Não

Se sim, como?

- Através dos meios de comunicação social
- Através das autarquias locais (câmara municipais ou junta freguesia)
- Através das associações do seu sector
- Através das associações locais
- Através de acções da EDP

12. Actualmente, considera que tem necessidades de informação?  Sim  Não

13. Quais os principais **constrangimentos** que resultam da construção das grandes barragens da Foz do Tua e do Baixo Sabor. (indique grau de importância que atribui aos constrangimentos obtidos)

Impactes	Nada		Muito		
	Negativo		Negativo		Negativo
	-1	-2	-3	-4	-5
Alteração do tipo de turista	<input type="checkbox"/>				
Destruição de terrenos de cultivo (vinhas para produção do vinho do Porto)	<input type="checkbox"/>				
Destruição do ecossistema local e do património natural	<input type="checkbox"/>				
Destruição parcial da linha férrea do Tua, com o conseqüente maior isolamento	<input type="checkbox"/>				
Diminuição da atractividade natural da zona	<input type="checkbox"/>				
Diminuição do número de visitantes	<input type="checkbox"/>				

Isolamento maior da região (perda das ligações ferroviárias)	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Perda de algumas acessibilidades rodoviárias	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Perda de valores tradicionais e degradação da cultura regional	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Outra _____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Outra _____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

**14.** Tem conhecimento de algum plano de desenvolvimento para a região?

Sim  Não Se sim, indique o nome do plano, promotor ou autor:

\_\_\_\_\_

**15.** Se respondeu sim, indique se alguma vez o consultou:  Sim  Não

Se sim, comentário sobre o plano: \_\_\_\_\_

**16.** Que sugestão faria para desenvolver a sua região?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Obrigado pela colaboração!

Seleccione esta opção para que o nome da sua empresa seja referido como colaboradora neste projecto.



## Apêndice II – Inquérito aos presidentes de junta de freguesia



### INQUÉRITO

Este inquérito destina-se à realização de um estudo, no âmbito de uma dissertação de Mestrado Integrado de Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, sobre o contributo do turismo de Natureza e cultural para o desenvolvimento regional: o caso do Vale do Tua.

A sua participação é fundamental para o sucesso deste trabalho. Esperamos poder contar com a sua disponibilidade.

As respostas, que se pretendem anónimas, destinam-se exclusivamente a ser utilizadas no âmbito deste projecto sendo da máxima importância para a elaboração do estudo.

*Agradecemos que coloque o questionário no envelope que se encontra contido nesta carta.*

Por isso, agradecemos desde já a sua colaboração!

Lisboa, Junho de 2009

A Equipa de Investigação

Professor Doutor Joanaz de Mello

e

Mestrando José Veiga Simão

## INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1- Selecciona uma das quatro afirmações sobre o modo como *percepção* o turismo de Natureza e Cultural:

- É uma actividade que não terá êxito na freguesia.
- É uma actividade que contribuirá pouco para desenvolver a freguesia.
- É uma actividade que terá alguma importância para desenvolver a freguesia.
- É uma actividade chave para desenvolver a freguesia.

2- Selecciona uma das quatro afirmações sobre o que turismo de Natureza e Cultural representa *actualmente* na sua freguesia:

- É uma actividade decisiva na freguesia.
- É uma actividade importante para a freguesia.
- É uma actividade que tem pouco relevo na freguesia.
- É uma actividade sem expressão na freguesia.

3- Selecciona as duas afirmações que se enquadram na opção estratégica de desenvolvimento da sua freguesia:

- Será um desenvolvimento assente na construção de grandes infra-estruturas.
- Será um desenvolvimento assente na actividade industrial.
- Será um desenvolvimento assente na actividade turística e Cultural.
- Será um desenvolvimento assente na agricultura.

4. Selecciona uma das duas afirmações que se seguem com a qual mais se identifica:

- A construção de barragens prejudica o turismo de Natureza e Cultural
- A construção de barragens não prejudica nem beneficia o turismo de Natureza e Cultural
- A construção de barragens beneficia o turismo de Natureza e Cultural

5 -. Selecciona uma das quatro afirmações sobre o modo como percepção o turismo de Natureza e Cultural:

É uma actividade que gera **pouco** valor acrescentado para a freguesia e emprega um número **significativo** de pessoas.

É uma actividade que gera **pouco** valor acrescentado para a freguesia e emprega **poucas** pessoas.

É uma actividade que gera **muito** valor acrescentado para a freguesia e emprega um número **significativo** de pessoas.

É uma actividade que gera **muito** valor acrescentado para a freguesia e emprega **poucas** pessoas.

6-. Quais os principais **benefícios** que resultam da construção da barragem da Foz do Tua. (indique grau de impacte que atribui aos benefícios obtidos)

Impactes	Nada		Muito		
	Positivo		Positivo		
	1	2	3	4	5
Contributo para o desenvolvimento local e nível de vida na região	<input type="checkbox"/>				
Criação de emprego de curta duração sem expressão local	<input type="checkbox"/>				
Criação de emprego local de curta duração	<input type="checkbox"/>				
Criação de emprego local de longa duração	<input type="checkbox"/>				
Menor dependência energética do exterior	<input type="checkbox"/>				
Mais-valia no combate a incêndios florestais	<input type="checkbox"/>				
Melhoramento das acessibilidades rodoviárias à região	<input type="checkbox"/>				
Regularização e controlo de cheias no Douro e afluentes	<input type="checkbox"/>				
Outra _____	<input type="checkbox"/>				
Outra _____	<input type="checkbox"/>				

7 -. Quais os principais **constrangimentos** que resultam da construção da barragem da Foz do Tua. (indique grau de importância que atribui aos constrangimentos obtidos)

Impactes	Nada		Muito		
	Negativo		Negativo		
	-1	-2	-3	-4	-5
Alteração do tipo de turista	<input type="checkbox"/>				

Destruição de terrenos de cultivo (vinhas para produção do vinho do Porto)	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Destruição do ecossistema local e do património natural	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Destruição parcial da linha férrea do Tua, com o conseqüente maior isolamento	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Diminuição da atractividade natural da zona	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Diminuição do número de visitantes	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Isolamento maior da região (perda das ligações ferroviárias)	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Perda de algumas acessibilidades rodoviárias	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Perda de valores tradicionais e degradação da cultura regional	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Outra _____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
Outra _____	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

8. Existe um plano de desenvolvimento para a freguesia?

Sim  Não

9 - Se respondeu sim, de que forma está equacionado o turismo de Natureza e cultural no plano de desenvolvimento para a freguesia.

---



---



---

10. Que sugestão faria para desenvolver a sua região?

---



---



---



---

Obrigado pela colaboração!

Selecciona esta opção para que o nome da sua freguesia seja referida como colaboradora neste projecto.

Nome da Freguesia: \_\_\_\_\_

## Apêndice III - Guião de entrevista aos presidentes de câmara

Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente  
 Dissertação - Turismo como motor de desenvolvimento  
 local: O caso do Vale do Tua  
 José Pedro Ramalho Veiga Simão



### Objectivos gerais:

- Recolher opiniões sobre o impacte (emprego, economia, desenvolvimento regional...) do turismo de natureza e cultural na região do Vale do Tua.
- Obter elementos que permitam perceber de que forma as grandes infra-estruturas (barragens, ferrovia...) podem influenciar o turismo de natureza e cultural.
- Ajudar o entrevistado a exprimir as suas preocupações relativamente às infra-estruturas (barragens, ferrovia...) e às suas consequências no turismo de natureza e cultural.

### Guião da Entrevista

Bloco	Objectivos do Bloco	Tópicos	Exemplos de Questões
<b>A.</b> <b>Legitimação da entrevista</b>	-Legitimar a entrevista -Informar sobre a natureza do trabalho e sobre as suas finalidades -Valorizar o contributo do entrevistado para o êxito do trabalho. -Salientar o carácter restrito do uso das informações prestadas. -Proporcionar ao entrevistado um ambiente que lhe permita estar à vontade e falar livremente sobre os seus pontos de vista	Informar das finalidades Motivar o entrevistado Questões éticas	Sou aluno do último ano de mestrado integrado de engenharia do Ambiente da UNL Estou a realizar este estudo no âmbito da minha tese de monografia, sobre o ecoturismo e o desenvolvimento regional. Gostaria de pedir a sua colaboração no sentido de ..... Importa-se que a nossa conversa seja gravada?
<b>B.</b>	- Recolher opiniões a respeito do potencial de		Poderia falar-me um pouco sobre o seu

<p><b>Avaliação do potencial de turismo de natureza e cultural no Vale do Tua</b></p>	<p>turismo de natureza e cultural no Vale do Tua</p> <p>- Perceber de que forma o turismo de natureza e cultural no Vale do Tua pode promover a empregabilidade</p> <p>Compreender a importância que é atribuída ao turismo</p>	<p>Ponto de vista económico</p> <p>Dinâmica de empregabilidade da zona</p>	<p>município? (dinâmica social e económica)</p> <p>E em concreto sobre a actividade turística na região? (possibilidade de trabalho, trabalho para indivíduos da região, volume do negócio, quantidade e diversidade da procura,..)</p> <p>Como vê, ou como avalia o potencial de turismo de natureza e cultural no município? e na região do Vale do Tua?</p> <p>Podia sintetizar os pontos fortes e fracos?</p> <p>Como perspectiva o desenvolvimento regional?</p> <p>Quais as dimensões a privilegiar e porquê?</p> <p>Em seu entender, que lugar ocupa o turismo de natureza e cultural?</p>
<p><b>C. Convergências e conflitos com outras actividades económicas</b></p>	<p>Recolher opiniões a respeito das sinergias e dos conflitos entre o turismo natural e cultural e outras actividades económicas.</p>	<p>Convergências com outras actividades económicas</p> <p>Conflitos com outras actividades económicas</p> <p>Tensões entre os valores locais e a presença de infra-estruturas (vias férreas e construção de barragens)</p>	<p>Quais as mudanças que antecipa que vão surgir com a construção das barragens nesta região?</p> <p>Como vê essas mudanças que se perspectivam? Em que dimensões elas vão surgir?</p> <p>(desaparecimento da linha férrea)</p> <p>Quais são as suas expectativas? E principais preocupações?</p> <p>Que problemas consideram que podem surgir? E benefícios?</p>

<b>D</b> <b>Adequação e motivações das opções</b>	Identificar os factores que favorecem e/ou dificultam o turismo	Motivações dos decisores  Impacte das decisões na realidade dos entrevistados	Quais lhe parecem ser as motivações dos decisores no que respeita a construção das barragens nesta região?  Tendo em conta a sua realidade de que forma as decisões que se perspectivam tem em conta as potencialidades do turismo de natureza e cultural?  Indique aspectos onde considera que vai existir um maior impacte e um menor impacte.  Em síntese quais são os factores que podem ser potenciadores e quais os que dificultam o desenvolvimento do turismo de natureza e cultural?
<b>E</b> <b>Finalização da</b>	Dar oportunidade ao	Outros aspectos	Que outros aspectos

<p><b>entrevista e agradecimentos da participação do entrevistado</b></p>	<p>entrevistado de acrescentar aspectos não abordados no guião.</p> <p>Agradecer a oportunidade e a colaboração.</p>	<p>Reforçar a garantia do uso restrito das informações fornecidas</p> <p>Valorizar a participação do entrevistado;</p> <p>Agradecimentos finais</p>	<p>gostaria de referir?</p> <p>Mais uma vez os meus agradecimentos e .....</p>
---	--	---	--

## **Apêndice IV - Protocolo da entrevista realizada ao presidente da câmara de Mirandela, Dr. José Silvano**

- Podia-me descrever a dinâmica social e económica do seu município e do Vale do Tua.

José Silvano (JS) - Ainda temos mais de 30% das pessoas a viver da agricultura, e portanto este número da agricultura já não é só desta agricultura tradicional mas, posso dizer que já é de desenvolvimento rural, isto é no mundo rural. Isto é, 30% deste tipo de gente vive primariamente da agricultura, mas como a agricultura não é suficiente, desde a PAC, há aqui produtos que não são auto-sustentáveis só conseguiu desenvolver algumas actividades no mundo rural, nomeadamente na gastronomia, turismo rural, turismo de paisagem que fez como que tivessem de aqui algum valor acrescentado para continuarem a sua actividade essencialmente rural, e esta ainda representa 30% sendo das principais actividades deste município. Depois há aqui um factor que se conjuga com esta actividade, aqui em Mirandela, que é o agro-alimentar, isto é, dentro deste mundo rural o agro-alimentar tem uma especificidade própria tendo uma importância económica bastante significativa, talvez devido à influência do Cachão, há alguns anos, na formação, pelo menos das pessoas para este domínio e também devido à qualidade dos solos de Vilariça e das Terras Quentes que para este tipo de produtos agro-alimentares são essenciais.

Depois temos ainda cerca de mais de 20% que vive do comércio, e hoje o comércio em Mirandela é um comércio que também já mete um pouco de agro-indústria, como os enchidos, que representa parte significativa deste comércio, as alheiras. E vê-se este fenómeno, basta olhar para a Rua da Republica e ver, nos últimos tempos, quantos estabelecimentos mudaram de função para as alheiras, quem diz alheiras, diz o azeite, o presunto, este tipo de situações.

Esta é uma parte significativa. O resto vive a indústria, que é muito pouco, e dos serviços, essencialmente os públicos, a câmara a Santa Casa da Misericórdia, e meia dúzia de empresas privadas, que existem mas não são muitas. Depois deste panorama chegamos há conclusão que a base agrícola ainda é a maior e que se a misturamos o agro-alimentar e com os produtos gastronómicos locais, nomeadamente os enchidos, são extremamente significativos, sendo esta a caracterização em termos gerais da zona.

- Por esta caracterização, está a inferir que esta região tem um forte potencial de turístico de Natureza e Cultural?

JS – Sim. Tem um grande potencial, se ela é classificada com estas vertentes é evidente que só há uma indústria capaz de fazer com que esta zona tenha um crescimento qualitativo que é o turismo. Isto é, aproveitar estas características para potencializar o desenvolvimento da região. Porque é o turismo, principalmente o turismo de natureza, porque ao falarmos de produtos agrícolas, falamos de oliveiras, oliveiras que caracterizam paisagem. Hoje não se pode ver o produto turismo sem o devido enquadramento na paisagem, sendo assim o turismo de natureza importante. Mas também é importante o turismo gastronómico, isto é cada vez mais hoje o turismo gastronómico e o turismo de natureza se associam, fazem uma fileira própria. È nestes dois domínios essenciais que nos temos de intervir se quisermos ter uma estratégia turística com alguma consistência. Misturando os dois produtos essenciais nisto, quer o azeite que caracteriza quer a paisagem, quer a produção, quer as rotas que se podem fazer através do azeite, quer ao mesmo tempo a alheira porque na gastronomia aqui existe mas é sempre importante ter um produto local e diferenciador. E portanto sejam agora os factores que as pessoas queiram adicionar a isso, e que se queira valorizar mais cada especificidade é evidente que é nesses dois factores que o turismo de paisagem, turismo de natureza que nos teremos algum potencial.

- Então a câmara tem acções para valorizar esta vertente turística?

JS – Sim, sim, nos temos neste momento, e tivemos um investimento fortíssimo em termos da fileira do azeite e da fileira da alheira. A alheira em conjunto com a associação comercial, é um produto certificado, que já é trabalhado, por ele próprio, pela associação comercial e industrial e também pela associação da qualidade, que faz a certificação destes produtos. Mas o azeite nos últimos tempos sofreu por parte da câmara um investimento fortíssimo na sua promoção e na sua caracterização de paisagem, também. Estamos a acabar o museu do azeite que está na sua fase inicial, depois temos aquele projecto “Terra óleo” com os municípios de Nide e de Corvo que fazem a tal exportação para Espanha e França onde se produz também azeite de qualidade.

Estes programas estão disponíveis na internet, mas também há nesta agenda.

E depois estamos a apostar na qualificação da mão-de-obra para rentabilizar este turismo gastronómico porque a nossa grande dificuldade era a qualificação da mão-de-obra existente, nomeadamente nos restaurantes, nos hotéis e noutras circunstâncias e hoje com a escola de hotelaria e turismo que existe em Mirandela, que foi criada especificamente para dar apoio a

esses recursos humanos, já começamos a ter recursos humanos com especificidade própria, mesmo com alguma qualificação específica para esse domínio do turismo. Outra das situações que nos ajudou bastante foi a promoção da cidade e do concelho em termos nacionais e internacionais, isto é, as pessoas só procuram as coisas quando as conhecem, quando não as conhecem não as procuram e nós tivemos também necessidade de apostar em duas ou três áreas de eventos com algum significado mundial, e se calhar a nível de nacional, que elevaram o nome de Mirandela em Portugal, é o caso do campeonato da Europa de Jet-Ski, que funcionou como perfeitamente como ex-líbris nesta matéria, e é muitas vezes feito a maratona do azeite e as festas de Nossa Senhora do Amparo. São coisas que levam um bocado Mirandela mais longe das suas fronteiras e que promovem a cidade e por isso também aumentam o turismo. E depois investimos uma parte que também é turismo, embora para nós seja essencial, que é a atractividade da cidade e o urbanismo. Hoje o urbanismo atrai! Não vale a pena, até aqui há uns tempos não se falava nisso, hoje o urbanismo é um dos principais motivos de atracção. Quem diz urbanismo, diz urbanismo no seu sentido amplo, isto é urbanismo com tratamento paisagístico, culto do pormenor dos monumentos, da paisagem, das flores quer dizer há aqui um conjunto de circunstâncias que tornam a cidade numa cidade atractiva. Nós como tínhamos a felicidade de ter o rio, esse urbanismo teve-se de fazer em conjunto com o rio, esse foi o principal potencial de isso, de tal maneira que nos obrigou a tratar quer a montante quer a jusante os esgotos para que o rio não estivesse poluído, e portanto as vezes um factor desencadeia o progresso do outro. Estas foram as principais apostas.

(breve conversa sobre o posto de turismo)

- Antevê alguma mudança da dinâmica da actividade turística na região associado a construção da barragem?

JS – Enfim, com toda a honestidade, pode ser diferente da opinião dos meus colegas, se eu digo que a principal fileira turística desta região é o turismo de natureza e o turismo de paisagem eu não posso estar de acordo com um investimento que vai completamente destruir esse turismo de natureza e de paisagem. Porque que eu digo destruir, porque existir barragens que se enquadrem na natureza, no turismo que o fazem rentabilizar mas acho que esta é o contrario. Porquê? Porque ela vai ser feita num vale, que é o Vale do Tua, que é único, que já tem propostas de classificação do UNESCO, e portanto que basta ter uma situação de espelho de água diferente para dar cabo de toda a beleza do Vale, naquilo que ele tem da sua beleza e atractividade. E portanto o que era de pensar era em compensação ao fazer essa barragem o

que é que se podia trazer em troca, isto é, destruindo isto que é essencial para o turismo de natureza, a linha do Tua tinha 40 000 visitantes ano, não por causa da ligação de Mirandela ao Tua, porque isso demorava horas, é preferível ir de camioneta, mas por causa do percurso que fazia em termos turísticos. E qual era o percurso mais importante? Era o do Vale do Tua, os 16 km do vale, independentemente em que concelho fica ou não fica, que é o que fica inundado se houver uma barragem e portanto eu perguntava muitas vezes, muitas duvidas, mas pronto... destrói-se esta riqueza natural, de fileira turística, e tem-se em contra partida o que com um espelho de água de 16 km. E cheguei a esta conclusão, nada! Nada mesmo, e explico porquê! Nada porque, porque ao Vale do Tua ninguém tem lá acesso, o Estudo de Impacto Ambiental não prevê acesso nenhum, primeiro ponto. Segunda questão, os que tem acesso são meia dúzia de populações ribeirinhas que vivem ali, que não necessitam de água para nada, nem tem lá grandes culturas porque aquilo é perfeitamente íngreme não dá resultados absolutamente nenhuns. Terceira questão, usar o espelho de água. Por quem? Se eu tenho a barreira a 1,7 km da Foz do Tua, que é o paredão, não há ninguém que venha, mesmo que queira aproveitar, do Douro para a Foz do Tua, porque tem 1,7 km que não tem água, ou que fica sem água em termos naturais. Portanto não existe turismo, pelo menos na ligação entre um e o outro. Uma das questões é usar uma parte dos 2 milhões de visitantes do Douro para entrarem na Foz do Tua, mas não há hipótese. Para isso teria de ter uma inclusa com situações perfeitamente estabilizadas, que não tem! Quarta e última questão, quem vai usar o espelho de água e para que? Só se for os pescadores, ou alguém que vai para ali passear, mas são coisas muito pequenas, muito muito muito próprios, é núcleos turísticos é verdade, mas que não terão dimensão absolutamente nenhuma quando comparada com a que existia actualmente, com outra questão pior, dá cabo da biodiversidade, dá cabo da paisagem ai existente sem nenhuma compensação em troca a não ser a nível nacional produzir mais energia, tudo bem, não quero discutir essa situação. Mas mesmo a parte económica que me seduzia numa determinada altura, e depois de conhecer melhor o sector achei que não tinha nenhum relevo. Isto é, aquela barragem produz 0,000 não sei o quê da electricidade nacional, ou da energia limpa nacional, bem basta pelos vistos com metade do dinheiro fazer um programa de eficiência energética na região para poupar 10 vezes mais ou 15 vezes mais, quer dizer que nem esse argumento é tecnicamente explicável. Por isso todo só posso ser contra a barragem, porque perde pelo menos 45 000 pessoas ano, que comiam em Mirandela, que dormiam em Mirandela, que entravam e saiam no metro em Mirandela, conheciam o Vale do Tua e se espalhavam por esta região inteira. Dir-me-ão mas isso só beneficiava Mirandela, bem se as pessoas virem isto estrategicamente, de donde começa e acaba, é verdade. Mas se

virem que a linha passa nos seus concelhos, no fundo é verdade. Só que não vêem, é que a única coisa que nós poderíamos ter no futuro, na minha opinião, em termos de desenvolvimento estratégico desta região era uma linha modernizada e segura entre o Tua e Espanha. E se nós conseguíssemos ter isso, acho que é muito mais importante que esta auto-estrada, porque esta auto-estrada vai levar metade, vai ver o desequilíbrio que vai trazer esta auto-estrada. A auto-estrada vai desenvolver Bragança e Mirandela, mais nada, fica tudo concentrado ai, à volta do A4, o resto não tem nada. Podia ser um turismo sustentável que trazia enormes. O ano passado fui a Terra do Fogo, fui lá de propósito, para andar num comboio 20 vezes pior que o que eu tenho aqui, que avaria em determinados sítios, que somos nós a empurrar em determinados sítios, e que tem milhões de pessoas a procurá-lo por causa de paisagem que ele enquadra e que ele tem. E acho que este potencial que todos os países, hoje, estão ao tentar fazer e aproveitar, e nós estamos no ciclo inverso que é. Por isso mesmo estou contra a barragem porque não trás pelo menos para Mirandela.

- E criar uma coisa como a barragem do Azibo?

JS – Não, não, não tem. As pessoas falam disso, quem diz isso que vamos ter benefícios do espelho de água não conhece o Vale do Tua. Porque se o Vale do Tua fosse como ao Azibo ou como o Alqueva, isso está bem, beneficiavam pelo menos alguns, os que tivessem terrenos para fazer hotéis e golfes. Agora, que conhece este Vale sabe que não pode lá fazer nada, nem acessos tem, nem terrenos a volta tem para poderes fazer nada. Isso a mim é que me revolta como é que num conjunto das 5 câmaras apenas uma, quem diz as 5 diz as que passam hoje a linha, apenas uma disse que não à barragem e as outras achavam que sim mesmo sem ganhar nada com isso. E ainda por cima agora com a cota de 170, que ficou definida pelo INAG, acabou-se até com o potencial, eventualmente turístico que pudesse ter uma pequena parte dos concelhos de Carrazeda, Vila Flor e Alijo. Porquê? Porque ela fica a uma distância que não dá sequer para o espelho de água prolongar, porque termina na ponte da Brunheda.

- Mas isso também não salvaguarda a linha do Tua?

JS – Não, não. Antes pelo contrario, aquilo destrói, destruindo os 16 km está a linha toda destruída. Não há mais nada que possa justificar a linha. As pessoas dizem, faz-se os 16 km de barco e depois entra-se no comboio e faz-se o resto da linha. Primeiro quem é que vai utilizar uma linha, onde já se destruiu o principal interesse que era a paisagem. Quem? Ninguém! Segunda questão, quem é que vai um quilómetro e tal ou dois a pé para ir até a barragem apanhar qualquer meio fluvial para depois apanhar o comboio, ou então ficar ali parado no pontão. Terceira questão, para mim é a pior de todas em termos de situações

normais, é que espelho de água que ali vai existir que termina na Brunheda sem condições aparente nenhuma, que tornam o comércio inviável. Quem é que investe num meio de transporte que é caro, que tem de ter uma segurança de 50 e tal quilómetros para chegar a Mirandela, da Brunheda, que custa milhões de euros por ano se depois não tem rentabilidade? Porque a principal rentabilidade é a turística. Nenhum! Para mim me deixa sem interesse nessa matéria. Acho que a barragem só beneficia numa coisa, as pessoas que tem propriedades naqueles locais. Porque a EDP vai dar um balúrdio a cada um para estarem calados, mas são pequenas coisinhas e cada um não aproveita nada, e as pessoas fizeram dinheiro. Mas passado 20, 30 ou 40 anos da sua vida, as pessoas fazem o que? Gastam o dinheiro? Não tem sentido! Eu acho!

- Mas pelo meu contacto com as pessoas, elas vêem a barragem como um potenciador do turismo.

JS- Mas vêem porquê?! Porque as pessoas não sabem, não passam lá. Isto é assim, quem achar que aquilo tem algum interesse turístico é porque não conhece o Vale do Tua, porque aquele Vale do Tua com a barragem a 170, não dá nada! Mas as pessoas só vão dar conta disso quando a barragem já estiver feita. E agora eu ainda tenho pessoas em freguesias minhas, de Bracel e Cachão, que acham que a barragem vai fazer com que as casas de eles fiquem perto da água e que vão ter grande interesse turístico, quando a água fica a 40 km.

- Não haverá aqui o caso de falta de informação junto das populações?

JS – Eu acho que não. Há informação necessária, mas não é fácil passar essa informação. Primeiro porque a EDP só agora decidiu que será a 170 e não a 195, primeiro ponto. Segundo ponto, porque a própria EDP é que faz essa comunicação, mais forte às pessoas, porque tem dinheiro e fala como quer. Terceiro, nós não temos grandes activos, e ainda Mirandela tem algum resultado porque existe o metro de Mirandela que ainda circula, senão todos concordavam com a barragem. Porque as pessoas não são capazes de pensar a médio prazo, pensam no presente, e de facto o presente não tem grande sucesso. Essa é a questão.

- O que tenho visto é que ainda não há poucos agentes a trabalhar na zona.

JS – Não há! O que falta pior, e era importantíssimo para o teu trabalho, onde é que esta a falha no turismo da região? E para mim essencial. É assim, se nós temos tudo isto, porque que não desenvolvemos? É essa a pergunta que se faz, porque que não se tira daí o rendimento? Porque enquanto forem só os organismos públicos a fazerem, não conseguem. Porque o turismo precisa de uma coisa, da promoção e da comercialização, isto é, eu para chegar a fileiras de quem necessita de natureza, eu necessito de quem venda esses pacotes, quem venda

essas coisas, e não são as câmaras municipais por muito que queiram ser, porque fazem isso momentaneamente nas suas promoções. Eu acho que tem de haver massa crítica, e começa a ver hoje cursos de turismo, nos cursos superiores quer de Mirandela, quer Bragança, quer de outros sítios, se os estudantes desses cursos e os futuros profissionais fizessem uma agenda de qualidade privado, tem de ser privado, senão andamos sempre com o subsídio, privado, e nesta região capaz de vender pacotes articulados com uma estratégia. Assim não tenho dúvidas do sucesso. Mas falta isso, não há articulação. Não há privado. O público, eu vou a uma feira de câmara mas o meu papel é aquele. Os privados são meia dúzia que investiram em turismo rural. Mas se houvesse uma agência de turismo privada em condições de vender pacotes, que tivesse entrada no mercado internacional, isto podia ser um ovo de Colombo. Mas isto tinha de ser uma associação privada, por isto, porque eles tem interesse no lucro na promoção, as públicas não tem essa dinâmica.

- E planos de desenvolvimento para o Vale do Tua?

JS – Existe, que é, que foi feito até na consequência da construção da barragem, que é um estudo estratégico do desenvolvimento do Vale do Tua, como também já existia antes um plano estratégico da Terra Quente, não abrangia todos os concelhos, mas abrangia a Terra Quente. O problema de aqui não é a falta de estudos, existem vários, o próprio PNPOT, o plano nacional tem as linhas orientação estratégica de desenvolvimento. Pior é que nos temos ficado todos pelos estudos, estudos tu tens 100, mas execução dos estudos tu tens nenhum. As pessoas reparam nisto, para executar este estudo eu preciso depois para o pôr a funcionar um conjunto de factores económicos que são multiplicadores, e a região não tem essa capacidade económica. E também não consegue atrair pessoas para fazer esse investimento económico. Lá está a tal falta. Não consegue atrair porquê? Porque não há nada montado na região, e não são os de fora que sabem as potencialidades da região, esta é que é a questão, para que consiga vender essas coisas, porque essas coisas geram as outras, isso faz falta e é a nossa debilidade económica. As regiões de turismo vieram numa determinada altura, e pensávamos que ia resolver isso, mas não resolve nada, era fazer a feira de Santarém, fazer a feira... e isso não nos dava nada, nós é que tínhamos de levar coisas para lá pôr e depois não da nada. A política geral do país foi sempre essa, e por isso vivemos sempre no interior. Estou convencido que a médio prazo a própria estrutura económica vai ter de se diversificar se quiser sobreviver, isto é, o Algarve esgota o outro esgota, e tem de haver fileiras turísticas de atracções diferentes e Trás-os-Montes têm nisto uma fileira quer de turismo quer gastronómico enorme. O problema é que ainda esta em potência, não tem quem pegou nisso a serio profissional, e esse é o problema, e o profissional tem de ser privado, não pode ser

publico, por muito que eu ache que devem fazer os públicos, nos podemos ajudar, criar condições para, mas quando somos nos a gerir não dá resultado nenhum, as câmaras nem sequer estão vocacionadas com isso.







Figura A.5 - Juntas de Freguesia do concelho de Vila Flor



## Apêndice VI – Tabelas da análise estatística

Tabela A.1 - Preçário por tipologia de actividade

Preço	Hotel	Pensão	Campismo	TER	Estalagem	Restaurante	Animação turística	Deporto na natureza
Mínimo	€ 166,8	€ 40,0	€ 17,0	€ 59,5	€ 75,0	€ 20,5	€ 40,0	€ 30,0
Máximo	-	€ 50,0	-	€ 100,0	€ 90,0	€ 35,5	€ 135,0	€ 135,0

Tabela A.2 – Valor gerado em 2008 por tipologia de actividade

Valor Gerado	Hotel	Pensão	Campismo	TER	Estalagem	Restaurante	Animação turística	Desporto na natureza
Máximo	1.147.490 €	150.000 €	255.000 €	101.239 €	40.650 €	472.320 €	4.000 €	4.500 €
Mínimo	1.147.490 €	187.500 €	255.000 €	170.150 €	48.780 €	817.920 €	13.500 €	20.250 €

Tabela A.3 – Tabela de Pearson para a questão emergente 1, agentes turísticos

### Correlations

		A Construção da Barragem e o Turismo de Natureza e Cultural	Precepção do Turismo de Natureza e Cultural
A Construção da Barragem e o Turismo de Natureza e Cultural	Pearson Correlation	1,000	,186
	Sig. (2-tailed)		,333
	N	29,000	29
Precepção do Turismo de Natureza e Cultural	Pearson Correlation	,186	1,000
	Sig. (2-tailed)	,333	
	N	29	29,000

**Tabela A.4 – Tabela ANOVA, benefícios e tipo de instituição**

ANOVA						
		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Contributo	Between Groups	,000	1	,000	,000	1,000
	Within Groups	94,000	59	1,593		
	Total	94,000	60			
Emprego1	Between Groups	,299	1	,299	,217	,643
	Within Groups	81,013	59	1,373		
	Total	81,311	60			
Emprego2	Between Groups	,285	1	,285	,216	,644
	Within Groups	77,977	59	1,322		
	Total	78,262	60			
Emprego3	Between Groups	4,241	1	4,241	2,142	,149
	Within Groups	116,841	59	1,980		
	Total	121,082	60			
Energética	Between Groups	,414	1	,414	,294	,590
	Within Groups	83,029	59	1,407		
	Total	83,443	60			
Incêndios	Between Groups	2,366	1	2,366	2,064	,156
	Within Groups	67,634	59	1,146		
	Total	70,000	60			
Acessibilidades	Between Groups	,187	1	,187	,107	,744
	Within Groups	102,960	59	1,745		
	Total	103,148	60			
Cheias	Between Groups	1,445	1	1,445	,891	,349
	Within Groups	95,703	59	1,622		
	Total	97,148	60			

**Tabela A.5 - Tabela ANOVA, constrangimentos e tipo de instituição**

Descriptives									
		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error	95% Confidence Interval for Mean		Minimum	Maximum
						Lower Bound	Upper Bound		
Alteração	freguesia	32	2,59	1,266	,224	2,14	3,05	1	5
	agentes turísticos	29	2,93	1,193	,222	2,48	3,38	1	5
	Total	61	2,75	1,234	,158	2,44	3,07	1	5
Terrenos	freguesia	32	2,81	1,355	,239	2,32	3,30	1	5
	agentes turísticos	29	3,45	1,352	,251	2,93	3,96	1	5
	Total	61	3,11	1,380	,177	2,76	3,47	1	5
Ecossistema	freguesia	32	3,31	1,256	,222	2,86	3,77	1	5
	agentes turísticos	29	4,00	1,134	,211	3,57	4,43	1	5
	Total	61	3,64	1,239	,159	3,32	3,96	1	5
LinhaTua	freguesia	32	3,41	1,500	,265	2,87	3,95	1	5
	agentes turísticos	29	4,17	,966	,179	3,80	4,54	2	5
	Total	61	3,77	1,322	,169	3,43	4,11	1	5
Atractividade	freguesia	32	2,75	1,391	,246	2,25	3,25	1	5
	agentes turísticos	29	3,79	1,207	,224	3,33	4,25	1	5
	Total	61	3,25	1,398	,179	2,89	3,60	1	5
Visitantes	freguesia	32	2,44	1,294	,229	1,97	2,90	1	5
	agentes turísticos	29	3,48	1,214	,225	3,02	3,94	1	5
	Total	61	2,93	1,352	,173	2,59	3,28	1	5
Isolamento	freguesia	32	2,88	1,431	,253	2,36	3,39	1	5
	agentes turísticos	29	3,38	1,498	,278	2,81	3,95	1	5
	Total	61	3,11	1,473	,189	2,74	3,49	1	5
Rodoviárias	freguesia	32	2,62	1,185	,209	2,20	3,05	1	5
	agentes turísticos	29	3,00	1,414	,263	2,46	3,54	1	5
	Total	61	2,80	1,302	,167	2,47	3,14	1	5
Valores	freguesia	32	3,09	1,329	,235	2,61	3,57	1	5
	agentes turísticos	29	3,52	1,430	,266	2,97	4,06	1	5
	Total	61	3,30	1,383	,177	2,94	3,65	1	5

## Apêndice VII - Listagens das juntas de freguesia e agentes turísticos

Este anexo contém os nomes dos agentes que responderam aos questionários e que aceitaram colocar o seu nome no estudo, a ordem pelo qual aparecem é totalmente arbitrária.

### Juntas de Freguesia

- 1- Vilar de Maçada
- 2- Vilares
- 3- Sanfins do Douro
- 4- Seixo de Ansiães
- 5- Candedo
- 6- Jou
- 7- Zedes
- 8- Castanheiro
- 9- Freixeda
- 10- Barcel
- 11- Mourão
- 12- Alijó
- 13- Suções
- 14- Vila Chã
- 15- Freixiel
- 16- Valverde
- 17- Gouvinhas
- 18- Vale de Mendiz

As outras 14 freguesias não queriam o seu nome divulgado.

### Agentes Turísticos

- 1- Monte S. Sebastião
- 2- Quinta da Ferradosa
- 3- Casa da Mencha
- 4- Rvainas do Côa
- 5- Clube Montanha Murça Desporto e Aventura
- 6- Residencial Restaurante Douro
- 7- Casa de Gouvães
- 8- Casas de Casares
- 9- Arisdouro Gestão Hoteleira Lda
- 10- Solar do Morgado Oliveira
- 11- Mapaventura, Desporto e Animação Turística Lda
- 12- Quinta da Pereira
- 13- Casal de Tralhariz
- 14- Valonquinta Agricultura e Turismo de Vila Flor, Lda
- 15- Bempura - Turismo e Animação Lda
- 16- Escola de Canoagem da Terra Quente
- 17- Cave do Paço
- 18- O galo
- 19- Dom Castro
- 20- Ti Carlos
- 21- Entre-pontes
- 22- Quinta do Estanho
- 23- Pensão Jorge V
- 24- Clube de Caça e Pesca de Mirandela

Os outros 5 agentes não queriam o seu nome divulgado.